



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E FORMAÇÃO
DOCENTE**
MESTRADO EM ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE

KARINE MARTINS CUNHA VENCESLAU

**A AUTOBIOGRAFIA, A NARRAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA: UMA
OPORTUNIDADE DE LUTA**

MARANGUAPE - CE

2022

KARINE MARTINS CUNHA VENCESLAU

A AUTOBIOGRAFIA, A NARRAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA: UMA
OPORTUNIDADE DE LUTA

Texto apresentado como requisito para Defesa
no Mestrado Profissional do Programa de Pós-
Graduação em Ensino e Formação Docente do
Programa Associado de Pós-Graduação em
Ensino e Formação Docente.

Área de concentração: Linha 1 – Ensino e
Formação Docente.

Orientador: Prof. Dr. Solonildo Almeida da
Silva

Coorientador: Prof. Dr. Emanuel Rodrigues
Almeida

Examinador: Prof. Dr. Antônio Gilvamberto
Freitas Félix

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V451a Venceslau, Karine Martins Cunha.
A autobiografia, a narração da história de vida: uma oportunidade de luta / Karine Martins Cunha
Venceslau. - 2022.
137 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Ensino e Formação
Docente, Campus Maranguape, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva..
Coorientação: Prof. Dr. Emanuel Rodrigues Almeida.
1. Ensino. 2. Autobiografia. 3. História de vida. 4. Experiência.
-

KARINE MARTINS CUNHA VENCESLAU

A AUTOBIOGRAFIA, A NARRAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA: UMA
OPORTUNIDADE DE LUTA

Texto apresentado como requisito para Defesa
no Mestrado Profissional do Programa de Pós-
Graduação em Ensino e Formação Docente do
Programa Associado de Pós-Graduação em
Ensino e Formação Docente.

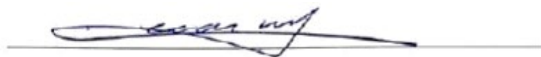
Aprovado em: 30 / 11 / 2022.

BANCA EXAMINADORA



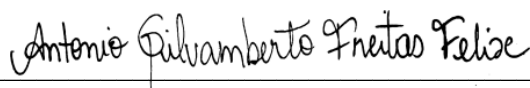
Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE



Prof. Dr. Emanuel Rodrigues Almeida (Coorientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE



Prof. Dr. Antônio Gilvamberto Freitas Félix (Examinador)

Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos, meu marido Geraldo, meu filho Gustavo e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, sem Ele não estaria aqui. Além disso, quero agradecê-lo principalmente por acreditar em mim e fazer com que acredite e não perca a fé em mim nunca. Obrigada, Deus! Sinto o coração cheio de gratidão pela minha vida, pelos meus amigos, pela minha família.

Aos meus pais Adriano Cunha e Vania Martins, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Ao meu pai, Adriano Lima Cunha, pois foi tudo tão difícil e sofrido. Pensei por momentos que estava sozinha, mas logo você apareceu com as melhores palavras de carinho e atenção do mundo. Obrigado! Graças a você, sei que batalhas são enfrentadas em time. Sempre foi e sempre será o melhor pai do mundo. Queria muito ter dito isso olhando nos seus olhos, mas nunca tive coragem. Sei que deve estar me vendo digitar esse texto, por isso direi: Eu te amo!

Aos meus irmãos, Adriana Martins e Adriano Júnior, por cuidarem de mim, me ensinarem e me amarem. Não tenho do que reclamar, tenho os melhores irmãos do mundo e só tenho a agradecer.

Ao meu marido, Geraldo Venceslau, por me mostrar que posso contar com o seu apoio. Em um dos meus momentos mais complicados desde que nos conhecemos, você me mostrou ser capaz de me ajudar e me dar toda a força necessária. Te amo!

Ao meu filho, Gustavo Henrique, por todo amor e compreensão durante as várias horas em que estive ausente para o desenvolvimento deste trabalho. Te amo meu filho!

Espero que em cada abraço, meus sobrinhos Valentina, Pietro e Lorenzo possam entender todo amor e carinho que sinto por eles. Meu amor de tia é imenso e cada dia que passa só aumenta ainda mais. Agradeço aos meus cunhados Polyana e André.

A minha sogra Darci Venceslau, desde o primeiro dia em que nos conhecemos, eu percebi o coração genuíno que você tem. O tempo foi passando e eu confirmei minhas expectativas. Por isso, quero agora agradecer por todo o carinho dirigido a mim e por me receber a família Venceslau.

Ao meu orientador, Dr. Solonildo Almeida, que sempre acreditou em mim, pelo apoio, por me ensinar com paciência e boa vontade, inclusive por todas as sugestões e críticas feitas ao trabalho, contribuindo para seu enriquecimento.

Agradeço também aos professores participantes da banca examinadora, Prof. Dr. Emanuel Almeida e Prof. Dr. Gilvamberto Freitas, pelo tempo e valiosas colaborações.

Aos meus colegas, Maria de Lourdes Leite Paiva e Silvia Maria Ribeiro, que sempre me ajudaram com muita paciência, com vasta experiência desde o início desta pesquisa. Meu coração agradece o carinho e a atenção de cada uma de vocês. Obrigado por sempre terem me apoiado!

Devo agradecimentos também ao diretor geral Robson da Silva Siqueira do IFCE Maranguape, que me acolheu e estava sempre pronto para me atender.

Aos colegas e professores, coordenadores e terceirizações por me ajudarem em todos os momentos que precisei no IFCE.

Ao coordenador geral de NAPNE campus Baturité, Temilson Costa, e coordenador de NAPNE campus Maranguape, Bruno Rocha Sampaio, pois sempre me ajudaram na luta para conquistar um intérprete de Libras.

A Karlucy Farias, Benigna Soares, Maria José Maciel, Germana Conrado e Renata Chastinet (IFCE campus Limoeiro do norte), por todos os ensinamentos compartilhados sem hesitar e pela convivência sempre muito agradável. Muito obrigada!

A todos os meus professores do curso de Ensino e Formação Docente da Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB – IFCE pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Agradeço ainda aos Tradutores Intérpretes de Libras (TILS), Guilherme Júlio (IFCE campus Fortaleza) e Rafael Cipriano – UNILAB.

Aos meus colegas do curso de Ensino e Formação Docente da 2ª turma do PPGEF UNILAB-IFCE pela troca de ideias e ajuda mútua. Juntos conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

A Natalia Parente por todo seu conhecimento na área da inclusão, pois tem me dado apoio com a dissertação.

A Abade Charles LÉpee, uma vez que ao longo de todos esses anos na escola de surdos convivemos com muitas pessoas, levamos apenas as boas lembranças conosco, assim como de forma especial quem, por meio da comunicação com as mãos, marcou a história de educação de surdos.

Aos meus amigos Fábio Luiz, Vanessa Teixeira, Júlia Ramos, Alexandre Rocha, Marilaque Silva, Josy Macedo e Niascara Valesca. Longe ou perto, recentes ou antigos, muito achegados ou mais distantes são todos importantes para mim, pois embelezam meus dias com todo carinho que demonstram. Agradeço de coração cheio pela atenção e pelo profundo apoio.

A Cleide Feitosa, por todo apoio e por sempre está comigo.

“A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas. Olho do mesmo modo como que poderia escutar. Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas mãos são bilíngües. Ofereço-lhes minha diferença. Meu coração não é surdo a nada neste duplo mundo”.

O vôo da gaivota

Emmanuelle Laborrit

RESUMO

O presente trabalho apresenta a “autobiografia, a narração da história de vida: uma oportunidade de luta”, como objeto de estudo no Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Narro minha experiência de vida lutando e em momentos difíceis no passado, inclusive traçando caminhos de formação. Assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender uma reflexão atualizada sobre narrativas da história de vida e dos processos formativos vivenciados ao longo da vida. Em termos metodológicos, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa com método autobiográfico, seu processo de formação. O estudo contou com a contribuição teórica de autores como SOUZA (2006), SUÁREZ (2012), entre outros. Além dos autores a pesquisa se apoiou nas leis: nº 10.436/2002, Decreto nº 5.626/2005, Lei de Acessibilidade nº 5.296/2004, Lei nº 5.296/2004, A lei de nº 14.191 de 2 de agosto de 2021, entre outros documentos. Logo, a partir da pesquisa, aponta-se que, a autobiografia é um instrumento para conhecimento de si, especialmente da pessoa com deficiência específica, assim como os direitos das pessoas com necessidades especiais somente se materializaram em forma de leis muito recentemente, as quais não bastam somente a sua existência, é necessário o seu cumprimento.

Palavras-chave: Ensino. Autobiografia. História de vida. Experiência.

ABSTRACT

The present work presents the "autobiography, the narration of the history of life: an opportunity to fight", as an object of study in the Master's in Teaching and Teacher Training, of the Associate Program of Graduate Studies in Teaching and Teacher Training of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony - UNILAB and the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará - IFCE. My life experience in the past was in the narration of my life story, I needed the opportunity to fight alone, and I was able to find my way to a varied area of training, with the recognition of linguistic knowledge. In methodological terms, the research has a qualitative approach with an autobiographical method, its formation process. The research relied on the theoretical contribution of authors such as SOUZA (2006), SUÁREZ (2012), among others. Besides the authors, the research was supported by the laws: nº 10.436/2002, decree nº 5.626/2005, Accessibility Law nº 5.296/2004, Law nº 5.296/2004, Law nº 14.191 of August 2, 2021, among other documents. The research pointed out the following results: autobiography is a tool for self-knowledge, especially for the person with specific disabilities; the rights of people with special needs have only materialized in the form of laws very recently; the existence of laws is not enough, it is necessary to fulfill them.

Keywords: Teaching. Autobiography. Life's history. Experience.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCE	Associação de Surdos do Ceará
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCA	Coordenadoria Controle de Acadêmica
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CNE	Conselho Nacional de Educação
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
DLLE	Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras
EAD	Educação à distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
ICES	Instituto Cearense de Educação dos Surdos
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPREDE	Instituto da Primeira Infância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério de Educação
NAPNE	Núcleo Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
Nucli	Núcleo de Línguas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDA	Plano de Ação Anual – PAA
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGEF	Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEXT	Pró-reitoria de Extensão
PROGEP	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Sigproext	Sistema de Gerenciamento da Pró-reitoria de Extensão do IFCE
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
SST	Segurança e Saúde do Trabalho
STDS	Secretaria de Trabalho Desenvolvimento de Social

TCC	Trabalho de conclusão do curso
TILS	Tradutores Interprete de Libras
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campinas Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFPB	Universidade Federal de Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICE	União Cearense das Associações de Ensino Superior
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA	14
2.1. Pesquisa Qualitativa	15
2.2. Narrativa autobiográfica sobre ser surda: o que possibilitou na luta com a língua brasileira de sinais.	16
2.3. Referências (bibliográficas/documental)	17
2.4. Produto Educacional	17
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1. Trajetória Histórica do Desenvolvimento sobre o antes e o depois do aprendizado e uso de Libras	19
3.1.1. Dificuldades de comunicação antes de conhecer e usar Libras com o mundo dos falantes	21
3.1.2. Ensino Fundamental e Ensino Médio: depois dos meus 15 anos e início de Libras	21
3.2. A Formação em Processamento de Dados (a vida sem Libras) na inserção no Ensino Superior Tecnólogo	26
3.3. Licenciatura em Letras Libras na UFSC/Pólo UFC de 2006 a 2010: contando a própria história de formação	28
3.4. O Estágio de Libras em L1 no ICES	30
3.4.1. Organização escolar e outros aspectos gerenciais	30
3.4.2. A atuação de educadores em sala	35
3.4.3. A Libras como disciplina	35
3.5. A Carteira Nacional de Habilitação para surdos	36
3.6. Como me tornei professora, educadora e formadora de Libras	38
3.7. Remoção de campus: Limoeiro do Norte para Maranguape	40
4. MOMENTO HISTÓRICO DE PANDEMIA E AULAS REMOTAS	41
5. APRENDIZAGEM E OS PROCESSOS DE UMA DISCENTE SURDA NO MESTRADO	43
5.1. Plataforma Google Meet da UNILAB	48
5.2. Criação do NAPNE do IFCE	50
5.3. O desafio do processo da inclusão do NAPNE	55

6.PRODUTO EDUCACIONAL	57
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	66

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa é a autobiografia, a narração da história de vida como oportunidade de luta.

Conto a trajetória a partir do momento que fiquei surda e como foi quando os meus pais descobriram a minha perda de audição. Houve muita luta na busca de informações, principalmente no Instituto Filippo Smaldone em Belém, local onde estudava. Na sala de aula era permitida apenas a oralidade, porém eu sofria muito por causa dessa obrigatoriedade para estabelecer comunicação com as outras pessoas. E, a partir dos acontecimentos passei a ter contato com a Libras – Língua Brasileira de Sinais, na minha formação inicial na educação básica e na educação superior veio de fato mais socialização com pessoas ouvintes, além dos surdos, pertencentes a identidade social e cultural própria.

Logo, a pesquisa com a perspectiva autobiográfica permite narrar à história de vida como oportunidade de luta de quem detalha e descreve acontecimentos nos quais o autor é o próprio protagonista. Dessa maneira há a descrição dos questionamentos a respeito de onde aprender Libras sozinha, uma vez que, quando criança sofria muito porque era obrigada a tentar oralizar. Então, comecei a me desenvolver e ter sucesso na comunidade surda, o que contribuiu significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional.

Neste sentido, os impactos do desconhecimento da língua de sinais por ouvintes são conhecidos na sociedade, como a dificuldade e o próprio preconceito em falar de alguma coisa com outras pessoas, sendo necessário sempre detalhar que era surda e outra pessoa ouvinte. Portanto, há significativa importância em narrar a luta e a história de vida de uma pessoa surda.

Assim, desdobra-se a presente dissertação em sete seções. A primeira corresponde à introdução, na qual se trata do tema da pesquisa e do objeto de estudo do trabalho. Na segunda seção, é apresentada a metodologia da pesquisa, onde se realiza uma contextualização sobre a pesquisa a perspectiva autobiografia na narração da história de vida por uma oportunidade de luta e os trabalhos de pesquisadores da área. Na terceira seção discorre-se sobre a história da educação dos surdos no Brasil, citando as leis no tocante a educação de surdos, implementadas ao longo desse percurso histórico no país, com destaque para seus desafios e lutas. Já a formação de professores é tematizada na quarta seção. Nela, são registradas nossas reflexões acerca dessa formação, dos desafios encontrados ao longo da caminhada e as possibilidades existentes no percurso. Ao longo da quinta seção, destaca-se a formação de um professor surdo: a perspectiva autobiografia na narração da história de vida por uma oportunidade de luta e a Língua Brasileira de Sinais. E, em seguida, o produto educacional e as considerações finais como última seção.

2. METODOLOGIA

A presente dissertação caracteriza-se como uma pesquisa pautada na abordagem qualitativa, dado que seu objetivo está centrado no aprofundamento da compreensão do percurso formativo de seu autor e das experiências por ele vividas como aluno com surdez no curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente UNILAB - IFCE. Em geral, opta-se por esse tipo de abordagem quando o objetivo é entender e compreender a causa, e o porquê de determinados comportamentos.

Segundo Passeggi e Souza (2017), a pesquisa com autobiografia tem objetivo de método autobiográfico, possui sua especificidade, assim como se trata somente das trajetórias de vida pessoais/profissionais dos sujeitos.

Algumas questões registradas pelos autores nos ajudam a pensar sobre a abordagem (auto)biográfica e suas “transgressões” no campo da pesquisa, uma vez que há questionamentos:

[...] que conhecimento acadêmico descolonizado é possível gerar a partir de narrativas autobiográficas, numa perspectiva epistemopolítica e posdisciplinar, e qual é a relevância desse conhecimento para ampliar horizontes de investigação científica mais humanas, promotoras de saberes de resistências, de solidariedade, interrogando a reflexividade autobiográfica como modelo hermenêutico de compreensão do mundo humano [...] (PASSEGGI; SOUZA, 2017, p. 23).

Desse modo, o trabalho de pesquisa a partir da narração da história de vida como uma oportunidade de luta, trata-se de um método que nos permite investigar de modo a priorizar a qualidade em relação às demais características e o seu olhar do mundo. Esse método possibilita entender nossos sentimentos, confianças, experiências, interações e percepções do seu conhecimento no contexto da metodologia de história de vida que podem evidenciar ao longo do tempo, constituindo o sujeito, auxiliando a compreensão e a análise do processo de aprendizagem sob a perspectiva de formação profissional.

Desenvolver uma pesquisa em contexto autobiográfico é preciso impor respeito ao pesquisador e dá relevância a luta na vida do ser humano por sua capacidade, aprendizagem e esforços únicos. Assim, na pesquisa autobiográfica há informações e conhecimentos, além de proporcionar o desenvolvimento da compreensão sobre os valores exercidos cotidianamente por quem vive e narra as suas lutas.

De acordo com Souza (2006):

O argumento central que mobiliza o uso da narrativa (auto)biográfica, enquanto perspectiva de pesquisa, ancora-se na possibilidade privilegiada de compreender tais experiências, que entrecruzam o pessoal e o social, em um movimento singular de produção de conhecimento, que extrapola os traçados rígidos, fechados e quantificáveis da ciência moderna. Tal abordagem metodológica faz parte de um extenso universo de pesquisas que utilizam as narrativas dos sujeitos [...] através da tomada da palavra como estatuto da singularidade, da subjetividade (SOUZA, 2006, p. 27).

Ao escrever por essa perspectiva minha trajetória de vida, mostrando a forma de ser, o jeito de fazer as coisas, de lutar, aproveitar a melhor maneira de desenvolver a autoconfiança e fazer da experiência para aprender o sentido da vida, é possível lembrar narrativas históricas do passado. Assim, Souza (2014), destaca que: as narrativas “[...] coletadas em processo de pesquisa centram-se nas trajetórias e experiências dos sujeitos, são marcadas por aspectos históricos e subjetivos frente às reflexões e análises construídas por cada um sobre o ato de lembrar” (SOUZA, 2014, p. 43).

Dessa forma, a escolha de método possibilita fazer um diálogo com experiências dos sujeitos, discutir a importância da comunicação e Libras para a sociedade brasileira, além da formação de professores surdos. Inclusive nos livros: “Narrativas de si: memórias de sujeitos em processos”, volume 1, 2 e 3, Pod Editora, 2019, 2020 e 2021, respectivamente, tratam de capítulos sobre estudos da formação, memória e autobiografia, dando ênfase aos relatos de vida de sujeitos em processos formativos, dos quais, de certo modo, obteve-se inspirações das três publicações citadas.

Acredita-se que, o primeiro ponto é refletir essa perspectiva individual, a subjetividade das experiências de vida e combinar a metodologia de narrativa para a valorização da autobiografia na narração da história de vida.

2.1. Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa é entendida como estudos com aspectos subjetivos e sociais do comportamento humano, além de como investigação científica busca ampliar a compreensão do mundo. Sobretudo, objetiva conhecer a maneira como as pessoas se relacionam com o seu mundo cotidiano (PASSEGGI; SOUZA, 2017).

Ainda de acordo com os autores é desejável que algumas questões sejam levadas em consideração, uma vez que favorecem uma abordagem autobiográfica:

[...] que conhecimento acadêmico descolonizado é possível gerar a partir de narrativas autobiográficas, numa perspectiva epistemopolítica e posdisciplinar, e qual é a relevância desse conhecimento para ampliar horizontes de investigação científica mais humanas, promotoras de saberes de resistências, de solidariedade, interrogando a reflexividade autobiográfica como modelo hermenêutico de compreensão do mundo humano [...] (PASSEGGI; SOUZA, 2017, p. 23).

Além do mais, para Suárez (2016), o uso da narrativa (auto)biográfica propicia a investigação das questões relacionadas a perspectiva de pesquisa e que possibilita a aprendizagem mediante a valorização do contato direto com a situação estudada, assim como perceber a individualidade e os múltiplos significados.

2.2. Narrativa autobiográfica sobre ser surda: o que possibilitou na luta com a língua brasileira de sinais.

Neste primeiro momento disserto sobre a minha autobiografia, contando a trajetória de vida, sobre quem sou, como também quando me descobri surda, pois era ouvinte. No entanto, após a meningite aos dois anos de idade, perdi a audição. Além disso, exprimo como foi a convivência em família e com os outros, o período escolar e a minha trajetória no ensino superior como aluna dos cursos de tecnologia em Processamento de dados, Licenciatura em Letras Libras, na Especialização de tradução em Libras e no Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da UNILAB e do IFCE.

Não basta somente falar a respeito de quem sou, onde e como estou hoje, é necessário contar sobre fatos ocorridos que marcaram a minha história de luta e todo o processo de transformação pessoal e profissional, tendo em vista que esta narrativa autobiográfica sobre ser surda possibilita contar a luta pela língua de sinais, pois em toda trajetória de vida há a dificuldade na comunicação. Então, busquei sozinha informação e meios para manter contato com surdos que utilizavam a Libras. Adquiri a língua de forma rápida, desenvolvi a compreensão e conhecimento linguístico, assim como passei a valorizar e reconhecer a cultura surda.

O pensamento antes de conhecer a língua de sinais era de aprender a me “comunicar com as mãos”, conseguir me comunicar com a mente aberta, buscando novos caminhos a cada dia para obter sucesso, pois somos capazes de trabalhar o processo de experiência.

2.3. Referências (bibliográficas/documental)

Esta pesquisa está baseada na contribuição de vários autores que tratam da temática em estudo. Para falar sobre autobiografia nos apoiamos em uma narração da história de vida como oportunidade de luta, contando como é importante lutar sempre.

Já no que diz respeito a Libras, discutimos a importância do seu estudo para a sociedade e a sua contribuição no processo de eliminação de barreiras de comunicação entre as pessoas. Logo, aprender a língua de sinais brasileira permite o conhecimento da comunidade surda, além de favorecer empatia em diversas situações.

2.4. Produto Educacional

O Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE tem o diferencial característico de exigir do discente pesquisador a elaboração de um produto educacional gerado a partir de uma atividade de pesquisa e que possa contribuir com a solução da problemática pesquisada. Entende-se que, dessa forma, o curso e seus discentes podem colaborar com o aperfeiçoamento da área de ensino.

O produto educacional relaciona o conhecimento acadêmico gerado na pesquisa com a sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades específicas do contexto pesquisado. Sendo assim, entendemos que esse produto deve ser fruto da reflexão cotidiana do profissional pesquisador, o qual, por meio dessas reflexões, ressignifica o conhecimento e constrói novas aprendizagens, compartilhando-as com seus pares, ou seja, outros professores.

[...] as experiências de vida e o ambiente sociocultural são obviamente ingredientes-chave da pessoa que somos, do nosso sentido do eu. A narração da experiência, imersa em estruturas de significações produzidas, insere-se em um campo de realidade fronteira, implicando, de um lado, o sujeito que narra e, do outro, o sujeito que escuta. Nesse sentido, “a linguagem deixa de ser concebida, unicamente, como instrumento de expressão do pensamento para ser entendida como fator estruturante das visões de mundo, um modo de perspectivar a realidade (GOODSON, 2000, p. 71 apud PASSEGGI; SOUZA 2017, p. 9).

Nesse sentido, o produto educacional deve ter contexto, levar em consideração a perspectiva educacional do conhecimento histórico, pois a autobiografia expande nosso olhar sobre a compreensão do sujeito. Portanto, a experiência de conhecer a narrativa da vida do outro com qualidade, contribui para estabelecer a relação com os demais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Trajetória Histórica do Desenvolvimento sobre o antes e o depois do aprendizado e uso de Libras

A trajetória apresentada nesta dissertação é de uma surda, cearense e que, após a meningite, aos dois anos de idade, não conseguiu mais ser ouvinte. Esteve muito doente, ficou entubada em um hospital por 14 dias, quase morreu e perdeu a audição. Contou com a preocupação constante dos pais sobre o seu futuro, principalmente a respeito da vida escolar. No entanto, ao viajarem para Belém, ingressou no Instituto Filippo Smaldone, uma vez que tinha infantil I a V para crianças surdas, embora usar a língua de sinais por lá fosse proibido.

No Instituto Filippo Smaldone não era permitido o uso da língua de sinais, justamente devido aos acontecimentos e votações que ocorreram no Congresso de Milão, na Itália, em 1880 para educadores surdos. Dessa maneira, na ocasião de uma votação, a qual definiria a proibição ou não da língua de sinais na educação de surdos, o resultado para os mesmos foi bem negativo, pois foi proibido oficialmente o uso do idioma. Logo, com esses acontecimentos, o Instituto Filippo Smaldone passou ainda mais a influenciar em uma educação oralizada para os alunos surdos no Brasil.

O Instituto Filippo Smaldone foi fundado em 1988, essa instituição filantrópica e pública abrange a cidade de Fortaleza e municípios vizinhos e tem como objetivo oferecer um atendimento educacional e de reabilitação a crianças e adolescentes com deficiência auditiva, através de parcerias e convênios com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a Secretaria de Educação e outras instituições privadas, oferecendo atividades pedagógicas, dança rítmica, fonoaudiologia, ensino de Libras e apoio psicossocial à família do indivíduo com surdez (INSTITUTO FILIPPO SMALDONE a, s/d, on-line).

Ressalta-se que o instituto é dirigido pela Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, uma instituição religiosa, associação civil, sem fins econômicos e lucrativos. Além disso, é de natureza filantrópica, tem objetivos voltados para a educação, a cultura e a assistência social, assim “como princípio a formação humana e cidadã de seus usuários, procurando a integrar em suas atividades valores como a justiça, respeito e solidariedade [...]” (INSTITUTO FILIPPO SMALDONE a, s/d, on-line).

A Congregação das Irmãs Salesianas dos sagrados Corações, originou-se em Lecce – Itália, pelo padre Filippo Smaldone. O objetivo da Congregação era que todos conhecessem o amor de Deus, o quanto é misericordioso. Além do mais, a intenção sempre era a integração,

educação, evangelização e reabilitação dos surdos. Ao passo que as irmãs levaram o Instituto para Manaus, a pedido de pais de crianças surdas, Deus uniu a história dos amazonenses com as Filhas de Filipe Smaldone, sendo possível com a ajuda do Arcebispo de Manaus Dom Milton Corrêa Pereira e o governador da época. “Em dezembro de 1994 sai o reconhecimento do Instituto Filippo Smaldone como escola de Educação Especial, dada pelo Conselho Estadual de Educação” (INSTITUTO FILIPPO SMALDONE b, s/d, on-line).

Mas, retomando a trajetória da autora do trabalho em tela, destaca-se que, aos cinco anos de idade retornou para Fortaleza – CE, pois a mãe precisava auxiliar nos cuidados com a saúde da avó doente e passou a leva-la para o Colégio Jenny Gomes, no qual trabalhava. Até então, na época, não se comunicava em língua de sinais, tentava oralizar e usava leitura labial. Entretanto, sua mãe sempre estimulava a aprender e desenvolver o aprendizado, além de praticar Libras.

Nesse sentido, mesmo tendo contato com aulas especiais da 1.^a até 4.^a série no Instituto Filippo Smaldone, tinha problemas de socialização e aprendizagem, tendo como pessoas importantes na escolarização básica somente Geraldo e Fabio durante o período. Embora tivesse contato com aulas especiais, o uso pelos surdos da Libras era proibido, ou seja, era trabalhado somente a oralidade, tornando o aprendizado extremamente difícil.

Após a legislação que assegurava o uso da Língua Brasileira de Sinais, a freira responsável no Instituto Filippo Smaldone passou a liberar a sua utilização e adquirir meios para uma educação inclusiva por meio do “bimodalismo”, assim como Schlesinger e Namir (1978, p. 04), afirmam, pois segundo os autores se trata “do uso de uma só língua produzida em duas modalidades: oral e gestual”.

Após a criação da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, a qual trata sobre a educação bilíngue de surdos, a Libras passou a ser oferecida, nessa modalidade de educação escolar, como a primeira língua dos surdos e a língua portuguesa, na modalidade escrita, a segunda língua. O que torna um marca importante, pois é preciso, tanto em escolas públicas quanto privadas, o estímulo ao desenvolvimento dos alunos surdos, assim como aqueles com deficiência auditiva, uma vez que deve haver a valorização da sua língua e cultura.

De acordo com a lei, “A educação bilíngue de surdos tem como público pessoas com deficiência auditiva sinalizantes, surdos, surdo cegos, surdos com altas habilidades/superdotação e surdos com deficiências associadas que optam pela Língua Brasileira de Sinais” (BRASIL, 2021, on-line).

3.1.1. Dificuldades de comunicação antes de conhecer e usar Libras com o mundo dos falantes

O atraso em relação à aceitação, informações escassas e o desconhecimento da língua de sinais, até mesmo para tentar se comunicar com ouvintes, acarreta prejuízos no desenvolvimento cognitivo e emocional do surdo. Havia de minha parte muita dificuldade de comunicação com os falantes, inclusive com a família, colegas, professores, como também com o pessoal da saúde, quando era preciso me comunicar. O entendimento ficava prejudicado, pois não tinha boa leitura labial, confundia as palavras, não conhecia muito o significado “sentido figurado, gíria e expressões idiomáticas”.

Além disso, a aquisição normal da linguagem oral era ainda mais difícil, uma vez que não se tem, no surdo, a percepção da intensidade de voz, distinguir os sons, palavras e fonemas, por exemplo. Portanto, as consequências afetam a contextualização necessária de aprendizagem, ou seja, sempre há o contexto da situação quando se fala e para os surdos é mais difícil essa percepção, mesmo com toda insistência da educação tradicional reforçando e insistindo na oralização.

Após a descoberta de um novo meio de comunicação por meio de sinais, enfrentado a língua natural de todos os ouvintes, despertou o interesse em manter contato, entender a linguística do idioma e evoluir como parte do grupo cultural do povo surdo. Comecei a ter uma percepção visual com rapidez e a valorizar a comunicação por meio da língua de sinais, assim como compreender o quanto é benéfico o entendimento entre surdos e ouvintes. Diante disso, percebe-se a presença de intérprete de Libras em diferentes ambientes e situações como nas instituições públicas, universidades, escolas, congressos, seminários e programas de tv.

3.1.2. Ensino Fundamental e Ensino Médio: depois dos meus 15 anos e início de Libras

Na quinta série, foi o grupo de amigos para o antigo colégio Cecoop em Fortaleza - CE, escola regular que tinha mais colegas surdos, fazendo o equivalente ao ensino fundamental II. Porém, no Cecoop, não existia o ensino de Libras, sequer para alunos surdos, ou seja, se trabalhava somente a oralidade, o que se tornou extremamente difícil para todos. Dos seis colegas surdos, dois desistiram de estudar, mas mantiveram laços de amizade. Além do mais, a escola não dispunha de intérprete de Libras,

O aprendizado de Karine, Júlia, Fábio e Geraldo em relação a Libras foi após conhecerem Katia Lucy, uma colega de escola no Cecoop, uma vez que se comunicava

naturalmente por meio da língua de sinais. Isso despertou seu interesse em aprender Libras. Ela os convidou e apresentou as atividades na Associação de Surdos do Ceará – ASCE. Assim, houve ainda mais interesse em mergulhar na cultura surda.

Como Karine mesmo relata:

Antes eu era oralizada, usando a leitura labial com minha mãe, em que ela falava devagar, para entender as expressões de sua boca. Nos encontros da ASCE, eu participei, vendo todos os surdos sinalizado e se comunicando em Libras de forma muito rápida. Eu não entendi nada, mas depois eu adquiri experiência e, na observação, aprendi a Libras rapidamente. Depois eu me interessei mais pelas Libras, diminuindo a comunicação oralizada. Continuei me comunicando muito mais em Libras, visto que eu amei muito.

Percebe-se uma vontade grande em aprender a Libras para facilitar a comunicação e, junto com os colegas, Karine, surda e autora do texto em tela teve passagem em diversos colégios como os citados anteriormente e encerrou o ciclo básico de educação. No entanto, ainda tinha escolhas acadêmicas e profissionais a serem feitas.

No que diz respeito à educação básica, da sexta até a oitava série, Karine, Geraldo e Fábio estavam juntos no mesmo colégio e não tinha intérprete de língua de sinais, somente Fábio fazia leitura labial e ajudava os colegas. Mesmo com a cabeça cheia e cansada, o colega nunca me deixava desistir, auxiliava nos conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, História, Química, Biologia, Ciência, Física e Redação. Porém, o colégio fechou e mudamos para outra instituição.

No primeiro ano médio os três colegas foram para o Colégio Tony – Parangaba em Fortaleza-CE, continuaram com grandes dificuldades de entendimento dos conteúdos, contando ainda mais com a ajuda de Fábio na leitura labial, uma vez que observada o professor explicando os conteúdos e repassava da melhor maneira possível. A situação melhorou ao conhecerem a colega Cássia, a qual ajudou a escrever textos para os surdos, explicava as aulas. No entanto, nós não passávamos nas provas, faltava aquisição de linguagem, provas em português que dificultava a compreensão. Logo nossas mães nos transferiram de escola e fomos para o Colégio Cooperativo de Fortaleza (Coopefor). Sofremos pela separação com Cássia, mas não tinha outra saída.

No segundo ano até o terceiro ano do ensino médio estive no colégio São Paulo desde 2000 a 2001, juntamente com alunos ouvintes e surdos, ou seja, todos juntos na instituição. Não era vontade e interesse de Karine fazer vestibular, mas foi convencida por amigos e pelo pai, o qual pagou curso pré-vestibular. Com muito orgulho obteve êxito, junto com Fábio e Geraldo, na prova de vestibular da União Cearense das Associações de Ensino Superior – UNICE em

2001.

Retomando o ensino fundamental, mesmo no Coopefor fazendo matrículas de alunos surdos, não contava ainda com intérpretes, as dificuldades aumentaram ainda mais, justamente pelo ensino multidisciplinar, diversas disciplinas que não acompanhávamos. A solução na época foi encontrar o Instituto Cearense de Educação dos Surdos – ICES, pois minha mãe insistia na educação e lutava em busca também de escola privada, pois sabia a importância da educação de surdos, estar junto à comunidade e aprender língua de sinais.

No Ceará, a primeira escola fundada para surdos foi o ICES em 1961, pelo professor Hamilton Cavalcante de Andrade, (Professor da UFC e da UECE, do departamento de linguística) que, após ter conhecido o trabalho desenvolvido pelo INES no Rio de Janeiro, procurou o apoio do Governo do Estado do Ceará para criar uma instituição que atuasse nos mesmos moldes, foi providenciada, inclusive, a capacitação dos profissionais locais no referido instituto. A metodologia de ensino daquela época era a oralista.

Por volta do final da década de 80 e início de 90, emergiu uma abordagem que se propõe respeitar a língua de sinais da comunidade surda como a primeira língua e a língua utilizada pelo grupo social majoritário como segunda língua: o bilinguismo. A grande diferença desta abordagem em relação às outras é que esta possui a concepção de que a língua de uma comunidade não se aprende na escola, mas se constrói através da interação social e este constructo deve ser respeitado e garantido. Isto não impede que os sujeitos também tenham o direito de aprender a língua do grupo social majoritário, mas como uma segunda língua, na sua modalidade escrita (se o surdo quiser, ele tem a liberdade de também procurar aprender a modalidade oral, porém, já não é mais uma função da escola e sim de uma clínica).

Conforme Fernandes e Rios (1998):

Bilinguismo não é um método de educação. Define-se pelo fato de um indivíduo ser usuário de duas línguas. Educação com bilingüismo, não é, portanto, em essência, uma nova proposta educacional em si mesma, mas uma proposta de educação onde o bilingüismo atua como uma possibilidade de integração do indivíduo ao meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, às comunidades de surdos e de ouvintes. Educar com bilingüismo é “cuidar” para que, através do acesso a duas línguas, se torne possível garantir que os processos naturais de desenvolvimento do indivíduo, nos quais a língua se mostre instrumento indispensável, sejam preservados. Isto ocorre através da aquisição de um sistema lingüístico o mais cedo e o mais breve possível, considerando a Língua de Sinais como primeira língua (...). Educação com bilingüismo não é, pois, uma nova forma de educação. É um modo de garantir uma melhor possibilidade de acesso à educação (FERNANDES; RIOS, 1998, p. 14).

Quadros (2005, p. 34) aponta a importância do bilinguismo na educação de surdos e que, para isso, o currículo deve ser “organizado em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, a língua de sinais brasileira”.

Nessa perspectiva do bilinguismo, na década de 90, no Ceará, motivado pelas associações, pastorais, FENEIS, comunidade surda e pelos professores que naquela época começaram a entrar em contato com as pesquisas sobre a importância da língua de sinais para o ensino dos surdos, o ICES iniciou o seu processo de mudança de uma abordagem oralista para a abordagem bilíngue. Aos poucos, os alunos foram conquistando a liberdade de se comunicarem em sinais; no currículo da escola foi acrescentada a disciplina Libras desde a educação infantil, sendo lecionada por professor surdo. A escola passou a possuir intérpretes e o ensino da língua portuguesa deixou de ter enfoque na modalidade oral, ficando direcionado para a modalidade escrita. O reconhecimento legal da língua de sinais brasileira pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que admite ser a Libras:

A forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Art. 1º.).

Tal reconhecimento é considerado como um marco importantíssimo na luta pela legitimação, não apenas de uma língua, mas também de uma cultura e de uma comunidade que é minoritária, dentro de nossa sociedade.

Outra importante conquista, não somente para a comunidade surda, mas também para todos os portadores de necessidades especiais é o Decreto Presidencial nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, no qual fica estabelecido que as Instituições de Ensino Superior deverão promover e apoiar programas ou projetos que garantam o acesso e a permanência em igualdade de oportunidades para estudantes com deficiência, procurando, desta forma, superar situações de discriminação e exclusão.

E ainda, o Decreto nº 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/02, a lei da Libras, estabelecendo a inclusão de Libras nos cursos superiores; incentiva a formação de professores para o ensino da Libras; valoriza o uso da Libras e do Português como segunda língua para a promover o acesso das pessoas surda à educação; incentiva a formação do intérprete; garante o direito à educação bilíngue para o surdo; garante o direito à saúde, etc.

Apesar dessas vitórias, há ainda muito a ser conquistado (em relação ao mercado de

trabalho, à concretização do projeto de acesso e permanência nas universidades públicas, a uma educação bilíngue de qualidade) e também a ser compreendido (em relação a Libras, ao seu processo de ensino-aprendizagem, a metodologia de ensino de português como segunda língua para os surdos etc.).

A Lei da Libras e os Decretos 5.296/04 e 5.626/05 apresentam-se como respaldo a todas as mudanças que já vinham ocorrendo na sociedade, como a difusão dos cursos de Libras, o respeito as diferenças sociais e culturais, a mudança em relação a abordagem de ensino nas escolas especiais. No entanto, mesmo com o reconhecimento da Libras sob forma de lei e da tentativa das escolas adotarem uma proposta bilíngue, não vem sendo nada fácil colocar em prática, posto que faz-se necessários constantes buscas de metodologias de ensino adequadas.

O objetivo da educação bilíngue para os surdos é oferecer-lhes uma situação de aprendizagem dentro de um clima de comunicação efetiva, uma vez que a língua de sinais permite a interação e comunicação entre os interlocutores, proporcionando o desenvolvimento dos sujeitos surdos. Sendo assim, pretende-se contribuir com a formação dos educandos respeitando suas diferenças linguísticas e culturais, e reconhecendo seus direitos de cidadãos contribuintes com o crescimento da sociedade em que estão inseridos. O ser humano surdo terá condição de ser crítico, consciente e atuante na sociedade nas mesmas condições que um ouvinte, exercendo assim o pleno exercício de sua cidadania.

Segundo um marco histórico do Instituto Cearense de Educação dos Surdos (ICES), espaço importante de comunicação em Libras na vida das pessoas surdas e que oportuniza conheceram e terem contato com outros surdos, além de oferecer comunicação e interação com os demais indivíduos, estimulando a convivência em sociedade e bagagem cultural, pois adquire a língua de sinais, sua língua natural.

Como Karine relata a sua experiência:

Eu já fiz a entrevista de temporário do Instituto Cearense de Educação dos Surdos (ICES) em 2013, depois a divulgação do final da entrevista foi aprovada comigo. Eu admiți temporário de professora de Libras na série de 5^a (quinto) à 8^a (oitavo) ano para alunos surdos somente de turno noturno. Os alunos surdos me perguntam que era ouvinte? Eu não pareci ser surda, disse a verdade ser surda. Estou observando alguns surdos usam a libras que não aprendeu adaptar o português. Respeito-te cultura surda. A maioria dos surdos não tem um entendimento claro do português escrito, pois sua língua materna é LIBRAS. Eu pude usar a Libras para ensinar contexto a língua portuguesa simplesmente e utilizar cartazes com a representação de palavras em Libras em língua portuguesa é ação que ajuda funcionar sinalização em contato visual com os alunos surdos.

3.2. A Formação em Processamento de Dados (a vida sem Libras) na inserção no Ensino Superior Tecnólogo

Sob orientação familiar, Karine e Geraldo prestaram o mesmo vestibular para o curso de Tecnologia em Processamento de Dados, na UNICE. Nesse período, Fábio prestou vestibular para Administração e, por ter maior facilidade com leitura labial, conseguiu criar uma trajetória mais autônoma frente à sua surdez. Inclusive não se interessava tanto por Libras, e seu processo de integração com os ouvintes era mais desenvolvido.

Iniciando as aulas da área de informática o professor falante explicava os conteúdos, mas sem intérprete em sala de aula, por isso Karine e Geraldo não entendiam. Somente após a compaixão de um colega que traduzia e escrevia a fala dos professores começaram a entender um pouco sobre os detalhes da área de processamento de dados. Após seis semestres com disciplinas a faculdade admitiu um intérprete de Libras, mas como já estavam prejudicados por não compreenderem bem os conteúdos faziam sempre recuperação, inclusive foi preciso trocar alguns horários. Logo depois Geraldo concluiu o curso e Karine ainda dependia de disciplinas, e só depois de retornar a participar das aulas conseguiu aprovação e concluiu.

A primeira vez que fui admitida em um emprego foi como estagiária de técnico em informática na Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC, em 2004 e se passou um ano de seis meses. De acordo com o chefe era preciso aprender gerenciamento de hardware e software do computador. Ele sabia um pouco e se comunicava em Libras. Decorrido o tempo, a gestão de recursos humanos ofereceu um cargo de agente administrativo na Segurança e Saúde de Trabalho – SST, e fiquei extremamente feliz.

No início a gestão de segurança do trabalho me ensinou informações sobre cargo de agente administrativo do conhecimento em segurança e saúde do trabalho, iniciei aprendendo com documentos pessoais na área de saúde, mantendo a organização e controle das informações dos que diziam respeito à licença maternidade, atestado médico, laudo, afastamento de doença e licença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no sistema.

Aprendi bastante no SST, apesar da desconfiança em não conseguir me comunicar por ser surda, acreditavam que era incapaz de trabalhar. Passei a usar a língua de sinais no trabalho diariamente, tirar dúvidas e até que quase cinco anos depois a gestão de SST mandou-me transferir para o local da Tecnologia em Informação (TI), porque acreditavam que por não usar o telefone na comunicação seria um problema na sala de segurança e saúde do trabalho.

Assim, dessa forma, segue relato de experiência de Karine sobre barreira de comunicação:

A minha experiência da barreira de comunicação com surdo tem incluir na área de Segurança e Saúde de trabalho não tinha lei de acessibilidade para contribuir a integração de pessoas surdas no local de trabalho, portanto a gestão de segurança e saúde de trabalho não sabia quais os direitos de acessibilidade e falta de profissional que garante a acessibilidade. Funcionários devem entender que é importante dentro do grupo, organizar um debate em relação ao assunto, a fim de discutir sobre o tema e eliminar qualquer tipo de preconceito. Adotar atitudes que visam respeito o todo ambiente de trabalho incluindo funcionários e gestores da instituição.

Entretanto, há a lei da acessibilidade, ou seja, a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, “tem o objetivo de promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”.

Além disso, apesar da lei ter o objetivo exposto, era nítido o quanto no ambiente de trabalho não existia de fato a promoção da acessibilidade para surdos, especificamente se referindo a mim, pois me sentia solitária, não existia comunicação na sala de tecnologia de informação por parte dos funcionários. Treinava programação de designer no computador todos os dias, me esforçava e ia bem, inclusive um colega ajudou para teste de designer e me auxiliava na digitação em word e no trabalho em equipe, em contrapartida ensinava língua de sinais.

Como gostava muito de desenho, queria muito ser designer, mas a equipe técnica, a qual realizou a prova que nos submetemos, concedeu o cargo para um novato da sala de tecnologia em informação. Fiquei extremamente chateada e busquei entender o motivo e as notas na sala de recursos humanos com a psicóloga, mas segundo ela não tinha informações e sentia muito. Dessa maneira, ficou claro o quanto fui desrespeitada enquanto funcionária e surda, pois além de não haver interação entre os profissionais, eram preconceituosos e não aceitavam a surdez, tinham mente fechada e não confiavam o cargo de designer a uma pessoa com o meu perfil, além de não oferecerem condições justas para todos os funcionários, assim como afirma a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no § 2º “A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor”.

Portanto, muitas foram as dificuldades até chegar a inscrição no curso de Letras Libras a distância pela Universidade Federal da Santa Catarina – UFSC. Era do meu interesse aprender mais e buscava no google livros em Libras ou com mais informações sobre a língua. Fiz videoconferência em Libras com intérpretes da UFSC e percebi muita variação nos sinais de região para região, ou seja, sinais diferentes para o mesmo objeto. O sinal da cor verde, por exemplo, era sinalizado de formas diferentes, o que me intrigou e me fez pesquisar as diferenças

entre os sinais da região de Florianópolis-SC e Fortaleza-CE. Ao fim do processo fui aprovada e passei a estudar com novos colegas, inclusive ter contato com alunos surdos e me senti confortável.

3.3. Licenciatura em Letras Libras na UFSC/Pólo UFC de 2006 a 2010: contando a própria história de formação

Segue relato da minha trajetória e experiência desde a inscrição, prova por videoconferência em Libras e todo processo relacionado ao curso de Letras Libras, na modalidade de educação à distância – EAD, pela UFSC no pólo da Universidade Federal do Ceará – UFC, pois foi onde foi criado o primeiro curso de graduação nessa área no país e tornou-se um centro nacional de referência na área de Libras desde 2006 no primeiro semestre.

A prova que fiz foi por videoconferência, visto que é um direito previsto pela Lei n.º 10.098/2000, a qual “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”.

Como já havia percebido diferenças nos sinais de uma região para outra comecei a interagir com outros alunos surdos de estados diferentes, fui ganhando experiência e fluência na língua até compreender cada dia mais como funcionava as disciplinas do curso, inclusive a gramática da Libras, uma vez que sempre me esforcei e tive mente aberta para aprender, o que foi bem rapidamente. Então, cursei as disciplinas e a formação foi concluída em 2010.

Aprendia de forma eficaz e rápida, logo, a visão era de adquirir experiência em cursar a graduação e estudar para no futuro trabalhar como docente de Libras. Para torna-se professora estudava inclusive as disciplinas curriculares obrigatórias das licenciaturas que faziam parte dos cursos da faculdade que estava inserida.

No que diz respeito ao curso de graduação em Letras – Libras EAD, é uma ação desenvolvida para atender às demandas decorrentes da inclusão dos surdos na educação, conforme previsto no Decreto n.º 5.626/2005, bem como para garantir sua acessibilidade, conforme previsto na Lei de Acessibilidade, Lei n.º 5.296/2004 (BRASIL, 2004), e em outras determinações legais.

Segue a Lei n.º 5.296/2004, a qual determina que os surdos tenham o direito ao intérprete de língua de sinais, estabelece critérios para acessibilidade, além de tratamento diferenciado.

1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

III – serviços de atendimento pra pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – Libras e no trato com aquelas que não se comuniquem em Libras, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

6º Para obtenção do financiamento de que trata o inciso III do art. 2º, as salas de espetáculo deverão dispor de sistema de sonorização assistida para pessoas portadoras de deficiência auditiva, de meios eletrônicos que permitam o acompanhamento por meio de legendas em tempo real ou de disposições especiais para a presença física de intérprete de Libras e de guias intérpretes, com a projeção em tela da imagem do intérprete de Libras sempre que a distância não permitir sua visualização direta.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput e observadas as condições técnicas, os pronunciamentos oficiais do Presidente da República serão acompanhados, obrigatoriamente, no prazo de seis meses a partir da publicação deste Decreto, de sistema de acessibilidade mediante janela com intérprete de Libras.

Art. 59. O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de Libras, leitores, guias-interpretres, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea (BRASIL, 2004, on-line).

Retomando a graduação da qual trato, destaca-se que se fazia necessário o estágio supervisionado de Libras e devia participar observando na sala de aula no ICES, com obrigatoriedade de 60h no total. Observava inclusive os professores, e ao final teria de elaborar de forma escrita um relatório de estágio supervisionado como critério de avaliação.

O relatório final de estágio de docente no ensino fundamental foi criticado, porque, segundo os professores, faltava aprender mais Libras, como também estimular os conteúdos adaptados em língua portuguesa. No entanto, a dificuldade de aprendizado de língua portuguesa escrita pode está ligada a diversos fatores, como a dificuldade de aprender através de fonética, som e aquisição de linguagem e diferença da estrutura gramatical da Libras e do português.

3.4. O Estágio de Libras em L1 no ICES

O estágio como um ato educativo para o ensino de L1 foi desenvolvido no ICES, primeira escola pública estadual fundada para surdos no Ceará. Em se tratando do próprio estágio supervisionado, a Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008 versa ao seu respeito:

Estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2008, on-line).

Já quanto ao ICES, a escola é uma Instituição Pública Estadual do estado destinada exclusivamente para a educação de surdos, além de receber alunos com outros comprometimentos. Está localizada na Av. Rui Barbosa nº 1970, Aldeota. Fortaleza - CE.

Desde a data de sua inauguração em 25 de março de 1961, durante o governo de José Parcifal Barroso, através do Decreto nº 4394 de 24/03/61, o ICES tem como missão, de acordo com seu Plano Político Pedagógico: “Ser uma escola verdadeiramente bilíngüe que respeita e valoriza a cultura e a língua própria do surdo.” E como propósito “Educar para a vida, formando sujeitos críticos, competentes e conscientes do seu papel como sujeito ativo e transformador na sociedade. Exercendo assim o pleno exercício de sua cidadania”.

Fazendo uma análise sobre o ICES encontramos atenção na educação de surdos em todos os níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos – EJA, e Ensino Médio, são ao total mais de 500 alunos atendidos.

3.4.1. Organização escolar e outros aspectos gerenciais

O Instituto Cearense de Educação de Surdos tem como núcleo gestor a Profª Juliana de Brito Marques do Nascimento (diretora); a profª Ana Maria Barbosa de Menezes (coordenadora) e a profª Maria Vane Meire de Sousa Silva (coordenadora). Outro diferencial é que o Instituto tem em seu quadro administrativo surdo (as) que são líderes na comunidade. Além disso, a estrutura física da escola são 2 laboratórios de informática, 1 sala de multimeios, cerca de 20 salas um número suficiente para o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio e Salas de alfabetização para crianças surdas (com ambiente reservado para estes alunos: banheiros adequados e parque de lazer).

Considerando que em todo estado do Ceará, na educação básica, temos 1.600 alunos surdos matriculados, quase 32% estão no ICES.

A escola tem uma gestão participativa e conta com parceiros da comunidade surda, como algumas instituições que realizam ou já apoiaram em algum projeto no ICES: UFC; FENEIS, UFSC E Associação de Surdos do Ceará.

Alguns desafios da escola se apresentam na:

- ✓ Organização de um currículo em uma perspectiva visual-espacial (pedagogia visual/pedagogia da diferença) para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares em Libras;
- ✓ Métodos para qualificar todos os profissionais da escola no aprendizado da Libras;
- ✓ Construção de metodologias para estimulação precoce, atingir as médias das avaliações externas como Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE e cursinho preparatório para vestibular e/ou Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Por outro lado, O ICES demonstrou que tem avançado em conquistas e serviços para a comunidade escolar:

- Mais profissionais surdos na escola (Professores Licenciados)
- Provas em Libras (Montagem de Estúdio de Gravação)
- Implantação do Ensino Médio (Os anos finais);
- Reforma geral da escola e aquisição de materiais educativos.

Nas observações de minha leitura crítica encontrei espaços de aprendizagem e atendimento para os alunos surdos:

- Laboratório de informática;
- Sala de Multimeios;
- Oficina de Português;
- Escolinha de esporte;
- Diretor de Turma;
- Formação dos profissionais do ICES em Libras;
- Produção de material pedagógico bilíngue;
- Oficina de Libras, cultura surda e informática para a família;
- Quadra coberta para prática esportiva;
- Brinquedoteca.

A comunidade escolar tem se mantido ativa desde a década de 90, quando o ICES motivado pelas associações, pastorais, Federação Nacional de Educação e Integração dos

Surdos – FENEIS, comunidade surda e pelos professores começou a entrar em contato com as pesquisas sobre a importância da língua de sinais para o ensino dos surdos, e iniciou seu processo de mudança de uma abordagem oralista até chegar à abordagem bilíngue. Essa abordagem defende a aquisição da Libras, língua materna do surdo L1 de forma natural, e o português escrito como segunda língua L2.

Uma influência cultural positiva para o ICES é a cidade que tem um rico histórico literário. Escritores como José de Alencar e Rachel de Queiroz, humorista Tom Cavalcante e do ex-presidente Castello Branco fazem parte da cultura educacional. Os alunos também tem contato como os espaços culturais da cidade, eventualmente alunos visitam o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC, um local com museus, teatros, cinemas, bibliotecas e um planetário em nosso município.

Da mesma maneira, a comunidade escolar também percebe que há sempre uma dimensão política em todo ato educativo, em toda a prática pedagógica. A escola tem o Conselho Escolar que é representado por pais, alunos, professores e funcionários, os quais discutem o que é melhor para a escola. Assim, todos participam com opiniões e sugestões democraticamente.

Por outro lado, a globalização tem interferido no ambiente escolar através da difusão do capitalismo, dos meios de comunicação e das novas tecnologias educacionais. Assim, tem servido para: acompanhar a evolução tecnológica como recurso de aprendizagem; atualização por parte da comunidade escolar dos fatos da atualidade, que são divulgados de forma instantânea; estimular o aluno ao senso crítico e atualização tecnológica e informacional. Portanto, faz parte do cotidiano das pessoas que estão conectadas ao resto do mundo, notícias, informações, sites de relacionamentos, inclusive por meio dos celulares, os quais auxiliam nas necessidades básicas das pessoas atualmente.

No entanto, esse excesso de tecnologia e informações tem mudado a vida das pessoas. Essas mudanças, como tudo na vida, têm suas duas faces, enquanto alguns usam essas inovações para desenvolvimento de tecnologias em benefício da humanidade, em contra partida esse fácil acesso a internet, por exemplo, instigam algumas pessoas e mais uma vez vemos o homem usando de forma indevida a tecnologia que ele mesmo criou. Por isso cabe a escola conscientizar os alunos sobre os malefícios da globalização como a desigualdade social, o consumismo, dominação dos países ricos sobre os pobres, miséria (fome), perda da identidade cultural e ambição. Tudo isso gera violência e falta de amor ao próximo. O uso da internet na escola deve ser mais uma ferramenta educativa para ajudar o professor e deve ser usada com ética e consciência crítica.

No ICES, por exemplo, o uso da internet ajuda no trabalho do professor e dos alunos, assim como é utilizada de maneira educativa, contribuindo para facilitar a vida dos surdos, principalmente na comunicação e no acesso às informações.

Ainda sobre a instituição, há diversos grupos étnicos que compõem a comunidade escolar, além de surdos, negros, gays, ouvintes, índios, mulatos, brancos, cadeirantes, cegos, etc. É um espaço onde convivem e lutam por igualdade social. No ICES podemos encontrar grande diversidade de múltiplas deficiências, além dos alunos com surdez. Igualmente, a escola conta com projetos Pro Jovem, Primeiro Passo e e-Jovem, que visam qualificar os jovens para o mercado de trabalho. Muitos surdos participam de políticas públicas de apoio como a gratuidade nos transportes públicos e/ou recebem benefícios. No quadro de funcionários a escola conta com um vigia surdo.

Na investigação foi possível observar que, infelizmente nem toda a comunidade escolar conhece a cultura surda, mas este é um dos objetivos da nova gestão, ou seja, que todos passem a conhecer e valorizar a Libras. A escola tem em sua matriz curricular a disciplina de Libras e tem incentivado as famílias a buscarem cursos na área.

A escola recebe recursos financeiros do governo estadual e federal para investir na educação de surdos (formação de professores, equipamentos, espaço físico). E a comunidade escolar faz rifas para arrecadar dinheiro e comprar o que a escola precisa.

O Projeto Político Pedagógico – PPP (anexo) respalda na Lei da Libras e os decretos nº 5296/04 e nº 5626/05 para a valorização da educação bilíngue. No entanto, mesmo com o reconhecimento da Libras sob forma de lei, e da tentativa das escolas adotarem uma proposta bilíngue, não vem sendo nada fácil colocar em prática, posto que faz-se necessárias constantes buscas de metodologias de ensino adequadas.

O ICES reconhece e respeita as diferenças culturais existentes na escola. Mas infelizmente sempre admite novos professores ouvintes que não sabem Libras, porque é muito difícil conseguir profissionais efetivos bilíngues. Também existem alguns profissionais que não se interessam em aprender a língua de sinais, por isso é uma das grandes preocupações da nova gestão superar o problema. Além disso, muitos alunos surdos chegam à escola sem nunca ter estudado ou tido contato com a Libras. E, infelizmente, a família também mostra pouco interesse em aprender a língua.

Nessa perspectiva, a discussão do PPP se pautou nos aspectos legais com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's. Algumas mudanças na educação de surdos, a partir desses aspectos legais, é a produção das provas em língua de sinais, a contratação de mais profissionais surdos e a criação do Ensino Médio, um grande sonho

realizado. Outra conquista importante foi a lotação de um pedagogo surdo na sala de alfabetização e de contar com uma surda na coordenação escolar.

Um dos objetivos do ICES é criar vestibular e faculdade própria para surdo. Porém, há uma preocupação como estudante de Licenciatura em Libras, que aconteça o incentivo aos estudos da Literatura Surda e quanto ao ensino de Libras à contextualização cultural e de identidade. Por isso, no campo de estágio, foram escolhidos os seguintes temas para serem desenvolvidos:

Tema L1 – A Gramática da Libras e seus aspectos semânticos

Objetivos segundo o PPP

Em seu projeto observamos que o ICES elenca pontos importantes para educação de surdos como:

- I. Ofertar todos os níveis da educação básica para os seus educandos;
- II. Proporcionar uma educação bilíngue para os surdos;
- III. Incentivar a formação continuada de seus profissionais e publicações sobre educação bilíngue;
- IV. Preparar os seus educandos para uma inclusão social efetiva com igualdade de oportunidades;
- V. Trabalhar valores culturais, morais e físicos;
- VI. Integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados;
- VII. Compreender este aluno como um cidadão que deve ser um agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante.

Ainda como planos de ação encontraram objetivos sociais como:

- Integração e participação da comunidade escolar;
- Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
- Cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação;
- Criação e reorganização do espaço físico;
- Material didático específico na perspectiva bilíngue e outros que facilitem o trabalho o professor;
- Número de alunos em sala de aula condizente com as estabelecidas pelas diretrizes do Conselho de Educação do Estado para a Educação Especial;
- Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- Cobrança de regras de convivência em grupo;

- Melhor qualificação profissional e salários compatíveis com os diferentes níveis e funções;
- Política que estabeleça professores efetivos proficientes em Libras em todas as disciplinas, incluindo Libras;
- Restabelecimento da motivação e credibilidade dos professores.

3.4.2. A atuação de educadores em sala

A sala de aula é bilíngue, pois o ensino é exposto em Libras e na língua português na modalidade escrita. Todos os alunos são surdos, assim como a professora, a qual destaca sempre os aspectos culturais e sociais dos surdos. O ensino da língua portuguesa e da Libras ganham o mesmo destaque, há disciplina de Libras. A prática de ensino dessas disciplinas é planejada pela professora. Na observação notou-se o uso de temas variados com uso de classificadores e expressões faciais.

O professor geralmente se coloca como apenas um repassador de conteúdo e a relação de poder é nula, pois todos fazem parte de mesmo grupo linguístico. Quanto a formação e o número de funcionários/professores temos: 11 professores surdos e 59 ouvintes. A respeito dos professores surdos do ICES, alguns são alunos do Letras-Libras e outros têm formação em pedagogia e são conhecidos da comunidade surda. Além disso, os direitos dos alunos são reconhecidos, o professor segue o regimento escolar e realiza trabalho pedagógico em sintonia com direção e coordenação, realiza de acordo com normas da escola a avaliação dos alunos. O docente assume o papel de mediador do conhecimento sem desconsiderar a experiência do próprio surdo.

Nesse sentido, as atividades pedagógicas desenvolvidas se adequam à aprendizagem dos alunos surdos, pois é explorada a memória visual e tem base no que os alunos conhecem. Os professores se utilizam de linguagem não verbal, além de filme e outros recursos como estratégias para motivar seus alunos. As atividades desenvolvidas pelos profissionais privilegiam a experiência visual.

3.4.3. A Libras como disciplina

A escola adicionou nos parâmetros curriculares a disciplina de Libras, o que foi bem aceito pelos surdos, ou seja, o ensino da língua como matéria curricular foi incluído na rotina

dos alunos. No entanto, não há uma disciplina de SignWriting, conteúdo que os alunos surdos tem interesse de aprender, uma vez que a escrita para tradução de textos e um bom entendimento de sua língua, é benéfico para este grupo.

Os símbolos da SignWriting não são difíceis de aprender e os alunos surdos tem facilidade de memorizá-los. É evidente que precisa de treinamento e prática por meio de exercícios, mas a Libras é um idioma e se faz necessário também o uso de sua escrita. Os professores ouvintes ministram as suas disciplinas com esforço em Libras, contando com o auxílio de intérprete em momentos de dificuldade.

A escola também oferece o ensino de Libras como L2 às famílias dos surdos por meio de um projeto, ajudando aos pais a desenvolverem uma comunicação com seus filhos surdos. O ensino é feito por um instrutor de Libras na própria língua de sinais. Logo, tanto alunos quanto os pais são beneficiados, uma vez que ajudam na comunicação, reforçam o objetivo da escola como espaço social e estimula o aprofundamento do conhecimento em sua língua materna.

É um trabalho lento, pois o aprendizado dos pais não é equiparado ao dos seus filhos surdos, logo, por serem ouvintes requer mais tempo, sem contar o desconforto gerado entre mães devido algumas intrigas em rodas de conversas. Mesmo assim, os familiares têm frequentado o ICES para um aprofundamento e aprendizagem da Libras. A Sala utilizada para o ensino de Libras como L2 é no anexo II do ICES, está equipada com recursos visuais para o melhor aprendizado.

3.5. A Carteira Nacional de Habilitação para surdos

O processo até a Carteira Nacional de Habilitação – CNH foi bem longo, visto a minha surdez e a dificuldade em compreender todas as etapas, adquirir conhecimento sobre trânsito e praticar direção veicular. Embora todos os obstáculos, junto com minha irmã, o meu pai nos matriculou no curso de condutores seguimos juntas até a prova do Departamento Estadual de Trânsito – Detran. A minha irmã foi aprovada e eu não. Somente após dois anos fiz novamente, mas mais uma vez reprovei.

Diante da situação, meu pai disse para me esforçar mais, estudar, e encorajava com palavras positivas e ia praticar dirigindo o carro, mesmo tendo muito medo de bater, de ocorrer algum tipo de acidente, como também pela comunicação falha em não conseguir entendê-lo completamente.

Na ocasião do psicotécnico, avisei ao médico que era surda, o mesmo entendeu e

ofereceu papel para que desenhasse, observei como as pessoas faziam, desenhei formas de respeitar o pedestre, as características do trânsito, e, portanto, sendo observada pelo profissional, entendeu que tinha boa memória e aprovou.

Logo depois marquei prova no Detran, fiz curso por dias, estudei o manual da primeira habilitação como os símbolos mais usados, sinalização, regulamentação, placas de identificação, semáforos, etc. O intérprete Ernando Pinheiro me ajudou dessa vez, pois antes não tinha quem auxiliasse na hora da prova. Ele ficava na minha frente e traduzia o português para Libras, me perguntava o que estava nas questões para eu respondesse observando as imagens, a sinalização e responder todos os questionamentos. O resultado foi positivo e quase não acreditei, assim como meu pai ficou admirado.

Fiz aulas práticas no carro com tutor da autoescola, treinava no Departamento Estadual de Trânsito – Detran e depois na rua, mas o professor ficava furioso achando que eu não entendia o semáforo e batia o pé no freio, só que pedi calma e compreensão. Pratiquei mais e fui aprovada. Mesmo não tendo carro insistia com meu pai para continuar dirigindo, mas ele tinha medo de acidentes e só em 2015 chamou Geraldo que já tinha experiência com habilitação há 18 anos para me ensinar mais, mostrar mais conteúdo sobre carro, o que ajudou bastante, aprendi rápido, pois esclarecia todas as dúvidas usando a língua de sinais.

Ressalta-se que Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida em muitos estados do Brasil, mas só em abril de 2002 teve seu reconhecimento, sancionada por Fernando Henrique Cardoso, como mais uma Língua oficial brasileira.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, on-line).

Adquiri com o tempo um direito meu que é garantido para os deficientes auditivos em conduzir um veículo automotor. Segue o projeto de Lei n.º 4.318-A, de 2016:

Altera a Lei nº 13.146, de 2015, para garantir o tratamento igualitário da pessoa com deficiência auditiva na aprendizagem da condução de veículo automotor em centros de formação de condutores; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. VANDERLEI MACRIS).

Esta foi a trajetória a respeito da CNH e como busquei entender e ter conhecimento para ser aprovada e receber o tão sonhado documento nas mãos.

3.6. Como me tornei professora, educadora e formadora de Libras

Uma das primeiras barreiras para me tornar educadora em Libras foram as eliminações por quatro vezes em concursos públicos da UFC. Isso chateava e entristecia, inclusive chorava muito. A vontade de desistir era muito grande, mas meu marido Geraldo conversava de forma tranquila e dócil para que seguisse adiante, me esforçasse, tentasse mais vezes e não desistisse. Desse modo, tentei ser aprovada em concursos em outras instituições.

Com a divulgação do concurso do IFCE para docente na área de Libras, veio o ânimo e me inscrevi. Ao ir fazer a prova na capital do Ceará, meu marido ficou doente, com febre e precisou desistir, mas fiquei e realizei a prova focada em fazer o melhor, pois tinham na prova escrita três temas diferentes. Porém, mesmo todo o esforço, não acreditava ser capaz de passar, mas fiquei extremamente feliz e emocionada ao ver o resultado no site do IFCE que tinha sido selecionada em 2º lugar do concurso, coincidência que foi no mesmo dia de Copa do Mundo em 2014. Até a minha família não acredita, devido à surdez.

Em seguida, estudei muito por dois meses para a avaliação do desempenho da didática em Libras, a qual tinha como tema “Alfabetização e Letramento”. Na sala de desempenho tinha uma banca examinadora de três pessoas me observando de frente – Andrea Michelis, Ernando Pinheiro e Raquece. Apresentei os slides de forma sinalizada por cerca de 40 minutos e finalizei. Todo o resultado foi positivo.

Dessa forma, pensei em avisar a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC dos acontecimentos para sair do trabalho, mas por orientação de meu pai deixei para depois. Precisei resolver pendências quanto à documentação e exames para entregar ao IFCE em Fortaleza – CE. Ao avaliarem os documentos, informaram que precisava me demitir da FIEC para assumir a vaga no instituto. Então, fui junto com meu pai e minha sogra na gestão de recursos humanos da empresa que trabalhei por dez anos para avisar a situação, só depois de longa conversa e acordo resolveu carimbar a carteira de trabalho demitindo e depositar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS na Caixa Econômica Federal – CAIXA.

Assim, fui aprovada no concurso do IFCE em 2014, admitida em setembro do mesmo ano como professora no campus Limoeiro do Norte. Inicialmente foi bem difícil, pois precisava viajar por horas, ficar longe da família, dividir moradia com outra pessoa, além de ter muitas despesas e gastos mensais com aluguel, água, luz, transporte, e outros.

No primeiro dia de admissão de servidores públicos para docentes do IFCE campus Limoeiro do Norte, conheci Karlucy (docente de inglês), Marisa e Benigna Soares (docentes de língua portuguesa), e assinamos o termo de posse na sala do diretor geral. Karlucy e eu nos comunicávamos por gestos, decidimos alugar espaço para morar próximo do trabalho, e, logo depois, com a convivência, a intimidade de Karlucy com a língua de sinais foi melhorando, aprendia rápido e passou a dominar, além do português e inglês, a Libras.

Ressalto que a diretora de ensino – Germana Conrado me ajudou muito na comunicação escrita, sanava as dúvidas sobre o ambiente de trabalho, as informações necessárias dos cursos de licenciatura e bacharelado, a oferta das disciplinas, etc. Ou seja, tinha paciência para colaborar e ofertava auxílio para esclarecer as minhas interrogações.

Iniciei ministrando as aulas de Libras no curso de Licenciatura de Educação física para os alunos ouvintes, os quais ficaram em choque porque tinham uma professora surda. Os discentes tinham medo de se comunicarem comigo, mas a técnica usada em sala ajudou nesse quesito e passaram a ter mais coragem, uma vez que utilizava bastante um projetor multimídia para que pudessem compreender de forma visual a língua de sinais. Além dos slides e imagens, fazia comparações entre a gramática da Libras e do Português, como também traduções entre as duas línguas.

Depois, em 2015, fui admitida como técnico intérprete de Libras e comecei a explicar os conhecimentos em Libras e os alunos tinham mais contato com a professora surda. Outros cursos também continuaram ministrando a mesma disciplina das aulas de Libras, foram altamente compreensivos com o desempenho e limitação desse sujeito surdo, durante seus trabalhos e provas acadêmicas durante tempo por quatro anos.

Certo dia almoçando na casa da sogra, passei mal e vomitei. Com isso fui ao médico e descobri a gravidez. Não acreditava que o resultado tinha sido positivo, fiquei assustada e, junto com o meu marido, fomos fazer uma ultrassonografia, logo descobrimos que já estava com três meses de gestação. Ficamos emocionados, porém precisava ser forte, pois viajava de ônibus durante nove meses para trabalho e estudar. Apresentei o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC na Faculdade 7 de Setembro em 5 de dezembro de 2015, e o bebê nasceu dia 18 de dezembro no Hospital Genesis. Agradecemos muito por tudo. Resumidamente, segue relato:

Eu me formei em Letras-Libras em 2010. Posteriormente, comecei a fazer a Pós-graduação da UNI7 (Universidade 7 de Setembro) para o curso de Tradução em Libras de 2013 a 2015. Eu estava grávida na época, mas apresentei o trabalho de conclusão do curso (TCC) e fui aprovada. Depois, o meu filho nasceu.

A licença maternidade tinha tempo de seis meses, quando retornei ao trabalho fiquei chateada e com a dor da saudade de meu filho que ainda era bebê. Depois acostumei com o passar dos quatro meses, inclusive a chateação diminuiu. Sempre viajei e voltei para casa da minha sogra, que cuidava do neto do carinho.

Os colegas professores são humildes e ótimas pessoas, me ajudavam na interação com outros servidores públicos, assim como com os alunos do campus Limoeiro do Norte. Assim, destaca-se a importância em trocar informações, conversar, ter encontros individuais, estimular os alunos que precisam de mais acompanhamento, cooperar e ser empático. Com o passar do tempo já me achavam criativa e com boas estratégias para o ensino de Libras, gostavam de mim e alunos ouvintes se tornaram fãs da famosa professora Karine.

3.7. Remoção de campus: Limoeiro do Norte para Maranguape

O IFCE informou a publicação do edital para formação de cadastro de reserva para interessados em pedir a remoção entre campus, mudança de sede Limoeiro do norte para campus Maranguape em 2018. Fui transferida para o IFCE Maranguape, mas ainda não tinha iniciado as disciplinas da faculdade, o que deveria acontecer em 2020 com a obrigatoriedade da disciplina de Libras em todas as licenciaturas.

No momento, o Sistema de Gerenciamento da Pró-reitoria de Extensão do IFCE – Sigproext, estabeleceu o cadastro no Curso de extensão em Libras Básico com módulos I, II e III para os alunos externos da Guarda Municipal Maranguape e também interior do Amanari, 30 minutos de Maranguape. Era um curso de extensão em Libras para alunos de escolas públicas, como também funcionários interessados em aprender, contava com aulas práticas e o ensino de sinais em todos os encontros, conteúdos sobre os diversos aspectos da cultura surda.

Como não tinha intérprete, tudo era feito conforme possível, usava língua de sinais com os alunos ouvintes, no entanto, nem sempre era compreendida, pois sabiam pouco a língua e só os que tinham um conhecimento maior ajudam traduzindo para os outros. Assim, trabalhei por diversos anos no IFCE campus Maranguape.

O aluno chamando “Gilvamberto” conhecia a língua de sinais e ajudava os iniciantes na sala de aula. Começaram pelo alfabeto manual para que aprendessem a datilologia, logo, como resultados todos faziam seu próprio nome datilologia. O aluno citado era bom líder na contribuição que fazia, entendia rápido e repassava para os demais, ainda assim precisou se afastar para cursar somente o doutorado na área de arte, uma vez que o curso precisava de sua atenção.

4. MOMENTO HISTÓRICO DE PANDEMIA E AULAS REMOTAS

Os momentos iniciais da pandemia da Covid-19 foram desafiadores, uma vez que as aulas presenciais foram suspensas. Todos ficaram em casa de quarentena para prevenirmos o contágio do vírus, o que demorou bastante tempo. Diante dos acontecimentos, passaram a ter reuniões todos os dias com os professores por meio do Google Meet para dar continuidade as atividades acadêmicas. Então, no Google Classroom ocorriam as aulas remotas com vídeos em Libras, diversas atividades práticas, diálogo em língua de sinais, traduções de vídeos, trabalhos, etc.

O Ministério da Educação – MEC, homologou o Parecer nº 19, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que permite atividades remotas no ensino básico e superior em todo país, estendido até 31 de dezembro de 2021. Contudo, desde 2021 já contava com aulas semipresenciais.

O MEC acrescenta a respeito das aulas presenciais 2022:

4º O retorno às aulas presenciais deve contemplar as especificidades e as necessidades de cada fase, etapa e nível, bem como de cada modalidade de educação e ensino, devendo ser especificamente planejadas as atividades das escolas indígenas, quilombolas, do campo e de ribeirinhos, considerando suas características próprias, o respeito a suas culturas e políticas de superação, das dificuldades de acesso, bem como as de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, atendidas a legislação e normas pertinentes (BRASIL, 2022, p. 2).

Nesse sentido, houve o retorno às aulas presenciais, todavia os alunos mostraram-se desinteressados pelos estudos, pois foram prejudicados com o isolamento social.

Não havia intérprete de Libras para mim no IFCE Maranguape, mesmo solicitando diversas vezes. De acordo com o diretor geral já havia sido feita, enviado ofício para Reitoria em Fortaleza, mas não tinha verba para terceirização de cargo de intérprete e deveríamos aguardar, pois era difícil, só tendo condições da presença desse profissional em momentos de reunião com professores e coordenações, embora com todo conhecimento sobre os serviços prestados nesta profissão, assim como é destacado na Lei nº 12.319 de 2010, “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua

Portuguesa”.

O Pró-reitor de gestão de pessoas do IFCE – Fortaleza, ajudou em propostas para contratação de intérpretes de Libras, mesmo que para jornada de 20h semanais dos profissionais. O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE também foram determinantes acompanhando os trabalhos em várias unidades das instituições pelo estado.

Inicialmente, por conta do calendário letivo e suas especificações, estão sendo atendidos na primeira demanda os campi de Acopiara, Aracati, Camocim, Canindé, Crateús, Juazeiro do Norte, Maranguape, Paracuru e Sobral. Em seguida, serão contemplados, também, as unidades do IFCE em Acaraú, Baturité, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Reitoria e Tabuleiro do Norte. O contrato com a empresa vencedora do processo licitatório é de um ano, podendo ser prorrogado por mais cinco, assegurando regularidade e continuidade do atendimento aos estudantes que precisam desse suporte.

Como professora surda acredito ser extremamente necessário intérpretes nas instituições, além de serem valorizados e não mais confundidos com os tradutores, assim como frisado por Pagura, (2003, p. 210, apud Rodrigues e Valente, 2011, p. 14):

Costuma-se associar a figura do tradutor à do intérprete, como se desempenhassem o mesmo trabalho. Não raro, são encontradas menções ao "tradutor-intérprete" de Libras como a figura - observe bem que se fala de "a figura" e não "as figuras". O responsável por verter em Língua Brasileira de Sinais a língua portuguesa (ou outro idioma) e vice-versa. [...] "Os intérpretes existem desde a Antiguidade, assim como os tradutores, com quem são frequentemente confundidos; o tradutor trabalha com a palavra escrita, o intérprete com a palavra falada". [...] O tradutor trabalha com o texto escrito e o resultado de sua tradução é um "outro" escrito; o intérprete lida com a fala e o resultado de seu trabalho é uma "outra fala". Transpondo tal conceituação para a língua de sinais, deve-se assumir que o profissional responsável por transpor discursos falados para Libras, ou o contrário, é o intérprete. Já o que o transpõe um discurso escrito para outro escrito é o tradutor (PAGURA, 2003, p. 210 apud RODRIGUES; VALENTE, 2011, p. 14).

Assim, iniciam em julho de 2021 as admissões de intérpretes de Libras no campus Maranguape e já no encontro pedagógico pós-férias participaram dois intérpretes juntamente com os outros servidores públicos. Atualmente participam das aulas dos cursos de licenciatura em Matemática, Física e Técnico de tecnologia em Informática, repassando informações.

5. APRENDIZAGEM E OS PROCESSOS DE UMA DISCENTE SURDA NO MESTRADO

No segundo semestre de 2020, juntamente com Geraldo meu marido, fiz a inscrição no curso de Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente na UNILAB e IFCE. Enviamos a documentação via e-mail para o PPGEF, mas por falta de assinatura minha no termo de compromisso, não fui selecionada, apenas Geraldo. Então, no ano seguinte, me esforcei mais, redobrei a atenção em toda documentação e me inscrevi novamente. O resultado foi positivo e fique muito feliz.

Tendo consciência das informações do edital e seguindo as orientações para produção de um vídeo sinalizando todo o meu projeto de pesquisa. Iniciei as gravações pelo próprio celular, falhava, ficava nervosa, porém continuava firme. Para finalizar e editar o vídeo, pedi ajuda a um intérprete para que gravasse a voz no vídeo de tudo que já havia sinalizado. Só assim tive condições de enviar esse material gravado defendendo o projeto de pesquisa junto com a apresentação do memorial descritivo. Assim, fui aprovada.

A seguir fala de Geraldo como aluno surdo do programa de mestrado, no qual a autora está vinculada:

Neste primeiro momento, disserto sobre a minha trajetória, contando sobre quem sou, quando me descobri surdo, como foi a convivência em família e com os outros, o período escolar e a minha trajetória no ensino superior como aluno dos cursos de licenciatura em Letras-Libras, Sistemas de Informação, Tecnologia em Processamento de Dados, na Especialização em Libras e no Mestrando em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da UNILAB e do IFCE. Não basta somente falar do que sou e onde estou hoje. É necessário que eu me debruce sobre a minha historicidade e construa uma paisagem autobiográfica, a fim de compreender como meus processos de transformação e formação pessoais e profissionais ocorreram e ocorrem.

Segue relato de Geraldo e a sua trajetória de sujeito surdo:

O texto dessa seção, em que eu, Geraldo Venceslau de Lima Júnior trato da minha trajetória, não passou por qualquer revisão de linguagem. Os registros, feitos em Língua Portuguesa, refletem exatamente a relação que, como mestrando, desenvolvi na minha segunda língua, ao longo do percurso na educação formal.

O autor responsável por essa dissertação, é surdo, cearense, porque primeiro colégio São Vicente aceita inclusão infantil I,I,III, IV e V barreira profunda professores falta comunicação ensinar não conseguiu aprender nada problema as pessoas alunos conversam

pouco depois minha mãe nome Darci procurar outro colégio não aceita inclusão vezes outros nem nenhum demora encontra colégio Manuelito aceita inclusão serie 1^a a 4^a prova simples ajudar professores não conheça falta cultura surda e identidade surda depois Colégio Filippo Smaldone aula especial surdos proibido Libras foca oral sofre difícil depois sair entro ex - colégio cecoop serie 5^a a 8^a problema barreira que falta interprete de Libras difícil meu amigo surdo nome Fabio Luiz oral-visual ajudou comigo também ex-colegio coopefor 1^a e 2^a ensino médio outro ex-colégio São Paulo 3^a ano ensino médio igual interprete de Libras, estudo pratica material de vestibular depois entro prestou o vestibular para o curso de Tecnologia em Processamento do Dados, no UNICE (**União Cearense das Associações de Ensino Superior – UNICE.**) - Educação Superior - em Fortaleza. 3 anos 1^a, à 4^a Semestre, porque havia a difícil barreira da falta de intérprete de Libras quando chega novo interprete de Libras começa 5^a a 6^a semestre até final. Tenho de reforçar que eu lia e estudava todos dias, mas sem muito êxito, pois falta entender que objetivo professor escrever de pincel branco do quadro, já fazer crítica professor oral a fala precisa pincel desenha e mas escreve conteúdo limite, porque pratica programador código visual compreender, além de começar sempre atrasado. Reclamei com o diretor, informei não aceitar que o intérprete de Libras demorasse/ chegasse atrasado. Tive, então, a ideia de ir a outra instituição procurar um/a intérprete. Encontrei uma profissional na FIC/ (**Centro Universitário Estácio do Ceará.**). Essa intérprete passou a atuar na sala de aula em que eu estudava. Para a escrita da Monografia, contei com o auxílio de minha colega moça, especialmente no tocante às normas da ABNT. Ocorre que eu havia produzido um TCC “agramatical” e, por essa razão, precisei submetê-lo à análise de uma especialista, que realizou os ajustes de ordem linguística e formais. Vencida esta etapa, matriculo-me no curso Bacharelado em Sistema de Informação, na FIC (Centro Universitário Estácio do Ceará.) Ali contei com intérprete de Libras tem pronto todos interprete de Libras explica com professores entendendo claro pratica adaptado prova atividades os todos dias.

Outro curso pós-graduação Educação Distancia - EAD em Especialização em Libras tem Dvd's dentro tem Interprete de Libras disciplinas os todos dias, como meu ex – trabalho funcionário terceirizado na Secretaria de Trabalho Desenvolvimento de Social – STDS moça funcionário servidora experiência Artigo TCC ajudou comigo ela já faz artigo de TCC todos certo formando especialização mas barreiro problema TCC agramatical as pessoas não tem interprete de Libras difícil ajuda, reforça estou lendo estudar(especialização). Já fui primeiro ex – trabalho em Instrutor de Libras percebi compreendo experiencias ensino Libras tempo 7 anos no CURSO OTIMO (**IPREDE Instituto da Primeira Infância**). Outro meu trabalho pouco falta comunicação as pessoas funcionários no STDS nada conversamos porque

problema comunicação os povos não conheçam cultura surda e identidade surda como falta acessibilidade de Libras tempo 5 anos eu pedi demissão aqui depois entro trabalho novo outro empresas DELL de Computer tem acessibilidade as pessoas tem interprete de Libras, visual-especial, etc dentro informática cargo Testado de Software outro cargo programador tempo 3 anos, depois vou fazer entrar inscrições depois faz prova de vestibular a aprovado 4ª Lugar o curso de **Letras Libras de EAD, na Universidade Federal de Paraíba – UFPB**, no ano de 2011, no primeiro semestre.

Essa expectativa de cursar a graduação vinha em sua visão de trabalhar futuramente como professor de Língua Brasileira de Sinais – Libras começa estudo disciplina vários importante Letras aprender bom ao ser aprovado nessa graduação, participou em todas as disciplinas inseridas nessa faculdade, quanto Monografia de TCC minha amiga Vanessa Teixeira (**Professora e Libras no UNILAB**) ajudou fazer digitar monografia escrever mim digitando agramatical monografia pesquisa ICES, Outro escola surda, etc. No ponto de vista, essas disciplinas fizeram maximizar a compreensividade no que se tratava nesse ramo linguístico. Todavia passou-se por dificuldades, pois nessas disciplinas trabalhava-se bastante com a segunda língua, a língua portuguesa. Esse foi o ponto que fez com que o autor procurasse explicar a importância do uso da Libras. Os professores tutorias, com qual trabalhavam com seus alunos via distancia, foram altamente compreensivos com o desempenho e limitação desse sujeito surdo, durante seus trabalhos e provas acadêmicas.

A cada presença que o aluno surdo comparecia em Ceará, para fazer suas apresentações, muitas das vezes era barreira, os demais alunos ouvintes não tinham nenhuma base e noção da Língua de Sinais, com que fez o pesquisador sentir-se frustrado e angustiado, pois era o único surdo matriculado nessa graduação. Era preciso que tivesse pelo menos algum percentual de alunos que soubessem lidar com a Língua Brasileira de Sinais, porém foi contraditório. Passados muito já fui perder muito 50 vezes prova o concurso público qualquer lugar tenho lutar estudar muito perder vezes muito porque barreira impossível o concurso público tem interprete de Libras mas problema prova objetivo português diferente línguas com L2 não aceita concurso público mais difícil, outro tenho reforça estudar o concurso público UFERSA 1ª fase passa concurso dissertação(agramatical aceita língua) quase perder 2ª prova didática , outro UFRN 1ª fase passa concurso dissertação(agramatical aceita língua) 2ª prova didática passa 3ª fase quase perder memorial , outro IFCE já faz prova dissertação quase perder 1ª fase porque acontecer doente muito perdi. Outro de novo reforça muito estudar quando UFCG já fui primeiro passar o concurso público todo certo ponto aprovado quando entro trabalho no UFCG não tem interprete de Libras como minha amiga Adriana(ouvinte) Professora de Libras ajudou

comigo depois ela já explica cultura surda e identidade surda as pessoas alunas entendem, Eu sozinho possível ensino estratégia pratica de Libras atividades alunos ouvintes comunicação línguas de sinais conseguiu que atividades treinamos depois os alunos ouvintes assistir a prova vídeos Libras, etc, Alguns barreira falta comunicação as pessoas servidores na setores se depende possível digitando projeto de eventos que pedi modelo ne professora Adriana, já aprendo modelo como sem interprete de Libras 2 anos. Uma vez que,

O sujeito, na condição de autor de sua própria história, ao biografaria entra em transação consigo próprio, com os outros, os contextos, suas histórias e experiências formadoras. Esse movimento remete o autor a empoderar-se, como dimensão individual e coletiva, através de sentidos e significados que estabelecemos à nossa vida e as nossas narrativas cotidianas (SOUZA; VICENTINI; LOPES, 2018, p. 18).

Eu pedi coordenação de Monitores/Extensão vai criar edital de Monitoria de Libras 2 vagas primeiro Josefa já saber simples Libras 1 anos , já ensino muito sinais com dela de Josefa Pereira auxilia de Interprete Simples melhor ajudou mim depois de novo edital monitoria já ensino muito vários sinais Andressa Rodrigues 2 anos e Edinaldo simples Libras 6 meses, Gabriela melhor Libras 2 anos, Gabriela Cavalcanti simples Libras 1 ano, Maria Thereza simples Libras 4 meses, Jordana 6 meses simples Libras, depois nova chega Natalia Diniz interprete de Libras acompanha para mim sempre ajudamos depois 6 meses nova chega Janai Erica interprete de Libras começa desenvolvimento palestra eventos, etc. Minha esposa reclamar estudar o concurso público para mim, descobri criar edital de IFCE o concurso público vou fazer inscrições a IFCE estudo muito todos dias madrugada quando já fui passar o concurso público a 18ª lugar no IFCE demora 2 anos quando IF chama comigo vacância atualizar novo trabalho começa continuamente. Passado já ex- temporária 3 anos escola surdo no ICES experiência metodologia adaptado Libras os alunos surdos como língua com L1 cabeça visual importante método de Línguas de Sinais.

Sabe-se que a temporária é um método de aprendizagem indispensável a um profissional que deseja estar preparado para enfrentar os desafios de uma carreira, com a oportunidade de transformar alguma coisa no que se pode aproveitar e a parte teórica, conhecer a realidade do dia-a-dia, no que o acadêmico escolheu para exercer. À medida que o acadêmico tem contato com as tarefas que a temporária lhe proporciona, começa então a assimilar tudo aquilo que tem aprendido e até mesmo aquilo que ainda vai aprender teoricamente. Sabe-se que pedagogicamente o aprendizado é muito mais eficaz quando é adquirido por meio da

experiência. Temos muito mais retenção ao aprendemos na prática do que ao que aprendemos na prática visual e escrita. Objetivo metodologia foca gramática de Língua de Sinais importante Língua significação vários com Libras alunos surdos necessários visuais dentro portugueses escrita adaptada na escola surda. A pesquisa etnográfica consiste na prática das observações sistematizadas de campo, relatos, entrevistas e outros tipos de procedimentos, utilizando-se muito de narração, descrição, interpretação e compreensão, sendo estes processos aplicados à análise do objeto de estudo com vistas a conduzir suas investigações.

Os estudos referentes ao ensino de Libras metodologia como segunda língua para ouvintes ainda estão em expansão, portanto, espera-se que os resultados encontrados contribuam para os outros estudos relacionados à temática em tela. Tenho vontade fazer o mestrado objetivo metodologia com alunos surdo/ouvintes na Escola, Universidades penso projeto temas organizar depois já fui para UFAL – Maceió - Alagoas ir prova Libras gravar perder, outro para UERN área ENSINO já fui prova dissertação perder também para UFC área Linguística perdi proficiências INGLÊS mas limite difícil depois passo prova dissertação também entrevista no UNILAB – Redenção - Ceará porque aceita agramatical português com L2, depois ainda estudo o mestrando. Porque pesquiso área ensino importante Universidade e escola metodologia adaptador Línguas de Sinais as pessoas necessárias método avaliado ensino os alunos porque comunicação os povos que escola inclusão relacionado exportação possível desenvolvimento objetivo cultura línguas comunicação.

Porque já fui ex - trabalho temporário 3 anos ensino metodologia adaptado disciplina Libras dentro gramática de Libras modalidade as pessoas dependam surdos reforça ou limite estratégia método vai começar as pessoas surdos atividades de Libras prática percebam especiais-visual importante Línguas de Sinais no Instituto Cearense a Educação o surdo – ICES. Já fui experiência ensino as pessoas alunos ouvintes diferente não conheçam cultura surda identidade surda agramaticais línguas de Sinais como teoria língua cultura surda, necessários prática Libras comunicação importante as pessoas surdas a variação.

Já fui ex-servidor de professor de Libras no UFCG campus cajazeiras – PB quantos 4 anos tempos trabalho ensinar disciplina Libras L2 licenciaturas e dois bacharel em medicina e Enfermeira optativo Libras, os alunos ouvintes bom muito mas não conheçam cultura surda e identidade surda porque interior na Cajazeiras – PB a lugar diferente os povos nem admitir porque linguística de Línguas de Sinais importante necessários aproveita foca disciplina Libras a pessoas se interesse que aprender Línguas de Sinais prática e teoria depois pessoal empregar trabalha professor metodologia de alunos surdos na Escola pública ou privado Urbana e Rural objetivo inclusão de pessoas de deficiências precisa Línguas de Sinais comunicação alunos no

colégio. Dois Janai e Natalia Diniz Interprete de Libras ajudamos comigo ensino alunos todos dias, outro juntamos Nozangelica lutamos no INCLUIR as pessoas deficiências importante.

Atualiza Trabalho no IFCE professor de Libras ensino curso extensão, licenciatura, etc metodologia de Libras com L2 as pessoas alunos ouvintes comparam ex-ufcg alunos diferentes os povos se interessem Libras difícil só disciplina Libras aproveita certificação, mas não compreender línguas de Sinais complicador falta comunicação como se acontecer ensina errado evitar necessidade melhor estudamos depois conseguiu comunicação dialogo com alunos importante. Porque gosto de computador de Gráficos, design Gráficos e design Web, mas não consigo procurar empresas não aceita pessoas em deficiências que falta comunicação difícil chefe, funcionários preconceito deficiências auditivos não conquistar empresas problema, outro vou entrar primeiro o concurso público professor de Libras trabalha no Universidade de Federal vacância atualizar trabalho no IF.

Porque empresas despreza pessoas em deficiências auditivo as pessoas problema preconceito para mim. Ainda Estudante de Mestrado de UNILAB área ensino disciplinas tem interprete de Libras, Sinara professora orientadora também Kaline professora coorientadora e tem preocuparam problema limite agramatical dissertação ajudam comigo tenho fazer dissertação coisa todos dias, porque Sinara tem ainda preocupa todos dias barreira se conheça agramatical linguística cultura surda comigo difícil Kaline já conheça cultura surda língua com L1 como redação de dissertação, março aconteceu corona vírus aula suspeita, como virtual de Google Meet reunião orientação com acessibilidade.

5.1. Plataforma Google Meet da UNILAB

O primeiro contato com as aulas de mestrado na UNILAB foi através do Google Meet devido à pandemia de Covid-19 e não podíamos participar presencialmente na cidade de Redenção – CE. Dessa forma, ficamos em casa e as disciplinas acessávamos as sextas-feiras pelo Google Meet com ajuda de intérpretes, inclusive como precisavam descansar por cerca de 15 minutos e geralmente as aulas tinham tempo de 2 horas, eram sempre dois profissionais traduzindo as aulas para Libras.

Na primeira aula não estava entendendo, tinha dificuldade, uma vez que não era acostumada em acessar aulas virtualmente. No entanto, ao tirar dúvidas, os colegas repassaram dicas de uso da tela do Meet, como me relacionar com os professores e intérpretes, logo, percebi que não estava totalmente segura e precisava praticar sozinha o uso do layout da tela, aprender

a me expressar ao vivo por meio de videoconferência e interagir com os outros discentes em tempo real.

Muitos colegas já me ajudaram com trabalhos em grupo, seminários, fichamentos, artigos e videoconferências, mesmo assim tinha ainda barreiras na comunicação, principalmente porque, como não tinha encontros presenciais, não conseguia entender bem as mensagens escritas no aplicativo WhatsApp usado pela turma para dúvidas, atividades e informes. Somente depois comecei a acostumar com a comunicação em texto, principalmente com a ajuda de uma colega chamada Lourdes, a qual fazia transcrição e esclarecimentos do português via mensagens privadas. Sempre fazíamos trabalhos e atividades juntas, pois tinha mais intimidade, até que certo dia escolheram nosso grupo para a apresentação de um trabalho sobre teatro por meio do Meet. Após a apresentação, o professor observou que nos saímos muito bem.

Sempre contei com a ajuda de Lourdes e de Silvia – colegas de turma, pois repassavam informações sobre os trabalhos da maneira mais clara possível para que eu tivesse condições de entender, inclusive nos textos escritos no WhatsApp a respeito de artigos em grupo, fichamentos e outros. São pessoas sensíveis e que gostam de ajudar.

Certo dia foi comunicado aos discentes novas informações sobre o exame de proficiência em Inglês e Espanhol no Núcleo de Línguas – Nucli. Tanto eu quanto Geraldo fizemos as inscrições para a prova de proficiência em Inglês, apesar da grande dificuldade em dominar a gramática da língua inglesa. Fomos então aprender mais em um curso a distância oferecido pelo Nucli, era acessível em Libras, tinha carga horária de 40h e se chamava “Compreensão Leitora em Língua Inglesa”.

Mesmo com as simulações da prova de proficiência e com bom desempenho nas ocasiões, ao realizarmos de fato a prova virtualmente, havia diferenças, tinha muito conteúdo de gramática como as conjunções, tempos verbais, grupos nominais, prefixos, sufixos, e tudo na língua inglesa, o que exigia um nível avançado da nossa parte.

Com nota baixa veio à chateação, pois não compreendia direito, não tinha conhecimento suficiente da língua inglesa, sequer de forma diferente já que conhecia a gramática do português de forma fácil para surdos. Assim, busquei a professora do Nucli para tentar o curso de compreensão leitora em inglês de novo, visto que não podia perder tempo e precisava muito fazer a proficiência em Inglês e Espanhol.

Conversei com a coordenadora do Núcleo de Línguas, expliquei a situação, solicitei provas adaptadas em Libras para surdos, mas segundo a coordenação não podia, porque o

exame deveria ser igual em toda UNILAB, contudo, aconselhou a busca por outra instituição para a realização da prova de proficiência.

Diante do ocorrido, expliquei a uma amiga – Niascara, ex-aluna do curso de Letras Libras, os detalhes desse processo de prova em outras línguas, além de mencionar que a gramática é em um nível avançado. Assim, ela me repassou informações a respeito do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras – DLLE/ Universidade Federal da Santa Catarina – UFSC, entrei em contato via e-mail e marquei a prova do exame de proficiência em Espanhol, a qual foi aplicada de forma on-line em língua de sinais. Fui aprovada em outubro de 2021. Geraldo também fez a prova de espanhol e a inglês também, foi aprovado nas duas. Em seguida precisei apenas encaminhar a declaração com a aprovação para o PPGEF, ou seja, finalizei esta etapa do programa de pós-graduação.

No dia da qualificação do mestrado apresentei em slides com tema “Por um ensino de Libras efetivo: os desafios do ensino de Libras nos cursos de ensino superior” no Google Meet. Apresentei para a banca examinadora de forma sinalizada e ao lado na tela os intérpretes, de forma simultânea, traduzia para português. Em seguida, a banca fez as observações e aprovou. Passei na etapa de qualificação grata e emocionada por ter concluídos os créditos, além do exame de proficiência anteriormente.

5.2. Criação do NAPNE do IFCE

Com a criação da Resolução nº 050, de 14 de dezembro de 2015, foi aprovado o Regulamento dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNES do IFCE. E no que diz respeito ao NAPNE nos campus Caucaia, destaca-se que tem por objetivo contribuir para a inclusão adequada de alunos e servidores com necessidades específicas no cotidiano escolar da instituição. Para tanto, o NAPNE desenvolve ações de sensibilização da comunidade escolar, bem como apoia atividades de capacitação de professores e demais servidores.

Juntamente com a coordenadora Kelma de Freitas Felipe, observava na sala do NAPNE no IFCE de Limoeiro do Norte em 2014 que não estava tendo intérprete de Libras. Após o ano de 2015 foi que os tradutores intérpretes foram admitidos no campus, acompanhavam as reuniões dos professores, coordenadores de setores, a coordenação de controle acadêmico – CCA, inclusive em palestras no auditório.

É importante o trabalho do tradutor intérprete de Libras no processo de inclusão de surdos, pois atua como mediador entre o aluno surdo e o professor, aluno e demais profissionais,

além de ter seu papel em sala de aula, pois traduz a língua portuguesa para a língua de sinais com atenção na hora de transferir o conteúdo e dúvidas, possibilitando participação do aluno em todos os contextos.

Segue a Resolução do NAPNE:

Art. 2º. O presente Regimento dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

§ 1º Nos termos deste regimento, consideram-se Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas aquelas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

§ 2º Durante a implantação, o NAPNE ficará vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e, em âmbito de campus, à Diretoria Geral, por período de um ano. A partir desse período, a vinculação poderá ser revista, visando a um melhor funcionamento sistêmico dos Núcleos.

§ 3º O NAPNE é um Núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do discente com necessidades educacionais específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

§ 4º O NAPNE promoverá, em conjunto com os demais setores do IFCE, suporte técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área da educação inclusiva, sob a perspectiva dos direitos e da diversidade humana.

§ 5º O NAPNE também deverá atuar na assessoria de planejamento e execução de projetos de formação continuada de servidores para a Educação Inclusiva, destinados à comunidade interna e externa do IFCE.

No Art. 3º apresenta os princípios norteadores do NAPNE, os quais seguem abaixo:

- Universalização do acesso à educação; • Autonomia dos discentes e servidores com deficiência;
- Respeito aos Direitos Humanos; • Educação de qualidade para todos;
- Acolhimento à diversidade;
- Gestão participativa;
- Parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil;
- Inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- Dignidade da Pessoa Humana;
- Educação para a Cidadania, Diversidade e Convivência Humana;
- Os Valores da Autonomia e Acessibilidade;
- Crença no Potencial de Superação do Ser Humano;
- Cultura de Inclusão;

- Eficiência, Resolutividade e Boas Práticas;
- Cooperação Interinstitucional.

Segundo o Art. 4º são objetivos dos NAPNEs:

- I. Buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais na Instituição de ensino.
- II. Promover condições necessárias para o ingresso, a permanência e o êxito educacional de discentes com necessidades educacionais específicas no IFCE;
- III. Propor e acompanhar adequações arquitetônicas, possibilitando às pessoas da comunidade com deficiência o acesso a todos os espaços físicos dos campi, conforme as normas previstas em lei;
- IV. Atuar junto às coordenações de cursos, à equipe pedagógica e aos colegiados dos cursos oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, colaborando com a adaptação dos referenciais teórico-metodológicos.
- V. Articular junto ao campus e à PROEXT a disponibilização de recursos específicos para aquisições de materiais de consumo e permanente que possibilitem a promoção das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade;
- VI. Potencializar o processo ensino-aprendizagem por meio da utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação (TICs) que facilitem esse processo;
- VII. Promover e participar de estudos, eventos e debates sobre Educação Inclusiva com o intuito de informar e sensibilizar a comunidade acadêmica no âmbito do IFCE e de outras instituições;
- VIII. Contribuir para a inserção da pessoa com necessidades educacionais específicas no IFCE e em espaços sociais;
- IX. Assessorar a Diretoria de Ingressos do IFCE especificamente nos casos de ingresso de estudantes e servidores com necessidades específicas;
- X. Assessorar, quando necessário, no processo de alterações nas regulamentações que visem o ingresso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFCE.

De acordo com o Art. 5º da Resolução do NAPNE, deve ser constituído por três pessoas, no mínimo. E ainda acrescenta muitas informações no que diz respeito a acessibilidade das pessoas com necessidades educacionais específicas, ou seja, o NAPNE requer:

- I. Profissionais capacitados e especializados;

II. Adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, adaptações das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e do processo de avaliação para o desenvolvimento dos alunos;

III. Equipamentos e materiais específicos para participação nas ações de ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis;

IV. A participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade.

Parágrafo Único: Não havendo equipe técnica especializada no campus, caberá ao diretor geral buscar mecanismos de formação de seus servidores, seja viabilizando a participação em cursos, eventos ou garantindo assessoria especializada para tal fim.

Já no Art. 6º trata de como dever constituído a equipe multidisciplinar, pois deve ter psicólogo, docentes e técnicos administrativos, assistente social, dentre outros profissionais.

§ 1º Dentre os membros titulares do NAPNE deverá haver pelo menos um discente regularmente matriculado (prioritariamente que tenha alguma deficiência) e servidores de setores relativos ao ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis.

§ 2º Preferencialmente, um dos membros do NAPNE deve possuir algum conhecimento e/ou experiência profissional em políticas de atenção a pessoas com deficiência e/ou em políticas públicas voltadas para público que necessitem de ações afirmativas.

Art. 7º A composição da equipe do NAPNE dar-se-á por meio de adesão voluntária.

Art. 8º Após a constituição do NAPNE os membros que aderiram deverão eleger o coordenador, o vice-coordenador e o secretário, que comporão a comissão gestora, e deverão criar comissões de trabalho para pensar mecanismos de acesso, permanência e êxito na comunidade acadêmica e sociedade.

§ 1º Os membros da comissão gestora deverão necessariamente ser servidores efetivos do IFCE;

§ 2º O mandato do coordenador, vice-coordenador e do secretário será de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período, mediante aprovação dos demais integrantes do NAPNE;

§ 3º Em caso de vacância ou desistência de algum integrante da comissão gestora, os demais membros do NAPNE deverão realizar uma nova organização de funcionamento conforme este artigo.

Art. 9º O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE deverá ser instituído por portaria do Diretor do campus, após a composição da equipe.

Art. 10. Será desligado do NAPNE o coordenador ou qualquer membro da comissão gestora do NAPNE que:

I. Faltar sem justificativa de três reuniões consecutivas ou cinco alternadas;

II. Afastar-se do campus por um período superior a um ano. Parágrafo Único. As justificativas serão apreciadas e aprovadas pelo Coordenador e Comissão Gestora, devendo ser entregues até 3 (três) dias úteis após a realização da reunião.

III. Art. 11. O campus deve, no prazo de seis meses, prorrogável por igual

período, após a publicação deste regimento, oferecer espaço físico adequado ao trabalho da equipe que comporá o NAPNE e ao atendimento dos discentes e servidores com necessidades específicas.

IV. Parágrafo único: Caberá à equipe do NAPNE apresentar oficialmente ao Diretor Geral do campus as condições necessárias para funcionamento do referido espaço físico.

Art. 12. Para promover a acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas o NAPNE requer:

- I. Profissionais capacitados e especializados;
- II. Adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, adaptações das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e do processo de avaliação para o desenvolvimento dos alunos;
- III. Equipamentos e materiais específicos para participação nas ações de ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis;
- IV. A participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade.
- V. Parágrafo Único: Não havendo equipe técnica especializada no campus, caberá ao diretor geral buscar mecanismos de formação de seus servidores, seja viabilizando a participação em cursos, eventos ou garantindo assessoria especializada para tal fim.

Art. 13. Ao NAPNE compete:

- I. Disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFCE através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;
- II. Garantir a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão da formação com êxito dos alunos com necessidades educacionais específicas;
- III. Estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o aluno, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos e também valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida;
- IV. Fomentar na instituição a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais, comunicacionais e arquitetônicas.
- V. Articular com os setores da Instituição as diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;
- VI. Prestar assessoramento aos dirigentes do campus em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- VII. Participar dos momentos de discussão sobre as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da Instituição de modo a atender às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- VIII. Indicar e propor ações para planejamento necessário para a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Plano de Ação Anual – PAA;
- IX. Participar do processo de ingresso de novos alunos, garantindo condições de acessibilidade para pessoas com necessidades educacionais específicas.
- X. Participar da elaboração da Política de Ações Afirmativas do IFCE.

Art. 14. São atribuições do (a) coordenador (a):

- I. Convocar as reuniões e coordená-las;
- II. Representar o NAPNE em ocasiões em que se fizer necessário;
- III. Gerenciar, otimizar e divulgar as atividades e processos desenvolvidos

pelo NAPNE;

IV. Participar e estimular na elaboração de projetos e editais que visem fomentar as ações do NAPNE;

V. Cumprir a carga horária mínima de 8 (oito) horas semanais.

Art. 15. São atribuições do (a) vice-coordenador (a):

I. Substituir o coordenador na sua ausência, coordenando os trabalhos;

II. Auxiliar o coordenador em suas atribuições;

III. Participar das reuniões e auxiliar no planejamento, elaboração, execução, divulgação e avaliação das ações do núcleo;

IV. Cumprir a carga horária mínima de 8 (oito) horas semanais.

Art. 16. São atribuições do (a) secretário (a):

I. Redigir as atas e demais documentos;

II. Organizar documentos e divulgar aqueles que forem determinados pelo Núcleo;

III. Manter registro de frequência e justificativa em caso de ausências;

IV. Agendar reuniões e divulgá-las entre os membros do núcleo;

V. Participar das reuniões e auxiliar no planejamento, elaboração, execução, divulgação e avaliação das ações do núcleo;

VI. Cumprir a carga horária mínima de 4 horas semanais.

5.3. O desafio do processo da inclusão do NAPNE

Os NAPNEs do IFCE já são 32 (trinta e dois), mas os que contavam com servidores TILS, ou seja, com Tradutores Intérpretes de Libras são 4 (quatro). Não atendem a demanda e, portanto, há grande problema, pois existem professores surdos, no total de 12 (doze), mas nos campi de Acopiara, Horizonte, Juazeiro do norte, Maranguape, Paracuru e Tabuleiro do norte não contavam com intérpretes, isso é, eram 6 (seis) institutos sem intérpretes de Libras. Professores surdos não têm superado possíveis dificuldades de barreira na comunicação no ambiente de trabalho.

A professora Karine não tem intérprete de Libras há 4 anos, vem tendo paciência e sofrendo, não participa de reuniões com professores, até mesmo por não estarem abertos a sugestões e mudanças. Além disso, o encontro pedagógico precisa de mais planejamento e contar com intérpretes. Somente nos semestres 2021.1 e 2021.2, foi ofertado provisoriamente TILS para o encontro pedagógico realizado pelo Google Meet.

Atualmente, os servidores de TILS existem em onze campi dos atuais 34 (trinta e quatro) existentes, a saber: Aracati, Camocim, Canindé, Cedro, Crateús, Fortaleza, Reitoria, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Quixadá e Sobral. No campus Limoeiro do norte tinha, mas o profissional passou em um concurso público e foi transferido para outra localidade.

A conquista do NAPNE no que diz respeito à contratação dos intérpretes é uma cooperação entre PROEXT - Pró-reitoria de Extensão e PROGEP - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Foram contratados 60 (sessenta) TILS em julho de 2022 para trabalharem em várias

unidades da instituição pelo estado.

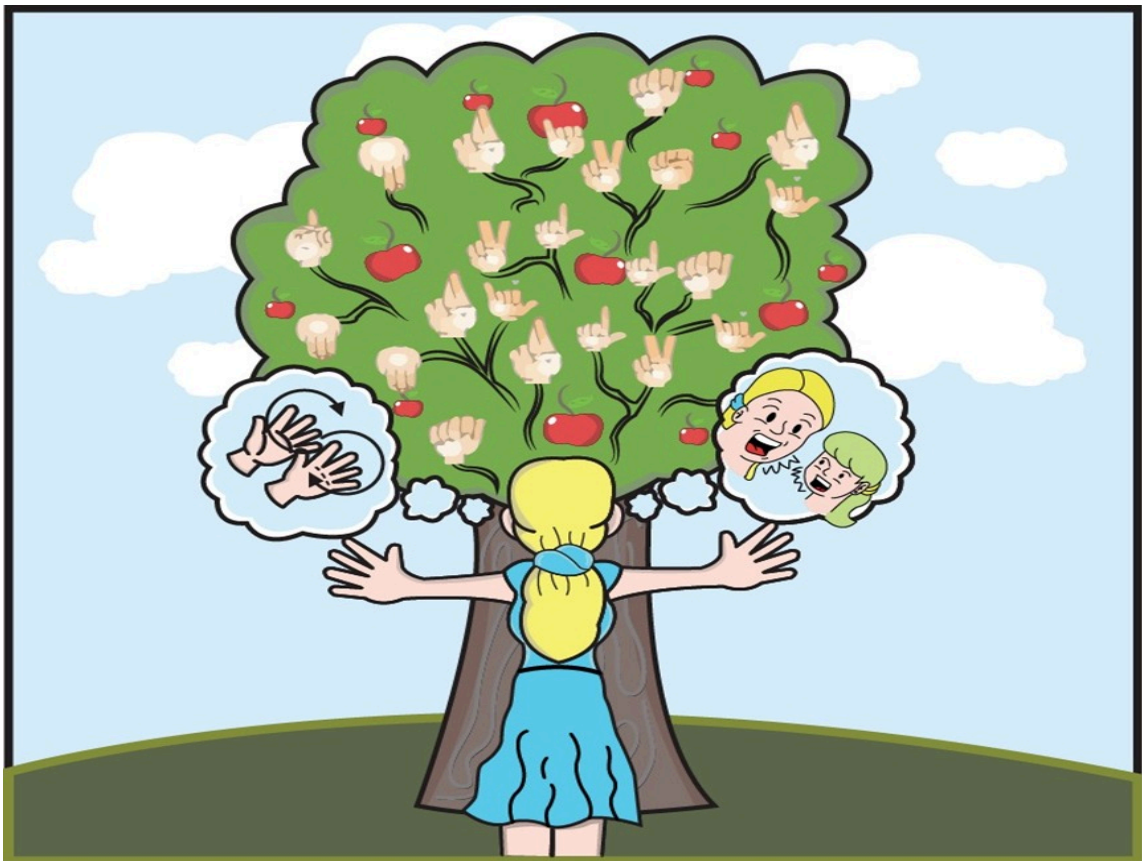
Ao admitirem dois intérpretes de Libras para todos os campis, a professora Karine passou a contar com estes profissionais ao retornar de forma presencial após as férias para o campus Maranguape. Passou a participar de encontro pedagógico com os demais professores, coordenadores e o diretor geral. Com a presença dos intérpretes, tanto pela manhã quanto a tarde, observou-se o quanto é importante a inclusão e o quanto se deve valorizar essas oportunidades.

6. PRODUTO EDUCACIONAL



A AUTOBIOGRAFIA,
A NARRAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA:
UMA OPORTUNIDADE DE LUTA

KARINE MARTINS CUNHA VENCESLAU





BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL DA PESSOA COM SURDEZ: UMA HISTÓRIA DE VIDA

Autora

KARINE MARTINS CUNHA VENCESLAU

Co-Autora

MARIA DE LOURDES LEITE PAIVA

Maranguape – Ce

2022

**FICHA TÉCNICA**

Planejamento Editorial Textos:
Maria de Lourdes Leite Paiva

Transcrição L1 para L2:
Maria de Lourdes Leite Paiva

Planejamento Visual:
Maria de Lourdes Leite Paiva

Ilustrações:
Vitor Hugo Saboia de Paiva

BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL DA PESSOA COM SURDEZ: UMA HISTÓRIA DE VIDA

Autora

KARINE MARTINS CUNHA VENCESLAU

Co-Autora

MARIA DE LOURDES LEITE PAIVA

Maranguape - Ce

2022



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

SUMÁRIO

Apresentação	05
Capítulo I	
Barreiras de Acessibilidade Comunicacional da Pessoa com Surdez.....	06
Uma História de Vida – Autobiografia.....	07
Capítulo II	
Acessibilidade Comunicacional Pessoas com Surdez.....	20



*Mamãe e Papai são surdos.
Te amo muito! Beijos*

APRESENTAÇÃO

Esta Cartilha Educacional foi elaborada a partir da minha AUTOBIOGRAFIA, A NARRAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA: UMA OPORTUNIDADE DE LUTA, intitulada **BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL DA PESSOA COM SURDEZ**, desenvolvida por Karine Martins Cunha Venceslau, e transcrita de L1 (Libras) para L2 (Português) por Maria de Lourdes Leite Paiva, sob a orientação do professor Dr. Solonildo Almeida da Silva e coorientação do Professor Dr. Emanuel Rodrigues Almeida, para o Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEF-UNILAB/IFCE), Mestrado em Ensino e Formação Docente.

Considera a centralidade do objetivo da Cartilha, apresentar as barreiras de acessibilidade comunicacional enfrentadas pelas Pessoas com Surdez, a partir da minha autobiografia.

Assim, no contexto organizacional, esse feito pode ser considerado para conscientizar ou amenizar as barreiras atitudinais, instrumentais e comunicacionais da nossa sociedade.

CAPÍTULO I

Barreiras de Acessibilidade Comunicacional da Pessoa com Surdez



Barreiras:

Segundo a LBI¹, barreira é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

¹ BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Uma História de Vida - Autobiografia



Sou filha primogênita, tenho uma irmã Adriana e um irmão mais novo Adriano Júnior. Até aos dois anos de idade, eu era uma criança com o desenvolvimento igual a qualquer criança da mesma faixa etária. Meus pais, muito felizes comigo.

Nesse período, fiquei doente, meus pais queridos me levaram urgente para o médico, então fui diagnosticada com meningite. Foi realizado todo tratamento, e fiquei curada.

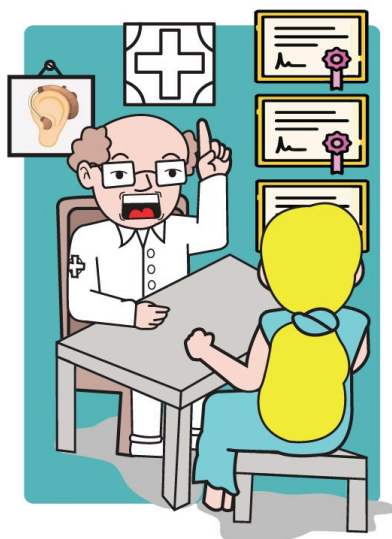
No decorrer do tempo, os meus pais não percebiam que sua bebê, não respondiam aos estímulos sonoros. Minha mãe me achava uma bebê linda. Me deu o nome de batismo de "Karine".

Com o passar do tempo, minha mãe me ensinava várias coisas, principalmente, pater palminhas, ela sempre brincava dessa forma, e eu não respondia aos seus estímulos de palmas,

Quanto mais o tempo passava, mais eu ficava alheia ao meu redor. com isso, minha mãe começou a estranhar o meu comportamento, e me levou ao médico. Logo após, os exames, fui diagnosticada com surdez, minha mãe era leiga no assunto.



Minha mãe, ficou assustada e triste ao saber da minha surdez. Que pena! Como minha querida filha vai ser capaz de aprender? E seu futuro?



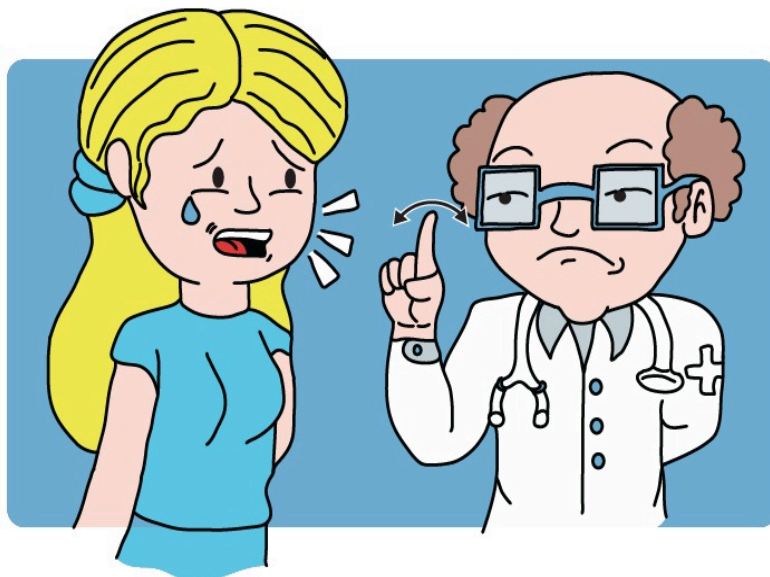
Contudo, o Médico a aconselhou: fique calma, e explicou que eu precisava fazer fonoaudiologia, e a incentivou aprender a leitura labial e treinar e usar o aparelho auditivo² todos os dias.

Porém, orientou a minha mãe, a não procurar o ensino da língua de sinais. Se, ela aprender, não vai se desenvolver na vida.

Barreiras de Acessibilidade Comunicacional da Pessoa com Surdez

² O aparelho auditivo, também chamado de **prótese auditiva acústica**, é um pequeno dispositivo que deve ser colocado diretamente no ouvido para ajudar a ampliar o volume dos sons, facilitando a audição de pessoas que tiveram perda desta função, de qualquer idade, sendo muito comum em idosos que perdem a capacidade auditiva por causa do envelhecimento. Disponível em: www.tuasaude.com/aparelho-auditivo/

Assim, minha mãe compreendeu e agradeceu os conselhos que o médico a tinha passado.



Ela era leiga em relação a Pessoa com Surdez, saiu do consultório, com a certeza de que iria fazer todo o possível para possibilitar que sua filha voltasse a escutar, acreditava fazer a coisa certa.

Avaliação diagnóstica

Karine Martins Cunha Venceslau perdeu a audição aos dois anos de idade, causada por uma meningite. Foi diagnosticada com surdez bilateral profunda.

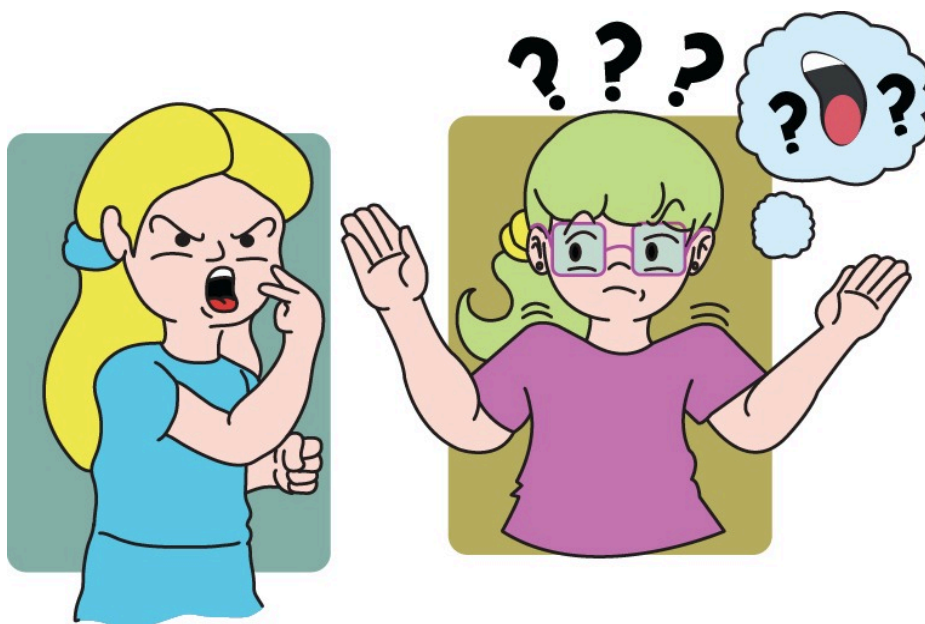
Devido essa surdez ter sido ocasionada aos dois anos de idade, nesse caso, sua surdez poderia ser considerada do tipo pós-lingual (surdez após o conhecimento da língua, no caso o português), porém, como se deu em uma idade em que a criança “ainda” não tinha sido alfabetizada na língua portuguesa.

No entanto, a mesma teve até aos dois anos, uma apropriação dos sons de natureza ambiental, do cotidiano familiar e muito pouco o cotidiano social, que possivelmente não foram estimulados em sua memória e nela permanecem adormecidos.

A partir disso, nesse caso, com essas características, a surdez pode ser considerada pré-lingual (não conhecimento da língua), daí, há um impedimento à captação de alguns sons, mesmo aleatórios.

Nessa ótica, a natureza do problema cognitivo da pessoa com surdez está relacionada à deficiência das trocas simbólicas, ou seja, o meio escolar não expõe esses alunos a solicitações capazes de exigir deles coordenações mentais cada vez mais elaboradas, que favorecerão o mecanismo da abstração reflexionante e os avanços cognitivos. (Maria de Lourdes Leite Paiva)

Até aos seis anos de idade, minha querida mãe ainda tentava me ensinar a leitura labial, e ela não conseguia entender³ porque eu não respondia aos seus recursos.



Era uma ação contínua, e minha mãe não compreendia porque eu ainda não falava.

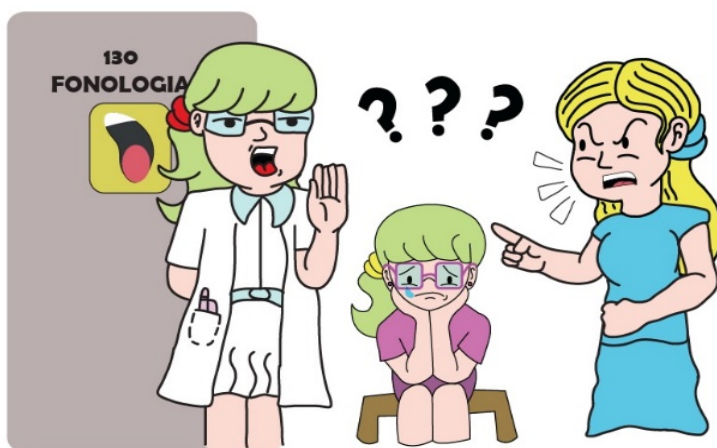
Nesse contexto, minha mãe ficava nervosa, irritada e impaciente, porque eu não apresentava avanços. Eu percebia sua cara de brava.

³ Nesse caso, com essas características, a surdez pode ser considerada pré-lingual (não conhecimento da língua), daí, há um impedimento à captação de alguns sons, mesmo aleatórios. Nessa ótica, a natureza do problema cognitivo da pessoa com surdez está relacionada à deficiência das trocas simbólicas.

Mas, ela nunca desistiu. Sempre tentou a vida inteira. E eu continuava sem responder as expressões dessa forma.



Então, minha mãe percebia que eu ficava chateada e triste, todas as vezes que ela demonstrava uma cara de brava através das expressões faciais, nesse momento ela se emocionou junto comigo.

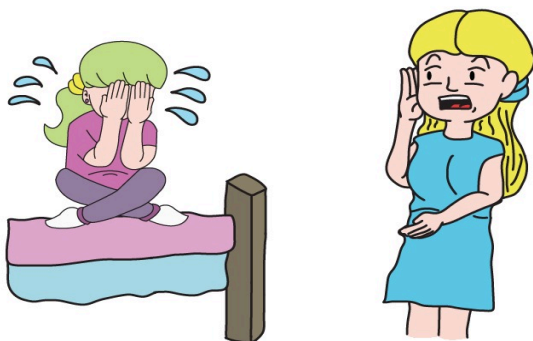


Contudo, minha mãe continuava me levando para a fonoaudióloga. Ela questionou com a fono, sobre as dificuldades apresentadas, porque eu ainda não conseguia falar.

A fono falou para ela não se preocupar e continuar fazendo os exercícios todos os dias. E eu continuava sem demonstrar expressões.



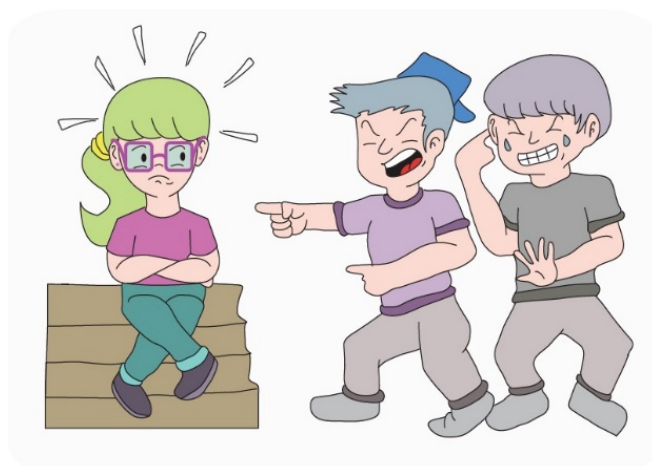
No dia seguinte, eu apresentava um rosto cansado e triste, por ainda não ter passado ninguém compreensível para explicar a fono que eu não iria falar. Ela só dizia para minha mãe ter paciência, com isso, minha mãe decidiu não perder mais tempo, pensava no meu futuro.



Nessa situação, eu comecei a me sentir angustiada e me isolei, não queria me comunicar nem com a minha mãe. Percebi que ela se sentia abatida, por eu não compreender o seu sentimento, de como seria o meu futuro?

No outro dia, mamãe me levou para uma escola de ensino regular. Eu achei o lugar diferente, não reconheci o ambiente escolar, não sabia o que significava, eu tinha muito medo, porque os meus colegas não sabiam que eu era surda.

Simplesmente, minha mãe me mandou ir para sala de aula, eu fiquei envergonhada, todos me olhavam. Eu não tinha culpa de não compreender e nem conseguir me comunicar com meus colegas.



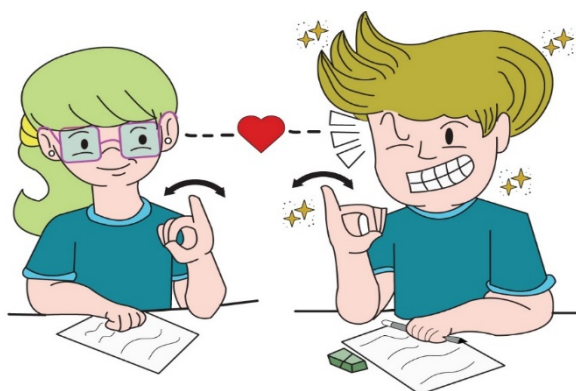
Lembro como se fosse hoje, na hora do intervalo eu ficava isolada em um lugar sozinha, no ambiente escolar e os estudantes ouvintes ficavam zombando de mim, me chamando de “surda-muda”. Eu ficava triste, assustada e chateada.

Queria fugir daquele lugar, queria ir embora para minha casa.

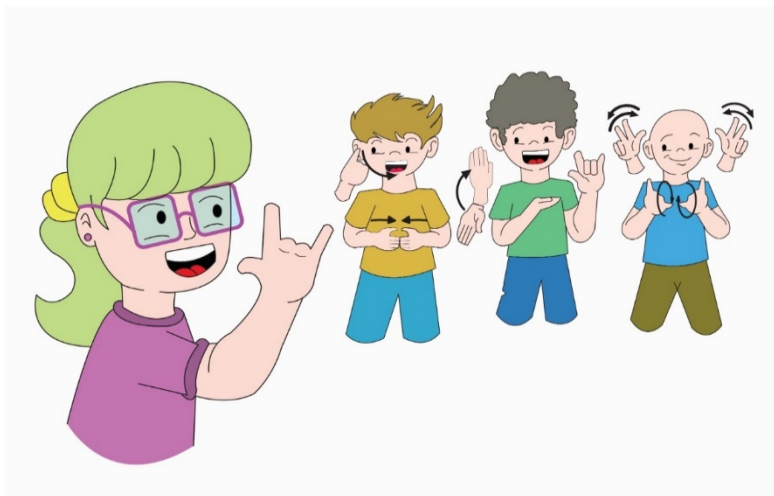
Logo depois, mamãe percebeu o meu comportamento estranho pelo trauma que passou na escola de ensino regular.



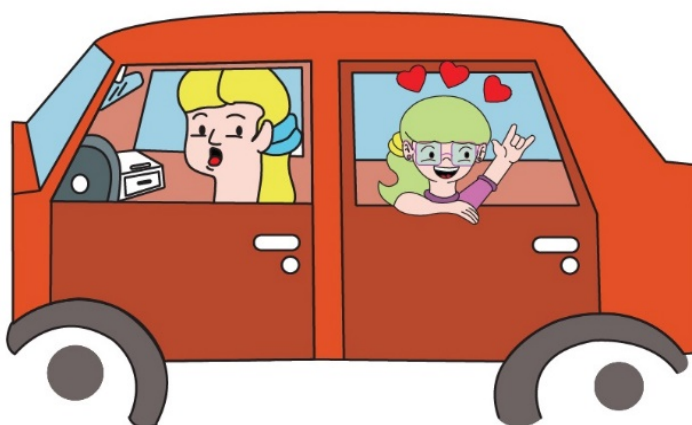
Então, refletiu sobre o que poderia fazer para que eu tivesse um futuro sem dificuldade nenhuma. Ela pensou e decidiu me levar para uma Instituição de ensino especializado, eu fiquei um pouco incomodada, foi muito sofrimento entrar na sala de aula.



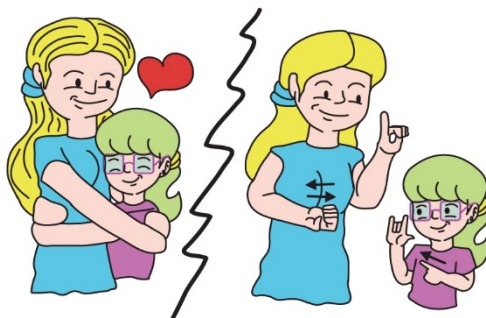
Assim, me sentei na cadeira e mesa, fiquei com medo e calada. Com isso, um menino me mostrou usar aparelho de audição, ele virou para o meu lado e sinalizou "oi" em Língua de sinais dentro da sala. Eu fiquei impressionada e feliz.



Então, minha mãe passou ao lado do garoto, que começou a falar com as mãos, "oi tudo bem?", eu fiquei encanada, meus olhos brilhavam. o garoto sinalizou "meu nome é Pedro" eu disse sim, com um movimento na cabeça. O Pedro "falou prazer em te conhecer". Eu fiquei emocionada e muito feliz por conseguir me comunicar com ele.

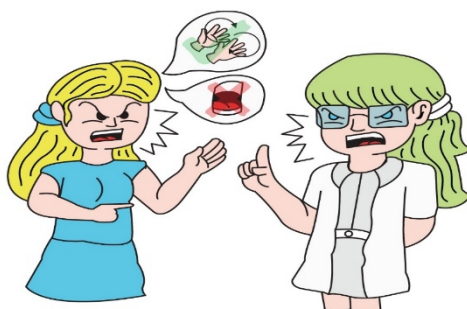


Quando, a mamãe foi me buscar, percebi que sua autoestima estava elevada. E percebeu, que não sabia falar em LIBRAS.



No dia seguinte, mamãe falou à fonoaudióloga, você sabia que minha filha estava infeliz e não conseguiria falar, mesmo assim, insistiu com as barreiras de comunicação, impedindo o acesso de Karine em LIBRAS.

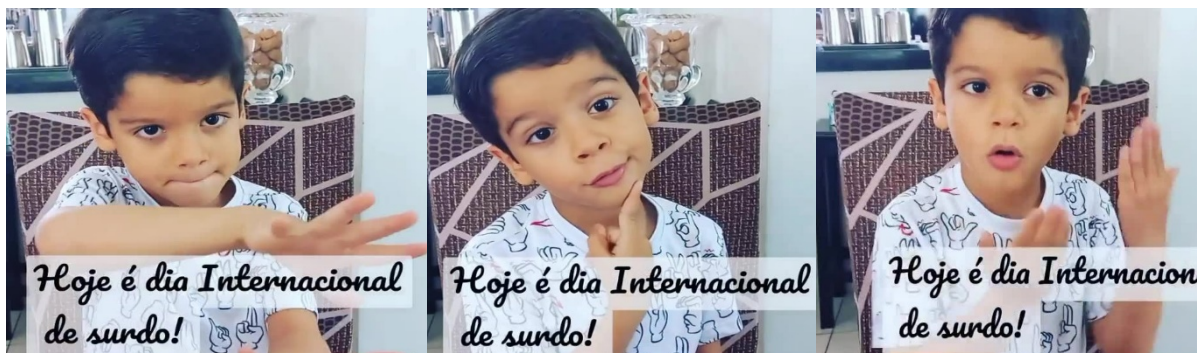
Agora, ela está muito contente em poder se comunicar com as mãos, ela demonstrou facilidade em aprender.



Assim, minha mãe cancelou os atendimentos de fonoaudiologia, e disse: já fazem 5 anos perdidos, a Karine já devia ter feito o curso de LIBRAS. Só agora percebi o que era importante para minha filha, ela ficou apaixonada por sinalizar em LIBRAS, com o Pedro. Todos nós precisamos aprender LIBRAS para interagir com a Pessoa com surdez. A fonoaudióloga ficou envergonhada e brava,

CAPÍTULO II

Acessibilidade Comunicacional⁴ da Pessoa com Surdez



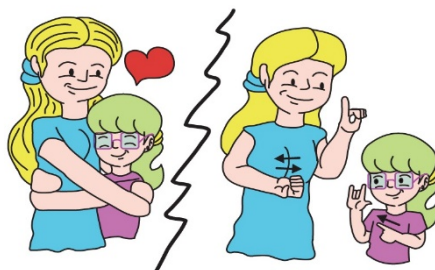
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

No campo da educação Ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (LIBRAS) para se comunicar com alunos surdos; ensino do braile e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc.

“Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares [acessibilidade comunicacional, metodológica e instrumental] mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille [braile] e a língua de sinais...” (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12, § 2º); – bem como de barreiras nas comunicações [acessibilidade comunicacional] (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12)

Disponibilidade de pessoas que possam usar a língua de sinais brasileira (Libras); de auxiliares para orientação de pessoas cegas para localizar livros e outros materiais; disponibilidade de textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, recursos ópticos e não-ópticos, lupa, teléupas, barra de leitura livros falados, sorobã, vídeos com legendas e inserção de intérprete de Libras e outras centenas de recursos que facilitam a comunicação.

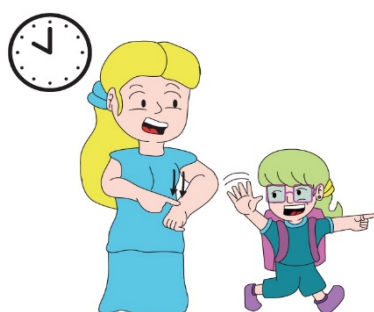
⁴ Citação bibliográfica SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.



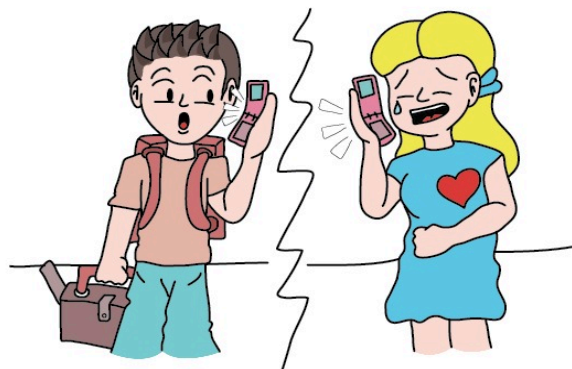
Enfim, mamãe compreendeu, me ajudou e me incentivou a fazer o curso de LIBRAS. Me senti elogiada e feliz com a minha mãe. Minha vida começou a mudar e melhorar, eu fiquei muito feliz.

Por muito tempo, eu e Pedro conversávamos só em de LIBRAS, o tempo passou rapidamente e Pedro ficou adulto.

Com isso, meus pais ficaram admirados com o meu aprendizado e compreenderam que a cultura e a comunidade surdas são relevantes e impõem o respeito e o direito das Pessoas com Surdez.



Quando eu ia à escola, minha mãe sinalizava a hora de sair para mim, e eu sinalizava "sim já vou". Sorríamos e juntas íamos para a escola para as Pessoas com Surdez. Eu sempre reencontrava com Pedro, brincávamos juntos na sala de aula.



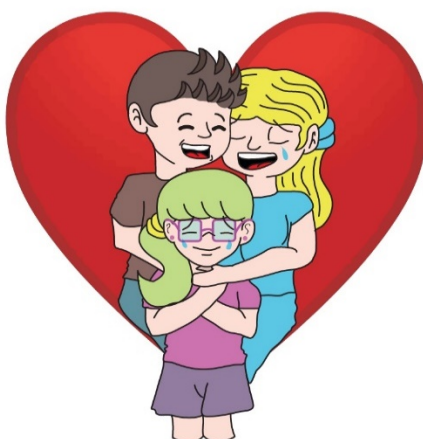
Meu pai é militar da Aeronáutica e passa muitos meses viajando, quando ele voltou, e nós fomos buscá-lo no aeroporto, eles se abraçaram fortemente.

- Ele perguntou, como está nossa filha Karine?
- Minha mãe falou! Nossa princesa está muito feliz.

Eu sinalizei em LIBRAS, meu pai não entendeu, e falou, o que é isso sinalizar em mãos?

Minha explicou, ela está rindo... e contou tudo o que aconteceu na sua ausência. Como, minha mãe aceitou mudar a vida e o futuro, me apoiando, aprendeu a importância do uso da LIBRAS.

Dessa maneira, as barreiras foram quebradas em nossa família, a acessibilidade comunicacional ao meu redor, nos mostrou a importância do ensino de LIBRAS, para a inclusão social da Pessoa com Surdez.



Meus pais, compreenderam o sentido da empatia, o respeito a diversidade individual de cada pessoa. Meus pais, expressam grande amor por mim, dizem que tenho as mãos de ouro, e se orgulham muito da minha trajetória profissional como pessoa com Surdez.



Na história da Pessoa Surda no mundo, por muitos anos não

deixavam as pessoas sinalizar em língua de sinais.

Foi criado em 1880, o Congresso de Milão, o Professor L'Épée apresentou método de gesto, chamou um aluno surdo no auditório, pediu para ele sinalizar em gesto e o mesmo ficou calado. E outro, Alexandre Graham apresentou método de oral puro, chamou um aluno surdo oralizado e falou bem no auditório e foi muito elogiado.

Em vista disso, houve uma votação para a escolha de um método, e a maioria votou no método oral puro, assim, o método gesto, a língua de sinais permaneceu proibida por 100 anos. As Pessoas com Surdez, tiveram uma vida sofrida e complicada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem inúmeras dificuldades para o surdo na sociedade, principalmente em se tratando de comunicação e o ingresso no mercado de trabalho. Além de uma boa comunicação ser essencial, tanto intelectualmente quanto no meio social, é preciso para boas relações de entendimento com outras pessoas no nosso meio. E o mercado de trabalho, seja em empresas particulares ou órgãos públicos, não favorecem a inclusão dos surdos nos seus ambientes de trabalho de forma igualitária e com confiança, justamente pela barreira de comunicação.

São muitas as lutas, e aqui mostro as minhas durante toda a trajetória de vida, os processos formativos até o momento do mestrado. A perspectiva autobiográfica da minha história oportuniza enxergar as lutas diárias de uma pessoa com surdez ao longo da vida, tanto pessoal, acadêmica, quanto profissional. Minha experiência de vida mostra a nossa capacidade de força em enfrentar as barreiras e batalhar por dias melhores para a comunidade surda, uma vez que tive forças para alcançar diversos cursos e patamares profissionais na formação: Processamento de dados; Licenciatura em Letras Libras; Pós-graduação de Tradução em Libras; aprovação em concurso público do IFCE; Mestrado de Ensino e Formação Docente da UNILAB – IFCE.

No curso de Letras Libras tive oportunidade de construir a minha identidade de professora surda, além do curso ter sido um ponto positivo e enriquecedor nas licenciaturas no Brasil. Espera-se que mais professores surdos possam também ser multiplicadores de conhecimentos específicos de sua língua e que os cursos de ensino superior não parem de crescer de serem valorizados.

Já no que diz respeito ao estágio supervisionado, deve ser sempre bem planejado e com atividades, assim como tive a chance de ter experiências únicas com resultados satisfatórios nas problemáticas do espaço escolar, o que serve de incentivo para uma adequação melhor de didática e métodos de ensino que alcancem os alunos.

No meu processo de pesquisa no Mestrado, compreendi ainda mais a importância das relações com as pessoas e o quanto é necessário o reconhecimento por parte da comunidade ouvinte, que é necessário respeitar as diferenças culturais, diferenças de língua, além de entenderem que a Libras foi reconhecida legalmente como língua oficial dos surdos. Logo, esta é a nossa forma de expressão e comunicação.

Portanto, apresento “a autobiografia, a narração da história de vida: uma oportunidade de luta”, afirmando os desafios, o meu ponto de vista para a construção de novos caminhos, a inclusão dos surdos na sociedade, inclusive com mente aberta e sem preconceitos. Apesar

deste trabalho não esgotar todos os resultados que se obtêm de uma sala de aula, responde ao querer fazer melhor em todos os quesitos: como professora de ensino da primeira língua do surdo e como aluna de diversos cursos até o momento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, [...] e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 10.436. 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. **Nota de Esclarecimento.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2021-pdf/232651-nota-de-esclarecimento-covid-19-2022/file>. Acesso 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT [...] e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 4.318-A, de 2016** (Da Sra. Mara Gabrilli). Altera a Lei nº 13.146, de 2015, para garantir o tratamento igualitário da pessoa com deficiência auditiva na aprendizagem da condução de veículo automotor em centros de formação de condutores. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2076821>. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 18 set. 2002.

FERNANDES, E.; RIOS, K. R. Educação com Bilinguismo para crianças surdas. **Intercâmbio**, vol.VII. Rio de Janeiro, p. 13-21, 1998.

GOODSON, I. **Dar voz ao professor:** as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A (Org). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2000.

INSTITUTO FILIPPO SMALDONE. **O instituto**. Disponível em: https://institutofilipposmaldone.com.br/fortaleza/?page_id=40. Acesso em: 12 jan. 2023.

INSTITUTO FILIPPO SMALDONE. **Histórico do Instituto**. Disponível em: <https://institutofilipposmaldone.com.br/manaus/instituto-filippo-smaldone/#:~:text=Congrega%C3%A7%C3%A3o%20das%20Irm%C3%A3s%20Salesianas%20dos,a%20evangeliza%C3%A7%C3%A3o%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20reabilita%C3%A7%C3%A3o%20e>. Acesso em: 12 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Resolução nº 050, de 14 de dezembro de 2015**. Aprova o regulamento dos Napnes do IFCE. Serviço Público Federal. Conselho Superior. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proext/arquivos/resolucao-no-050-14-de-dezembro-de-2015-napnes.pdf>. Acesso em: 01 out. 2022.

PASSEGGI, M. C.; SOUZA, E. C. O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Revista Investigación Cualitativa**. v. 2, n. 1, p. 6-26, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317673701_O_Movimento_AutoBiografico_no_Brasil_Esboço_de_suas_Configuracoes_no_Campo_Educacional. Acesso em: 07 nov. 2022.

QUADROS, R. M. de. **O bi do bilinguismo na educação de surdos** In: FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v. 1, p. 26-36.

RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. Intérprete de Libras. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

SCHLESINGER, I. M.; NAMIR, L. Língua de Sinais dos Surdos: Perspectivas Psicológicas, Linguísticas e Sociológicas. **Academic Press**, Nova York: 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/412763?origin=crossref>. Acesso em: 18 set. 2022.

SOUZA, E. C. de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Revista Educação**. UFSM, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 85-104, jan./abr. 2014.

SOUZA, E. C. de. **O conhecimento de si: estágio e narrativa de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador: UNEB, 2006.

SOUZA, E. C. de.; VICENTINI, P. P.; LOPES, C. E. (Org.). **Vida, narrativa e resistência: biografização e empoderamento**. 1. Ed. v. 4. Curitiba: Editora CRV, 2018.

SUÁREZ, D. H. **La documentación narrativa de experiencias pedagógicas y la democratización del campo educativo en Argentina**. In: BRAGANÇA, I. F. de S.; ABRAHÃO, M. H. M. B.; FERREIRA, M. S. (Orgs.). *Perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica*. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 99-114.

ANEXOS

ANEXO I – RESOLUÇÃO QUE APROVA O REGULAMENTO DOS NAPNES DO IFCE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 050, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova o Regulamento dos Napnes do IFCE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a deliberação do colegiado na 36ª reunião, realizada nesta data, considerando, ainda, os artigos 1º, 205º, 206º e 208º da Constituição Federal; o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853; a Declaração de Salamanca de 1994, que dispõe sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas; a Lei nº 9394/96 (LDB) em seus artigos 58 e 59; o art. 2º da Lei nº 10.098/00; o Art. 17 da Lei 10.098/2000; a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais; o artigo 27 da Convenção da ONU, ratificada pelo Brasil em 2008; o Acordo de Metas e Compromissos assinado entre a Rede Federal de Educação Profissional e o Governo Federal; o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010); o contido no Decreto nº 7611/11 da SECADI,

R E S O L V E

Regulamentar o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNES.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regimento orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou fortalecimento do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

CAPÍTULO II DA NATUREZA, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 2º. O presente Regimento dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

§ 1º Nos termos deste regimento, consideram-se Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas aquelas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

§ 2º Durante a implantação, o NAPNE ficará vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e, em âmbito de *campus*, à Diretoria Geral, por período de um ano. A partir desse período, a vinculação poderá ser revista, visando a um melhor funcionamento sistêmico dos Núcleos.

§ 3º O NAPNE é um Núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do discente com necessidades educacionais específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

§ 4º O NAPNE promoverá, em conjunto com os demais setores do IFCE, suporte técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área da educação inclusiva, sob a perspectiva dos direitos e da diversidade humana.

§ 5º O NAPNE também deverá atuar na assessoria de planejamento e execução de projetos de formação continuada de servidores para a Educação Inclusiva, destinados à comunidade interna e externa do IFCE.

Art. 3º. O NAPNE tem como princípios norteadores:

- Universalização do acesso à educação;
- Autonomia dos discentes e servidores com deficiência;
- Respeito aos Direitos Humanos;
- Educação de qualidade para todos;
- Acolhimento à diversidade;
- Gestão participativa;
- Parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil;
- Inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- Dignidade da Pessoa Humana;
- Educação para a Cidadania, Diversidade e Convivência Humana;
- Os Valores da Autonomia e Acessibilidade;
- Crença no Potencial de Superação do Ser Humano;
- Cultura de Inclusão;
- Eficiência, Resolutividade e Boas Práticas;
- Cooperação Interinstitucional.

Art. 4º. São objetivos dos NAPNEs:

- I. Buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais na Instituição de ensino.
- II. Promover condições necessárias para o ingresso, a permanência e o êxito educacional de discentes com necessidades educacionais específicas no IFCE;

- III. Propor e acompanhar adequações arquitetônicas, possibilitando às pessoas da comunidade com deficiência o acesso a todos os espaços físicos dos *campi*, conforme as normas previstas em lei;
- IV. Atuar junto às coordenações de cursos, à equipe pedagógica e aos colegiados dos cursos oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, colaborando com a adaptação dos referenciais teórico-metodológicos.
- V. Articular junto ao *campus* e à PROEXT a disponibilização de recursos específicos para aquisições de materiais de consumo e permanente que possibilitem a promoção das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade;
- VI. Potencializar o processo ensino-aprendizagem por meio da utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação (TICs) que facilitem esse processo;
- VII. Promover e participar de estudos, eventos e debates sobre Educação Inclusiva com o intuito de informar e sensibilizar a comunidade acadêmica no âmbito do IFCE e de outras instituições;
- VIII. Contribuir para a inserção da pessoa com necessidades educacionais específicas no IFCE e em espaços sociais;
- IX. Assessorar a Diretoria de Ingressos do IFCE especificamente nos casos de ingresso de estudantes e servidores com necessidades específicas;
- X. Assessorar, quando necessário, no processo de alterações nas regulamentações que visem o ingresso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFCE.

Art. 5º O NAPNE será constituído por no mínimo três pessoas.

Art. 6º O NAPNE deve ser constituído por equipe multidisciplinar do *campus* (pedagogo, assistente social, psicólogo, docentes e técnicos administrativos, dentre outros), bem como discentes do *campus* e membros da sociedade civil.

§ 1º Dentre os membros titulares do NAPNE deverá haver pelo menos um discente regularmente matriculado (prioritariamente que tenha alguma deficiência) e servidores de setores relativos ao ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis.

§ 2º Preferencialmente, um dos membros do NAPNE deve possuir algum conhecimento e/ou experiência profissional em políticas de atenção a pessoas com deficiência e/ou em políticas

públicas voltadas para público que necessitem de ações afirmativas.

Art. 7º A composição da equipe do NAPNE dar-se-á por meio de adesão voluntária.

Art. 8º Após a constituição do NAPNE os membros que aderiram deverão eleger o coordenador, o vice-coordenador e o secretário, que comporão a comissão gestora, e deverão criar comissões de trabalho para pensar mecanismos de acesso, permanência e êxito na comunidade acadêmica e sociedade.

§ 1º Os membros da comissão gestora deverão necessariamente ser servidores efetivos do IFCE;

§2º O mandato do coordenador, vice-coordenador e do secretário será de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período, mediante aprovação dos demais integrantes do NAPNE;

§3º Em caso de vacância ou desistência de algum integrante da comissão gestora, os demais membros do NAPNE deverão realizar uma nova organização de funcionamento conforme este artigo.

Art. 9º O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE deverá ser instituído por portaria do Diretor do *campus*, após a composição da equipe.

Art. 10. Será desligado do NAPNE o coordenador ou qualquer membro da comissão gestora do NAPNE que:

- I. Faltar sem justificativa de três reuniões consecutivas ou cinco alternadas;
- II. Afastar-se do *campus* por um período superior a um ano.

Parágrafo Único. As justificativas serão apreciadas e aprovadas pelo Coordenador e Comissão Gestora, devendo ser entregues até 3 (três) dias úteis após a realização da reunião.

Art. 11. O *campus* deve, no prazo de seis meses, prorrogável por igual período, após a publicação deste regimento, oferecer espaço físico adequado ao trabalho da equipe que comporá o NAPNE e ao atendimento dos discentes e servidores com necessidades

específicas.

Parágrafo único: Caberá à equipe do NAPNE apresentar oficialmente ao Diretor Geral do *campus* as condições necessárias para funcionamento do referido espaço físico.

Art. 12. Para promover a acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas o NAPNE requer:

- I. Profissionais capacitados e especializados;
- II. Adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, adaptações das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e do processo de avaliação para o desenvolvimento dos alunos;
- III. Equipamentos e materiais específicos para participação nas ações de ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis;
- IV. A participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade.

Parágrafo Único: Não havendo equipe técnica especializada no campus, caberá ao diretor geral buscar mecanismos de formação de seus servidores, seja viabilizando a participação em cursos, eventos ou garantindo assessoria especializada para tal fim.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 13. Ao NAPNE compete:

- I. Disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFCE através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;
- II. Garantir a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão da formação com êxito dos alunos com necessidades educacionais específicas;
- III. Estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o aluno, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos e também valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida;

- IV. Fomentar na instituição a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais, comunicacionais e arquitetônicas.
- V. Articular com os setores da Instituição as diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;
- VI. Prestar assessoramento aos dirigentes do *campus* em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- VII. Participar dos momentos de discussão sobre as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da Instituição de modo a atender às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- VIII. Indicar e propor ações para planejamento necessário para a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Plano de Ação Anual – PAA;
- IX. Participar do processo de ingresso de novos alunos, garantindo condições de acessibilidade para pessoas com necessidades educacionais específicas.
- X. Participar da elaboração da Política de Ações Afirmativas do IFCE.

Art. 14. São atribuições do (a) coordenador (a):

- I. Convocar as reuniões e coordená-las;
- II. Representar o NAPNE em ocasiões em que se fizer necessário;
- III. Gerenciar, otimizar e divulgar as atividades e processos desenvolvidos pelo NAPNE;
- IV. Participar e estimular na elaboração de projetos e editais que visem fomentar as ações do NAPNE;
- V. Cumprir a carga horária mínima de 8 (oito) horas semanais.

Art. 15. São atribuições do (a) vice-coordenador (a):

- Substituir o coordenador na sua ausência, coordenando os trabalhos;
- Auxiliar o coordenador em suas atribuições;
- Participar das reuniões e auxiliar no planejamento, elaboração, execução, divulgação e avaliação das ações do núcleo;
- Cumprir a carga horária mínima de 8 (oito) horas semanais.

Art. 16. São atribuições do (a) secretário (a):

- I. Redigir as atas e demais documentos;
- II. Organizar documentos e divulgar aqueles que forem determinados pelo Núcleo;
- III. Manter registro de frequência e justificativa em caso de ausências;
- IV. Agendar reuniões e divulgá-las entre os membros do núcleo;
- V. Participar das reuniões e auxiliar no planejamento, elaboração, execução, divulgação e avaliação das ações do núcleo;
- VI. Cumprir a carga horária mínima de 4 horas semanais.

Art. 17. São atribuições dos demais membros do Núcleo:

- I. Participar das reuniões e auxiliar no planejamento, elaboração, execução, divulgação e avaliação das ações do núcleo;
- II. Apresentar demandas, sugestões e propostas que venham a contribuir para elucidar as questões relativas à inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na Instituição;
- III. Cumprir a carga horária mínima de 4 horas semanais.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 18. As reuniões ordinárias ocorrerão conforme calendário prévio, devendo acontecer de maneira periódica definidas no primeiro encontro após a constituição do NAPNE.

Art. 19. As reuniões extraordinárias ocorrerão por iniciativa e convocação do Coordenador, podendo ser solicitada por qualquer membro do núcleo gestor.

Parágrafo Único. A Comissão Gestora será convocada pelos meios usuais (murais, *e-mails* e outros) de uso corrente na Instituição.

Art. 20. As reuniões, assim como outras atividades do NAPNE, deverão integrar o conjunto de atividades pedagógicas do *campus*.

Art. 21. Na ausência do Coordenador e do vice-coordenador nas reuniões, os membros presentes deverão escolher um servidor efetivo da instituição e membro do NAPNE, para coordenar as atividades.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO NAPNE

Art. 22. As ações do NAPNE deverão ser incluídas no Plano de Ações Anuais (PAA) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do *campus*.

Art. 23. Por ocasião do Planejamento do Orçamento Anual (PLOA), os membros do NAPNE deverão solicitar à Direção Geral do *campus*, até 30 (trinta) de junho de cada ano, recursos necessários ao seu funcionamento para o exercício posterior;

Parágrafo Único. Caso a solicitação seja negada, a Direção Geral do *campus* deverá apresentar uma justificativa de ordem orçamentária.

Art. 24. Os membros do NAPNE, com o apoio da direção geral dos *campi*, deverão participar de editais internos e externos à Instituição com o intuito de captar recursos para atender as necessidades de pessoas com deficiência que usufruam dos serviços dos *campi*;

Art. 25. Cada coordenador de NAPNE deve receber Função Gratificada (FG), condicionada a disponibilidade da gestão.

Art. 26. A manutenção da estrutura necessária ao funcionamento do Núcleo deverá ser garantida pelos *campi*.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. O NAPNE deverá dispor de infraestrutura necessária para sua instalação, suporte administrativo e apoio para seus trabalhos, tais como:

- I. Sala com acessibilidade física, espacial e mobiliária;
- II. Telefone, computadores em rede e softwares específicos;
- III. Uma cadeira de rodas, para eventuais emergências;
- IV. Recursos multifuncionais para apoio aos estudantes e servidores com deficiência;
- V. Tecnologias Assistivas que possibilitem o atendimento individualizado aos estudantes e servidores.

§ 1º Os recursos e tecnologias citados nos incisos IV e V acima serão definidos de acordo

com as necessidades de cada *campus*, conjuntamente, pela coordenação do NAPNE, pela Direção Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão e pela Direção Geral do *campus*.

Art. 28. Os encontros gerais dos NAPNEs deverão acontecer, no mínimo, uma vez por semestre.

Parágrafo único. Cabe à PROEXT fazer a convocação de todos os NAPNEs para participação dos encontros gerais.

Art. 29. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados e resolvidos pela Coordenação do NAPNE juntamente com o Diretor Geral do *campus* e a Coordenação de Projetos de Inclusão Social na PROEXT;

Art. 30. Este regimento entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Virgílio Augusto Sales Araripe

Presidente do Conselho Superior

ANEXO II – PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



2020– 2022



CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Governador

ELIANA NUNES ESTRELA
Secretária da Educação

JUSSARA LIMA BATISTA
Secretária Executiva

NOHEMY REZENDE IBANEZ
Coordenação da Diversidade e Inclusão Educacional

ALINE BARBOSA LOURENÇO
Superintendente das Escolas de Fortaleza – SEFOR REGIÃO 2ª

FRANCISCA CARLA ALVES DOS SANTOS
Diretora

JOSEANE NUNES AGUIAR DE OLIVEIRA
LILIAN DE SÁ LEITE
Coordenadoras Escolares

MARIA DO CARMO BEZERRA DA SILVA
Secretária

MARIA AUDIZIA TAVARES DE ABREU
Assessora Administrativo-Financeiro



UNIDADE EXECUTORA:
AMIGOS DO INSTITUTO CEARENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

DIRETORIA

PRESIDENTE: *Francisca Carla Alves dos Santos*

VICE-PRESIDENTE: Joseane Nunes Aguiar de Oliveira

SECRETÁRIA: Jeanne Maria Mesquita Araújo Cruz

TESOUREIRO: Lilian de Sá Leite

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE: Germana Maria de Araújo Lima

SECRETÁRIA: Vânia Maria Henrique Lima

MEMBROS EFETIVOS: Lailson de Oliveira Almeida, Alana Rodrigues da Silva Ribeiro, Edvan Tabosa Santos

MEMBROS SUPLENTE: Maria Auricelia de Melo Oliveira e Antonette Sophia Alencar Tavares

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Fernando Hugo Soares oliveira

MEMBROS EFETIVOS: Lucimeire Alves Moura e Júlia Renée Alves Ramos

MEMBROS SUPLENTE: Maria Rosineide Saraiva Sombra e Marcos Aurélio Joca Avelar

Observação: Iremos fazer uma atualização dos membros da Unidade Executora, tão logo retornem as aulas.



CONSELHO ESCOLAR

Vigência :07/12/2017 a 07/12/2019

PRESIDENTE: Germana Maria de Araújo Lima

Vice-presidente: Maria do Carmo Bezerra da Silva

Secretário: Antônio Luís Pereira Benício

Representantes dos Professores

Germana Maria de Araújo Lima

Lucimeire Alves Moura

Representantes dos Funcionários

Maria do Carmo Bezerra da Silva

Alana Rodrigues da Silva Ribeiro

Representantes dos Pais

Antônio Luís Pereira Benício

Antônia Cleonice Agapito Cosmo

Representantes dos alunos

Napoleão Vitor Linhares Pinheiro

Anderson Rodrigues dos Santos

Membro nato

Francisca Carla Alves dos Santos

Observação: concluiremos a atualização dos membros do Conselho Escolar, tão logo retornem as aulas.



COLABORADORES

Gestor:

- FRANCISCA CARLA ALVES DOS SANTOS

Coordenadores Escolar:

- JOSEANE NUNES AGUIAR DE OLIVEIRA
- LILIAN DE SÁ LEITE

Secretária Escolar:

- MARIA DO CARMO BEZERRA DA SILVA

Assessora Administrativo Financeiro

- MARIA AUDIZIA TAVARES DE ABREU

Professor Coordenador de Área Linguagens e Códigos:

- GERMANA MARIA DE ARAÚJO LIMA

Professor Coordenador de Área Ciências da Natureza:

- LEONOR LOPES CRUZ

Professor Coordenador de Área Ciências Humanas:

- MARCIA CRISTINA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

Professores do Laboratório Informática:

- FILIPE VASCONCELOS TAVARES
- ANDRÉ HENRIQUE CONRADO A. VASCONCELOS

Professor Coordenador do Centro de Multimeios:

- VANIA MARIA HENRIQUE LIMA

MENSAGEM ESCOLAR

“Educar é fazer o aluno fruir dos bens do planeta em todas as suas manifestações. Para que sua fantasia, seu verbo, sua linguagem, sejam libertários, destemidos, sem freios. É fazer do ato de pensar um feito tão natural quanto respirar. Um dom ao alcance de todos, independentemente de sua condição.

Educar é defender o exercício e a prática que transformam o sujeito passivo em sujeito da própria história. É dar fé a quem esteja na sala de aula de ser ele uma entidade inviolável, uma aposta no futuro.”

Nélida Piñon

PENSAMENTO

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar. ”

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

Apresentação

1. Introdução	10
1.1 Histórico da Educação de surdos	10
1.2 Histórico do ICES	14
2. Justificativa	17
3. Marco Referencial	27
3.1 Marco Situacional	28
3.2 Marco Doutrinal	30
3.3 Marco Operativo	31
4. Diagnóstico	33
5. Programação	38
5.1 Pensamento Estratégico	38
5.1.1 Princípios	38
5.1.2 Valores	38
5.1.3 Visão de Futuro	38
5.1.4 Metas	38
5.2 Finalidades	38
5.3 Objetivos estratégicos	44
5.4 Metas	45
6. Avaliação do Projeto Político Pedagógico e as Ações.	48
7. Referências	49

O Instituto Cearense de Educação de Surdos – ICES, está localizado à Av. Rui Barbosa, 1970, Aldeota, CEP. 60.115-221 fone: 3101.1391 em Fortaleza-Ce, inscrita sob o CNPJ de no. 00.118.783/0071-15, criada pelo Decreto no. 4394, de 24 de março de 1961, D.O.E. no. 8.011, Código do MEC/INEP: 23071265 e-mail: isurdos@escola.ce.gov.br. É uma escola bilíngue para Surdos, com turmas de Ensino Fundamental II e Médio, e Educação de Jovens e Adultos I e II, funcionando nos três turnos, mantida pelo Governo do Estado do Ceará e subordinada técnica e administrativamente à Secretaria da Educação, norteará todo o seu trabalho por este Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor.

É a única Instituição Pública Estadual do Ceará destinada exclusivamente para a Educação de Surdos, além de receber alunos surdos com outros comprometimentos.

1. Introdução

1.1. Histórico da Educação de surdos

Durante a Idade Média, momento que se caracterizou pela cultura teocêntrica, acreditava-se que os surdos eram ineducáveis (LEITÃO, 2003, p.53) e, somente por meio da fé, poderia haver a cura da surdez. Neste período, poucas eram as pessoas que tinham acesso ao estudo, e este jamais poderiam ascender socialmente.

Esta perspectiva foi sendo modificada à medida que a Idade Média decaía e o poder da burguesia ascendia, trazendo à tona uma nova visão de mundo. Este período foi marcado pelo incentivo às grandes descobertas; à disseminação do conhecimento; à educação, que, até então, era destinada apenas às pessoas do clero, e, a partir de então, passou a ser difundida para as pessoas mais abastadas, inclusive as surdas, que mediante um preceptor, eram ensinadas a falar, ler lábios, ler e escrever.

Na Espanha, um monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) foi o preceptor de quatro nobres crianças surdas, ensinando-as a “falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de física e astronomia” (Goldfeld, 1997, p.25). A metodologia empregada pelo monge utilizava datilologia, escrita e oralização. Anos mais tarde, em 1620, sua metodologia foi publicada por Juan Pablo Monet em um manual intitulado “Redução das letras e arte de ensinar os mudos”.

Aos poucos este método oralista⁵ foi sendo divulgado por toda a Europa. De acordo com esta concepção “só a fala daria a condição humana a surdos” (LEITÃO, 2003, p.55). Botelho (1998, p.21) comenta que:

“O movimento concebido como a Gramática de Port Royal (1660), propondo uma teoria racionalista da linguagem, as investigações que surgiram no campo da Fonética e as descobertas no campo da Medicina e da Eletrônica contribuíram para que houvesse uma distinção valorativa da língua oral e passasse a investir

⁵ “O Oralismo ou filosofia oralista visa a integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). A noção de linguagem, para vários profissionais desta filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos. Para que a criança surda se comunique bem é necessário que ela possa se oralizar(...) O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva. Esta estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte. Ou seja, objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, à não-surdez.” (Goldfeld, 1997, p.31)

no ensino da fala para os surdos. Nasce uma ‘pedagogia ortopédica’ (Foucault, 1978, citado por Sanchez, 1990:49).

Já na segunda metade do século XVIII, o abade francês, L’Epée, com o intuito de pregar a palavra de Deus para mendigos surdos que se comunicavam através de sinais, procurou se apropriar destes sinais e adaptou-os, criando, então, os sinais metódicos (partículas características da gramática francesa, que não eram representadas nos sinais nativos de seus alunos). Em 1755, L’Epée fundou a primeira escola para surdos⁶ em Paris, na qual os surdos adultos escolarizados ensinavam às crianças surdas. Os surdos, neste período, conseguiram assumir as mais variadas funções, como escritores, engenheiros, filósofos (SACKS, 1998, p.35).

Entretanto, apesar do considerável sucesso do método francês, a “pedagogia ortopédica” ainda resistia, principalmente, na Alemanha, onde Samuel Heinick fundou a primeira escola pública oralista. Aos poucos, este método foi se fortalecendo e se disseminando, por certa influência de ideias nacionalistas, positivistas e empiristas. Na medicina, a surdez era considerada uma patologia, favorecendo, portanto, a concepção oralista, que de acordo com Lulkin (1998, p.36):

Na França, a medicina otológica nasce com o *Tratado das doenças do ouvido* do Dr. Jean Itard (1822). Porém, essa especialidade médica ainda não passava de uma “bricolagem científica”. As experimentações com seres humanos duraram bom tempo, e as crianças do Instituto Nacional de Jovens Surdos (INJS) de Paris, que forneciam material de algum proveito para a ciência, ficavam cobertas de bolhas, inchaços e cicatrizes em volta das orelhas. O Dr. Blanchet, que assume o posto de médico da instituição de Paris, investe na reeducação do ouvido através de uma emissão de sons em crescente intensidade e por excitação dos “nervos da sensibilidade geral”. Ao expor suas pesquisas no *Tratado filosófico e médico da Surdo-mudez*, em 1853, provoca violenta polêmica pela extravagância de seus métodos: abertura do crânio e colocação de um perfurador, cortes de bisturi no ouvido médio, entre outros procedimentos empíricos.

⁶ “O Abade teve imenso sucesso na educação de surdos e transformou sua casa em escola pública. Em poucos anos (de 1771 a 1785), sua escola passou a atender 75 alunos, número bastante elevado para a época. L’Epée e seu seguidor Sicard acreditavam que todos os surdos, independentemente de nível social, deveriam ter acesso à educação, e esta deveria ser pública e gratuita.” (Goldfeld, 1997, p.26)

Neste período, as duas correntes de ensino para surdos se confrontavam e, se por um lado, pesquisas na área da medicina utilizavam os surdos como cobaias, por outro, a educação por meio do uso do “método manual” se difundia consideravelmente.

Nos Estados Unidos, em 1817, Gallaudet fundou uma das mais famosas escolas para surdos utilizando o método francês, a partir daí, começou uma grande difusão da língua de sinais americana e, em 1864, foi fundada a primeira universidade nacional para surdos, a Universidade de Gallaudet.

Foi também neste período que surgiu a primeira escola para surdos no Brasil. Fundada pelo professor francês Ernest Huet (surdo congênito, ex-aluno do INJS de Paris) que ao chegar ao Brasil, em 1855, conseguiu com o apoio do Reitor do Imperial Colégio Pedro II, uma sala para o funcionamento do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro. Dentre as disciplinas tinha-se Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Doutrina Cristã, Linguagem Articulada e Leitura sobre os Lábios. Esta instituição possuía uma concepção na qual o surdo deveria ser “um sujeito social, conhecedor de uma língua nacional, obediente aos dogmas de uma religião, proprietário de uma cultura universal, disponibilizada pelas instituições a serviço de um processo civilizatório” (LULKIN, 1998, p.38-39).

A querela metodológica sobre o ensino para os surdos teve seu ápice em 1880, durante o Congresso de Milão. Neste Congresso estiveram presentes representantes de várias escolas da Europa e dos Estados Unidos para uma discussão sobre o método mais adequado para o ensino dos surdos, sua culminância foi a realização de uma eleição para escolha do método que deveria prevalecer nas escolas.

Entretanto, é necessário esclarecer que os professores surdos foram excluídos da votação e que um nome de muita importância para sociedade da época foi um dos grandes incentivadores da abordagem oralista: Alexander Graham Bell, o célebre inventor do telefone. Neste período, seu apoio foi de muita influência para que prevalecesse o oralismo.

A partir deste Congresso, as línguas de sinais ficaram proibidas sendo vistas como algo primitivo. Os professores surdos deixaram de lecionar, os alunos surdos eram obrigados a sentarem sobre as próprias mãos e, inclusive, “as pequenas janelas das portas das salas de aula” foram retiradas “para impedir a comunicação sinalizada entre os alunos” (LULKIN, 1998, p.38). No entanto os surdos, mesmo que escondidos, sempre encontravam um jeito de interagir em sinais com seus colegas.

No Brasil, a língua de sinais foi proibida em 1911, de acordo com o Regulamento interno do Instituto Imperial dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro (atual INES⁷), que determinava que fosse utilizado para o ensino de todas as disciplinas o método oral puro.

Apesar da proibição do uso da língua de sinais, a comunidade surda não aceitou isto de uma forma pacífica, conforme podemos averiguar no Relatório Anual de 1993 da Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos (FENEIS) (Lima, 2004, p.23):

De 1923 a 1929, surgiu a Associação Brasileira de Surdos e houve grande mobilização pelo direito de um ensino em Língua de Sinais. Mesmo no INES durante muito tempo a metodologia oralista predominou e desencadeou uma série de divergências entre surdos e profissionais. Com o tempo o movimento em defesa do surdo ganhou força. Em 1971, foi fundada a Federação Brasileira de Surdos, presidida pelo Padre Vicente P. Burnier. Só em 1977 foi criada a FENEIDA, Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, composta apenas por ouvintes envolvidos com a problemática da surdez. Em 1983, a comunidade surda criou uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos. Nessa época esta Comissão reivindicou a participação efetiva das pessoas surdas como membro da Diretoria da FENEIDA, o que foi negado por não acreditarem em a capacidade do surdo dirigir uma entidade. No entanto a Comissão formou chapa e conquistou em Assembleia Geral a presidência por um ano. Foi reestruturado o Estatuto e a Entidade ganhou a denominação de FENEIS em nova Assembleia Geral em 16 de maio de 1987. Em 1990, no entanto, foi fundada a Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS), representada por pais de surdos. Essa iniciativa dividiu um pouco o grupo de trabalho, mas a FENEIS respeitou a decisão, acreditando no trabalho em conjunto, com a integração de todos: surdos, ouvintes, pais e profissionais...

1.2 Histórico do ICES

No Ceará, a primeira escola fundada para surdos foi o Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) em 1961, pelo professor Hamilton Cavalcante de Andrade⁸, que, após ter conhecido o trabalho desenvolvido pelo INES no Rio de Janeiro, procurou o apoio do Governo do Estado do Ceará para criar uma instituição que atuasse nos mesmos moldes. Por determinação do então Governador do Estado, José Parsifal Barroso, coube ao secretário da

⁷ Instituto Nacional de Educação de Surdos

⁸ Professor da UFC e da UECE, do departamento de linguística.

educação acompanhar de perto o trabalho de fundação do Instituto Cearense de Educação de Surdos, que teve seu primeiro prédio alugado à Rua Visconde do Rio Branco sob a direção do professor Hamilton Cavalcante de Andrade que montou um quadro de profissionais na área da surdez e providenciada à capacitação dos profissionais locais no INES. O ICES foi fundado em 25 de março de 1961, utilizando a filosofia oralista e permaneceu até a década de 80.

Na década de 90 depois de questionamentos sobre a verdadeira eficácia do método oralista é implantada a Comunicação Total⁹, abordagem que, teoricamente, “defende o uso de múltiplos meios de comunicação, buscando trazer para a sala de aula os sinais utilizados pelas comunidades de pessoas surdas” (GÓES, 1999, p.40). Em uma espécie de “vale-tudo” pedagógico, buscava-se ensinar os surdos através de desenhos, mímica, escrita, fala, datilologia e sinais, incentivando a comunicação bimodal, ou seja, o uso simultâneo de língua de sinais e língua oral, e desta mistura das duas línguas surge, conforme vários autores, uma espécie de *pidgin*¹⁰.

No fim da década de 90, o Ceará, motivado pelas associações, pastorais, FENEIS, comunidade surda e pelos professores que naquela época começaram a entrar em contato com as pesquisas sobre a importância da língua de sinais para o ensino dos surdos, o ICES iniciou o seu processo de mudança de uma abordagem oralista para a abordagem bilíngue que se propõe respeitar a língua de sinais da comunidade surda como a primeira língua e a língua utilizada pelo grupo social majoritário como segunda língua: o Bilinguismo. A grande diferença desta abordagem em relação às outras é que esta possui a concepção de que a língua de uma comunidade não se aprende na escola, mas se constrói através da interação social e este constructo deve ser respeitado e garantido. Isto não impede que os sujeitos também tenham o direito de aprender a língua do grupo social majoritário, mas esta como uma segunda língua, na

⁹ “Uma das grandes diferenças entre a Comunicação Total e as outras filosofias educacionais é o fato de a Comunicação Total defender a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para facilitar a comunicação com as pessoas surdas. A Comunicação Total, como o próprio nome diz, privilegia a comunicação e a interação e não apenas a língua (ou línguas). O aprendizado de uma língua não é o objetivo maior da Comunicação Total. Outra característica importante é o fato de esta filosofia valorizar bastante a família da criança surda, no sentido de acreditar que a família cabe o papel de compartilhar seus valores e significados, formando, em conjunto com a criança, através da comunicação sua subjetividade.” (Goldfeld, 1997, p.36-37)

¹⁰ “O termo *pidgin* se refere ao uso de vocábulos de duas línguas com uma estrutura sintática muito simples. É o que ocorre quando interagem duas culturas com duas línguas distintas. Nestes casos, enquanto os adultos desenvolvem um sistema de comunicação denominado *pidgin*, as crianças desenvolvem uma verdadeira língua a partir do *pidgin* de seus pais. Portanto, o *pidgin* é um sistema linguístico resultante da simplificação de uma dada língua, que serve unicamente às necessidades de uma comunicação limitada, sem ser a língua materna do indivíduo. Mediante o que foi exposto sobre o fenômeno linguístico conhecido como *pidgin*, na literatura da área da Linguística, parece que o que ocorre no contato entre o português e a língua de sinais, não chega a ser um *pidgin*, haja vista que há simplificação nas estruturas gramaticais de ambas as línguas, e não apenas na língua de sinais” (Lima, 2004, p. 35)

sua modalidade escrita (se o surdo quiser, ele tem a liberdade de também procurar aprender a modalidade oral, mas esta já não é mais uma função da escola e sim de uma clínica). Conforme Fernandes e Rios (1998, p.14):

Bilinguismo não é um método de educação. Define-se pelo fato de um indivíduo ser usuário de duas línguas. Educação com bilinguismo, não é, portanto, em essência, uma nova proposta educacional em si mesma, mas uma proposta de educação onde o bilinguismo atua como uma possibilidade de integração do indivíduo ao meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, às comunidades de surdos e de ouvintes. Educar com bilinguismo é “cuidar” para que, através do acesso a duas línguas, se torne possível garantir que os processos naturais de desenvolvimento do indivíduo, nos quais a língua se mostre instrumento indispensável, sejam preservados. Isto ocorre através da aquisição de um sistema linguístico o mais cedo e o mais breve possível, considerando a Língua de Sinais como primeira língua (...). Educação com bilinguismo não é, pois, uma nova forma de educação. É um modo de garantir uma melhor possibilidade de acesso à educação.

O objetivo da educação bilíngue para os surdos é oferecer-lhes uma situação de aprendizagem dentro de um clima de comunicação efetiva, posto que a Língua de Sinais permite a interação e comunicação entre os interlocutores, proporcionando o desenvolvimento dos sujeitos surdos. Sendo assim, pretende-se contribuir com a formação dos educandos respeitando suas diferenças linguísticas e culturais, e reconhecendo seus direitos de cidadãos contribuintes com o crescimento da sociedade em que estão inseridos. O ser humano surdo, aluno deste Instituto, terá condição de ser crítico, consciente e atuante na sociedade nas mesmas condições que um ouvinte, exercendo assim o pleno exercício de sua cidadania.

Quadros (2005, p.34) aponta a importância do bilinguismo na educação de surdos e que para tanto o currículo deve ser “organizado em uma perspectiva visual espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, a língua de sinais brasileira”.

Aos poucos, os alunos foram conquistando a liberdade de se comunicarem em sinais; no currículo da escola foi acrescentada a disciplina Libras desde a educação infantil, sendo lecionada por professor surdo. A escola passou a possuir intérpretes e o ensino da língua portuguesa deixou de ter enfoque na modalidade oral, ficando direcionado para a modalidade escrita.

O reconhecimento legal da Língua de sinais brasileira pela lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que admite ser a Libras:

A forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Art. 1º.)

Tal reconhecimento é considerado como um marco importantíssimo na luta pela legitimação, não apenas de uma língua, mas também de uma cultura e de uma comunidade que é minoritária, dentro de nossa sociedade.

Outra importante conquista, não somente para a comunidade surda, mas também para todos os portadores de necessidade especiais é o Decreto Presidencial nº 5.296 de dois de dezembro de 2004, no qual fica estabelecido que as Instituições de Ensino Superior deverão promover e apoiar programas ou projetos que garantam o acesso e a permanência em igualdade de oportunidades para estudantes com deficiência, procurando, desta forma, superar situações de discriminação e exclusão. E ainda, o Decreto no. 5.626 de 2005, que estabelece a inclusão de Libras nos cursos superiores; incentiva a formação de professores para o ensino da Libras; valoriza o uso da Libras e do Português como segunda língua para a promover o acesso das pessoas surda à educação; incentiva a formação do intérprete; garante o direito à educação bilíngue para o surdo etc.

Mas, apesar destas vitórias, há ainda muito a ser conquistado (em relação ao mercado de trabalho, à concretização do projeto de acesso e permanência nas universidades públicas, a uma educação bilíngue de qualidade) e também a ser compreendido (em relação à LIBRAS, ao seu processo de ensino-aprendizagem, à metodologia de ensino de Português como segunda língua para os surdos etc.).

A lei da Libras e os decretos 5.296/04 e 5.626/05 vieram dar respaldo a todas as mudanças que já vinham ocorrendo na sociedade, como a difusão dos cursos de Libras, o respeito às diferenças sociais e culturais, a mudança em relação a abordagem de ensino nas escolas especiais.

2. Justificativa:

Respaldados, pelos dados históricos, acadêmicos e pragmáticos, o Instituto Cearense de Educação de Surdos vem neste documento apresentar sua proposta de educação bilíngue para seus educandos.

Concordamos com Capovilla¹¹ ao afirmar que:

As crianças surdas precisam de escola para surdos (em que aprendem em Libras em meio a colegas igualmente surdos sinalizadores e professores ouvintes sinalizadores ou surdos sinalizadores) (...). Escolas para surdos constituem meio cultural e linguístico de sinais, imprescindível para o pleno desenvolvimento linguístico da criança com surdez congênita profunda. O PANDESB que avaliou 8.000 crianças surdas de 15 estados brasileiros ao longo de mais de uma década de pesquisas com apoio do CNPq, da Capes, do Inep e de diversas ONGs demonstrou que atendimento educacional especializado em sala especial (em que a criança surda é colocada ao lado de crianças com paralisia cerebral, surdez, deficiência intelectual, etc. - ou seja, na ausência de comunidade surda sinalizadora) é contraproducente, é deletério, é nocivo para a criança surda. Demonstrou que crianças surdas aprendem mais e melhor e se desenvolvem mais e melhor em escolas para surdos do que em escolas comuns, tenham elas classes especiais ou não.

A política de dupla matrícula do Sr. Ministro Fernando Haddad constitui um notável progresso, mas apenas desde que a educação especial para surdos no contraturno seja oferecida em escolas para surdos (que oferecem Educação em Libras e Português, e não em salas de recursos para "atendimento educacional especializado"). Isso porque essas escolas especiais de surdos constituem comunidades linguísticas e culturais imprescindíveis para o desenvolvimento linguístico da criança com surdez congênita profunda (crianças essas que constituem a quase totalidade da população escolar das escolas especiais para surdos).

¹¹ E-mail enviado ao da Sr. Ataíde Alves, no dia 15/09/2009, sobre a importância das escolas para surdos e a visão de um pesquisador sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

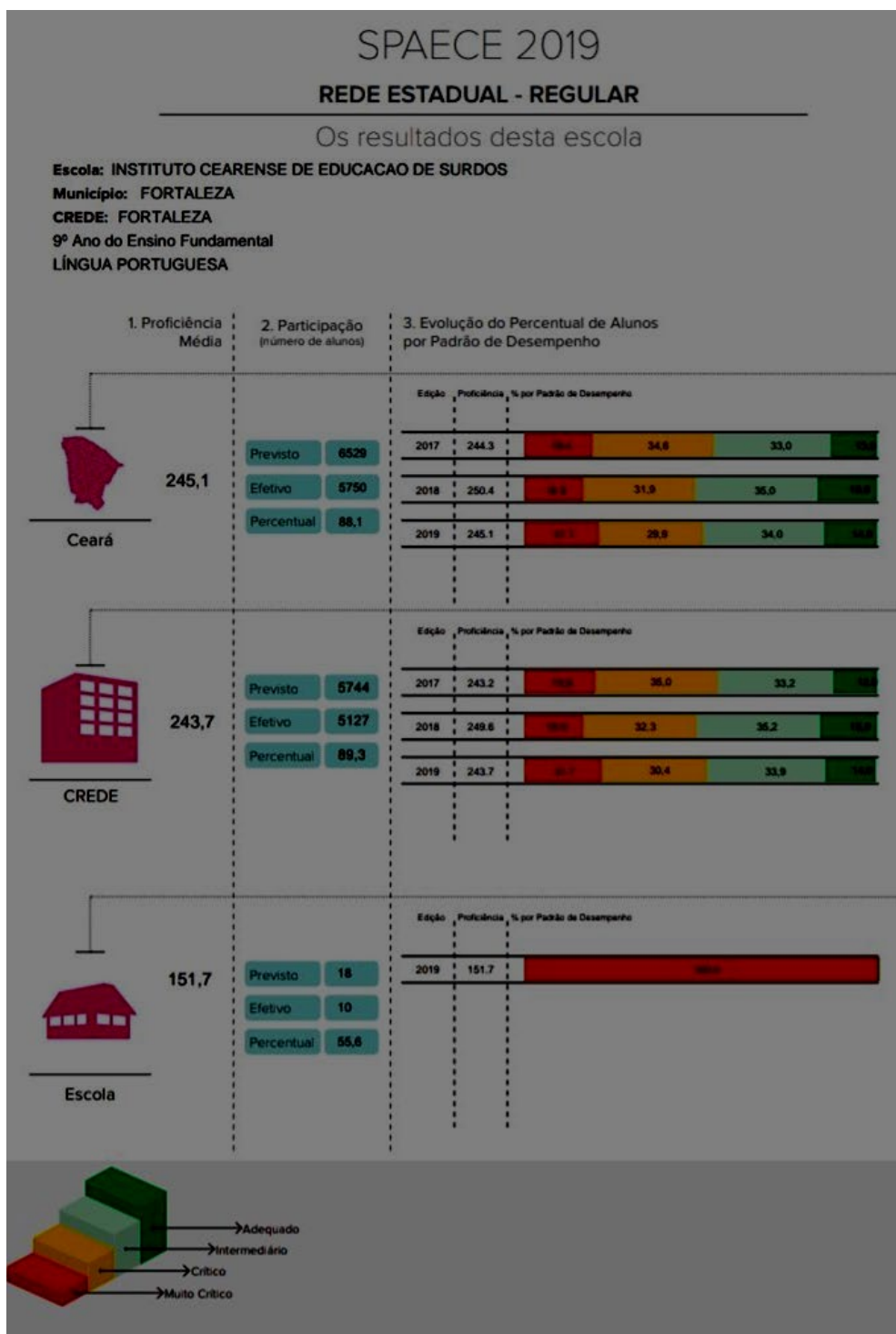
O Conselho de Educação do Ceará na Resolução n.º 456/2016 determina, em seu art. 4º, que *cabe ao sistema de ensino estadual ou municipal estabelecer políticas efetivas e adequadas à implantação da educação especial em todos os níveis e modalidades de ensino, em regime de colaboração*, fundamentando-se nos princípios éticos, políticos, estéticos, da dignidade humana, da inclusão e da totalidade, conforme se desprende do Art. 3º do referido documento.

Ao longo de seus cinquenta e nove anos de existência, o Instituto Cearense de Educação de Surdos - ICES vem construindo um trabalho calcado nos princípios supracitados, tornando-se, dessa forma, referência no Estado do Ceará. Posto, este, atingido não só pela experiência conquistada, primordialmente em sua atuação na educação de surdos, como também no que tange à educação especial de um modo geral, já que um grande percentual dos alunos assistidos por esta instituição necessita de um atendimento diferenciado motivado por outros fatores que não só a surdez. Na escola, existem estudantes que, além de surdos, são portadores de necessidades motoras, com comprometimento de suas faculdades mentais, com problemas de visão e outras especificidades que muitas vezes são ocorrências comuns em quadros de surdez.

O Instituto vem oferecer sua experiência, seu nome e todos os seus esforços para, num projeto mútuo com a Secretaria de Educação do Estado, implementar uma política efetiva que seja realmente capaz de auxiliar em tudo aquilo que diz respeito à educação de surdos. Salientando que suas capacidades e possibilidades de ampliação podem influenciar positivamente em muitos aspectos do trabalho desenvolvido no Estado do Ceará em relação à educação especial de um modo geral. Acredita-se que o planejamento cuidadoso, a atuação corajosa e a experiência profissional apoiada e reconhecida certamente colocam-no em condições de, não só atingir uma excelência em nível nacional, mas principalmente de ajudar de forma real a quem mais precisa.

Os nas tabelas a seguir são referentes ao SPAECE das séries do 9º e 3º ano, nas disciplinas de Português e Matemática. Observamos que temos um longo caminho a percorrer.

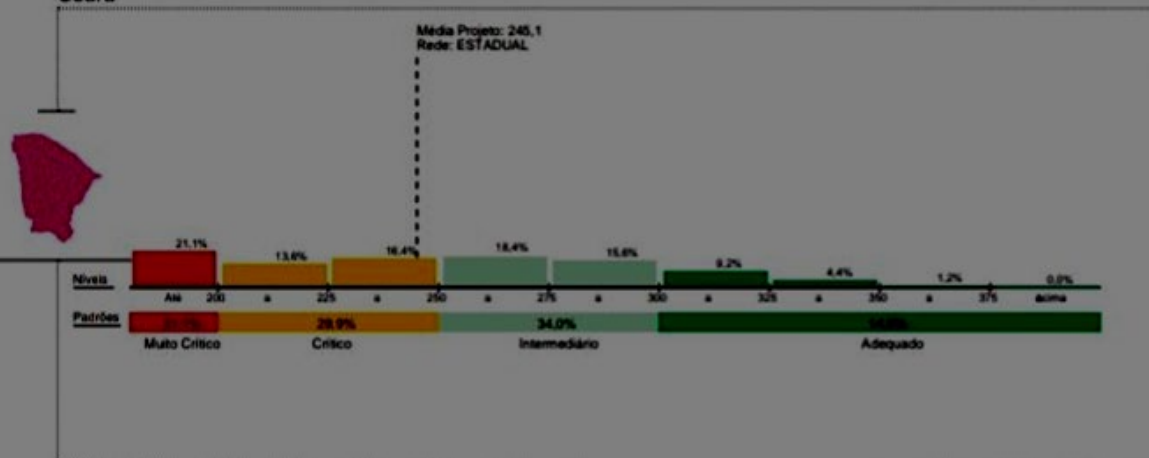
SPAECE 2019 - ENSINO FUNDAMENTAL II - 9º ANO – LÍNGUA PORTUGUESA



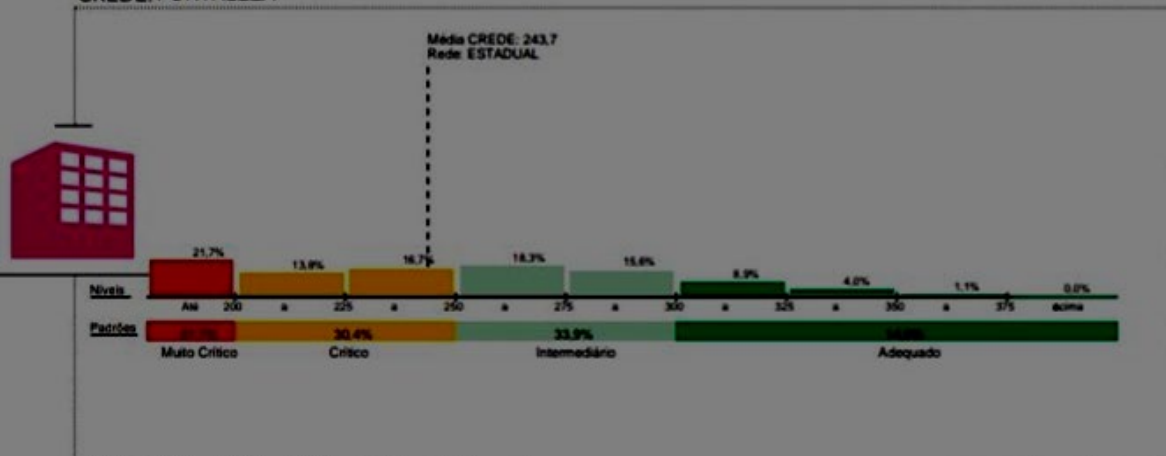
Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

4. Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

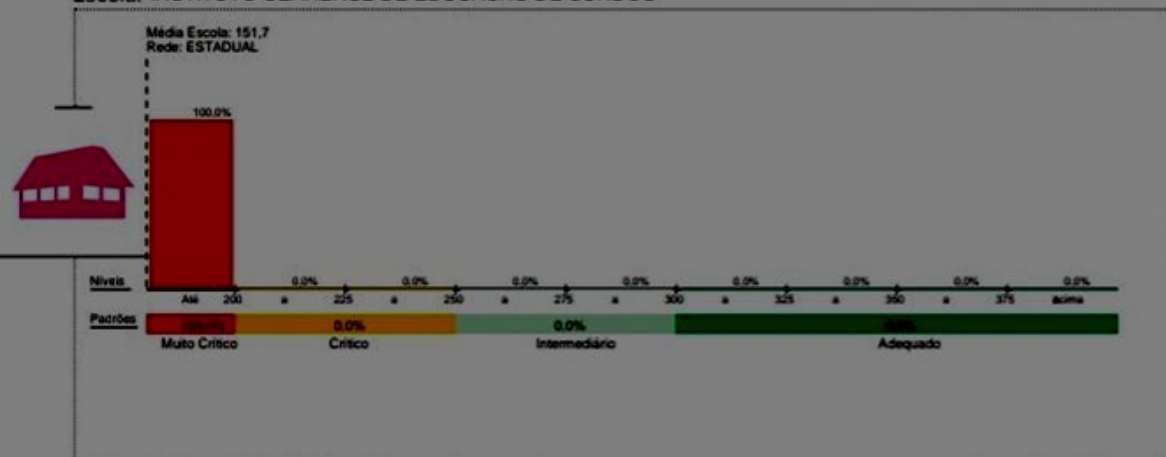
Ceará



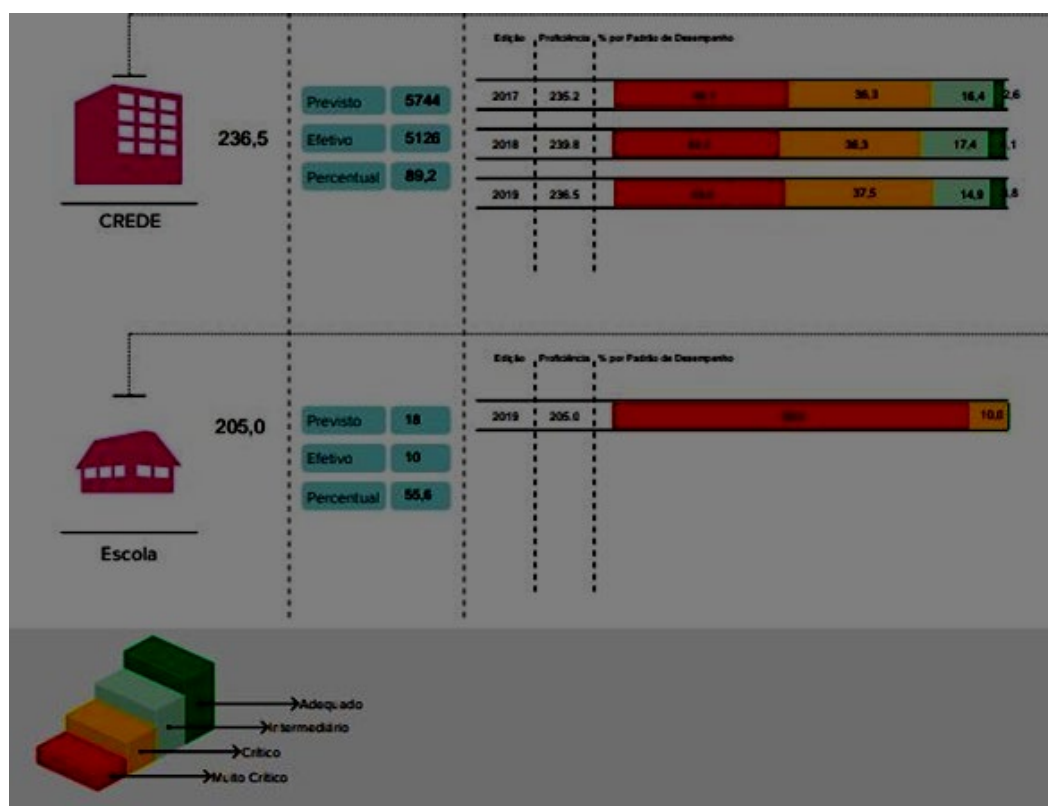
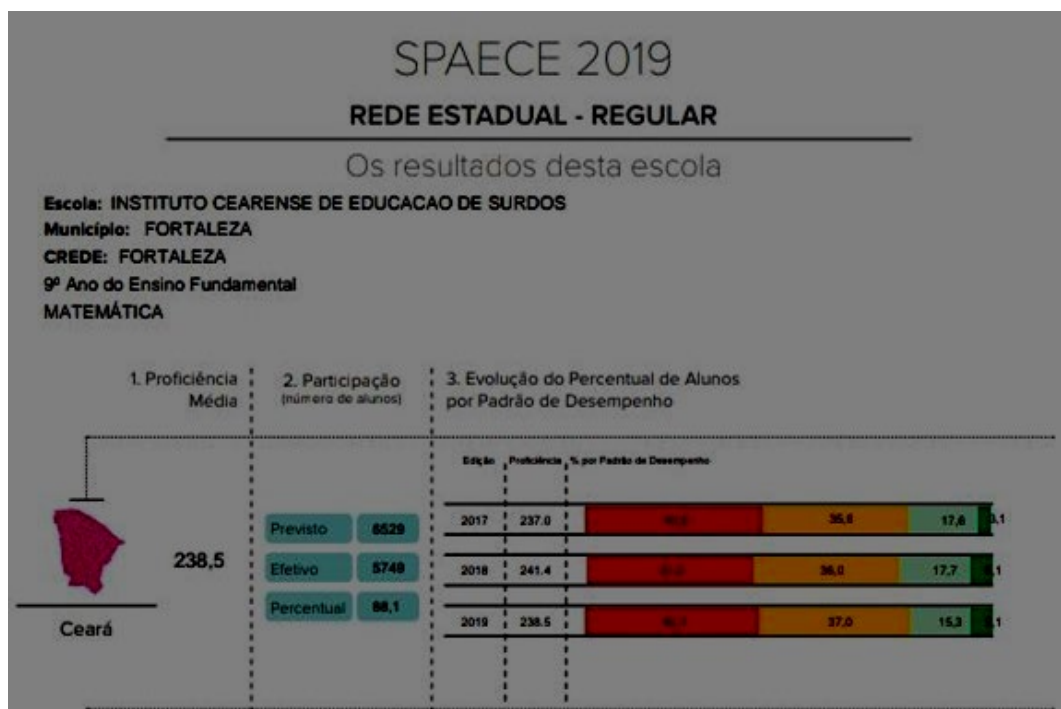
CREDE: FORTALEZA



Escola: INSTITUTO CEARENSE DE EDUCACAO DE SURDOS



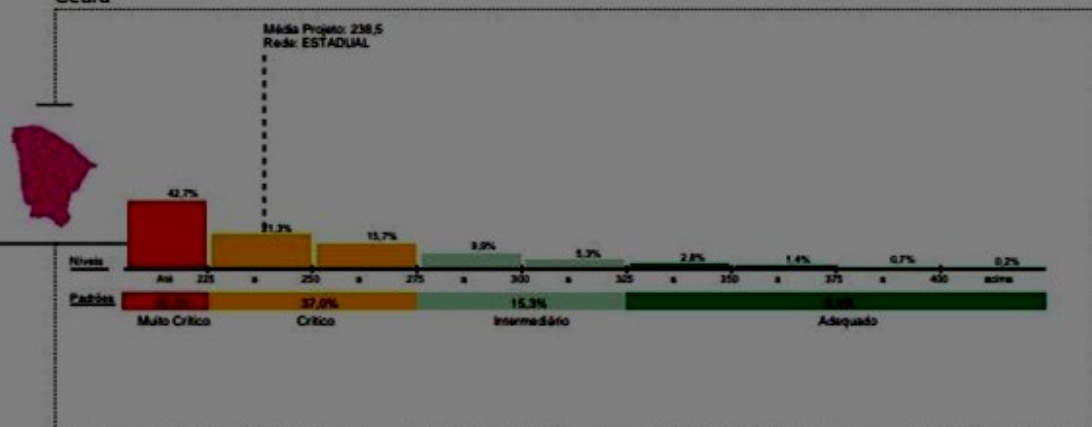
SPAECE 2019 - ENSINO FUNDAMENTAL II - 9º ANO – MATEMÁTICA



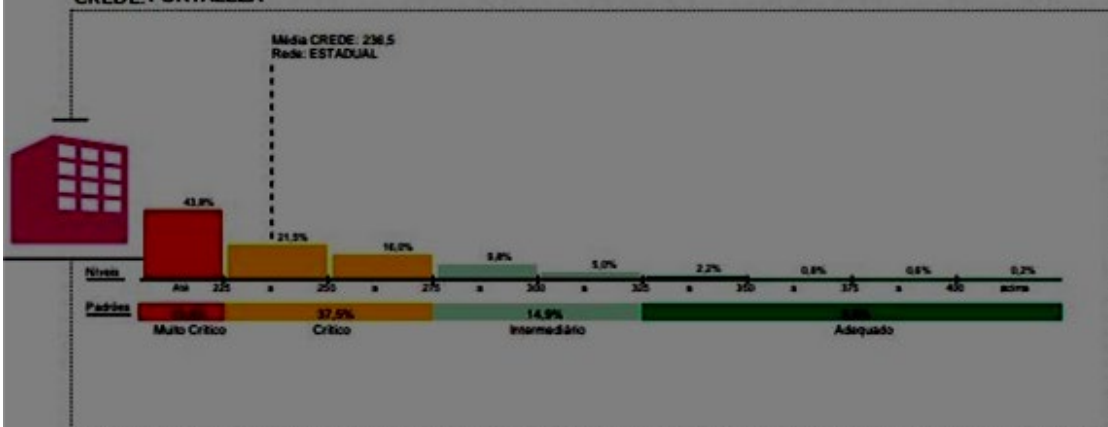
Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

4. Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

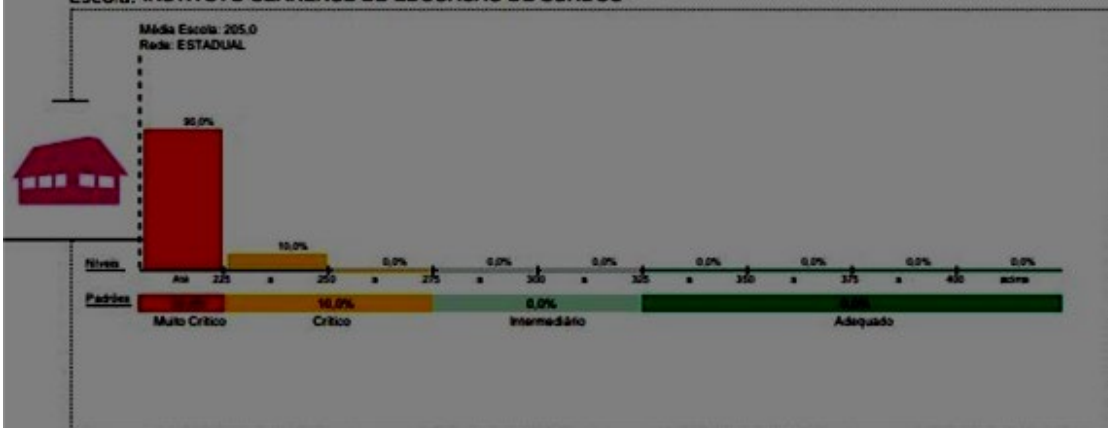
Ceará



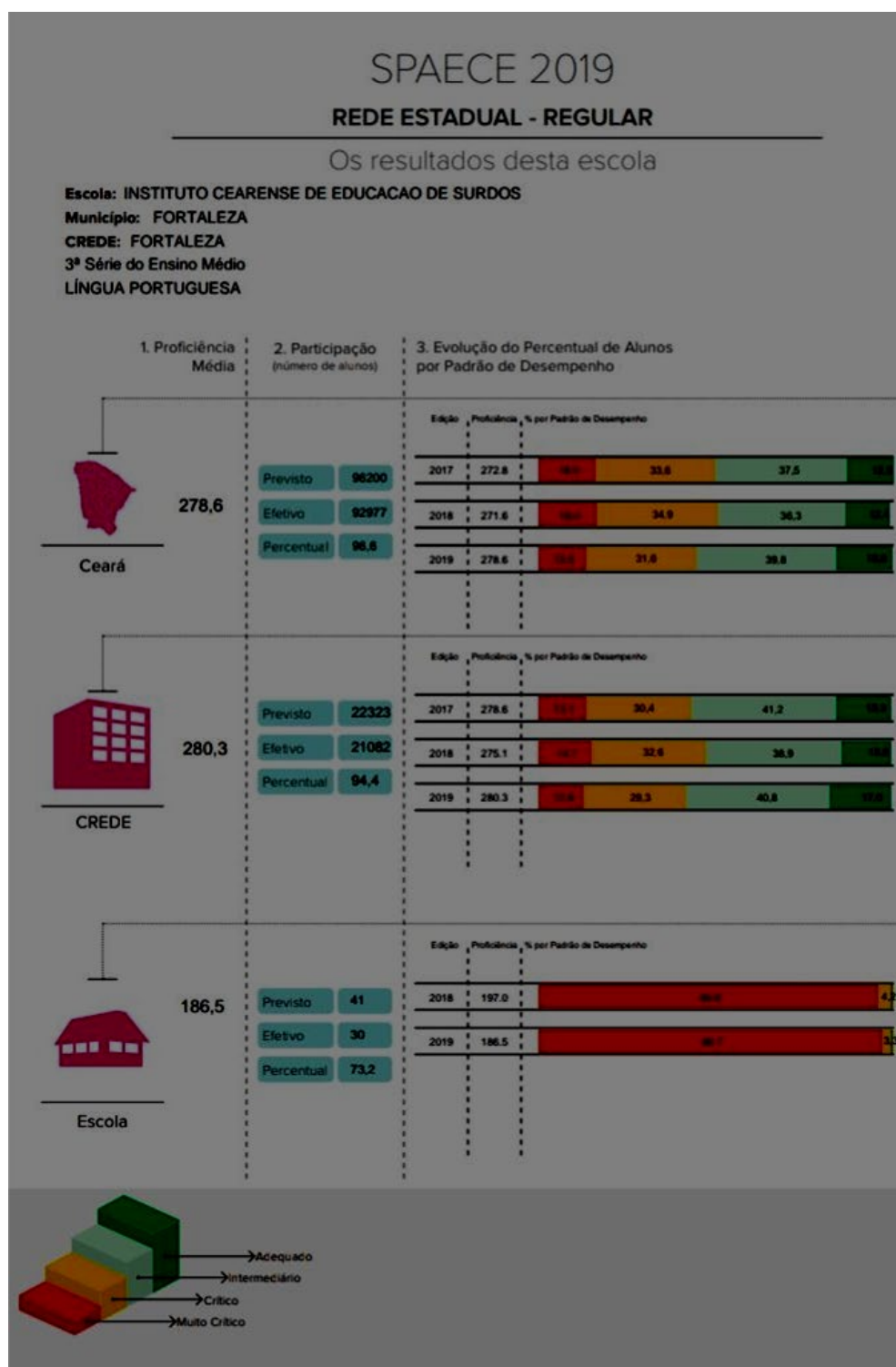
CREDE: FORTALEZA



Escola: INSTITUTO CEARENSE DE EDUCACAO DE SURDOS



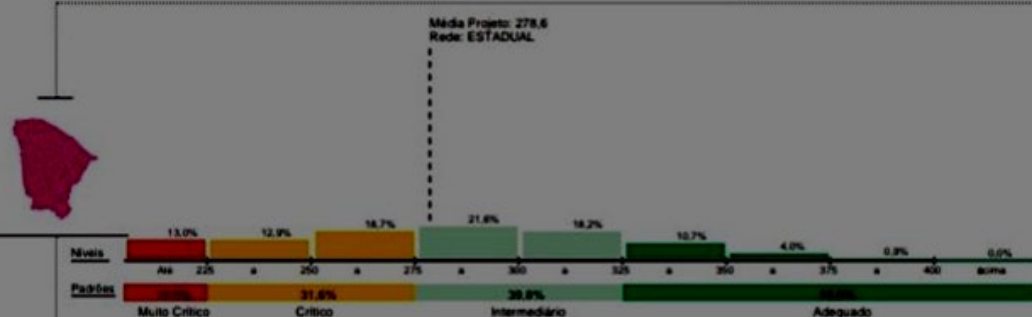
SPAECE 2019 - ENSINO MÉDIO - 3ª SÉRIE – LÍNGUA PORTUGUESA



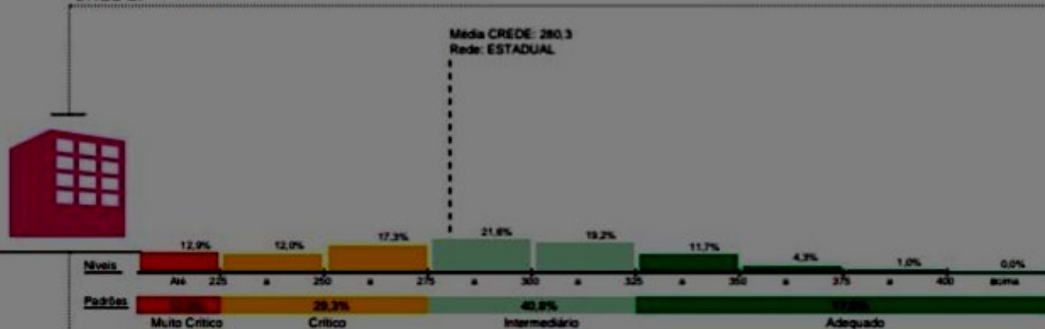
Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

4. Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

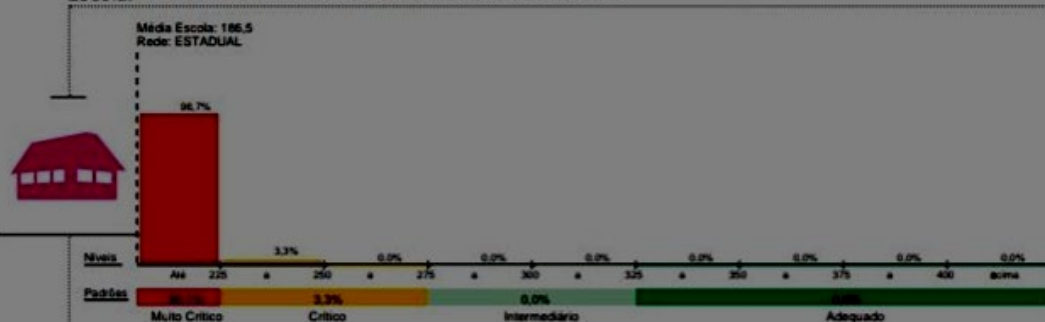
Ceará



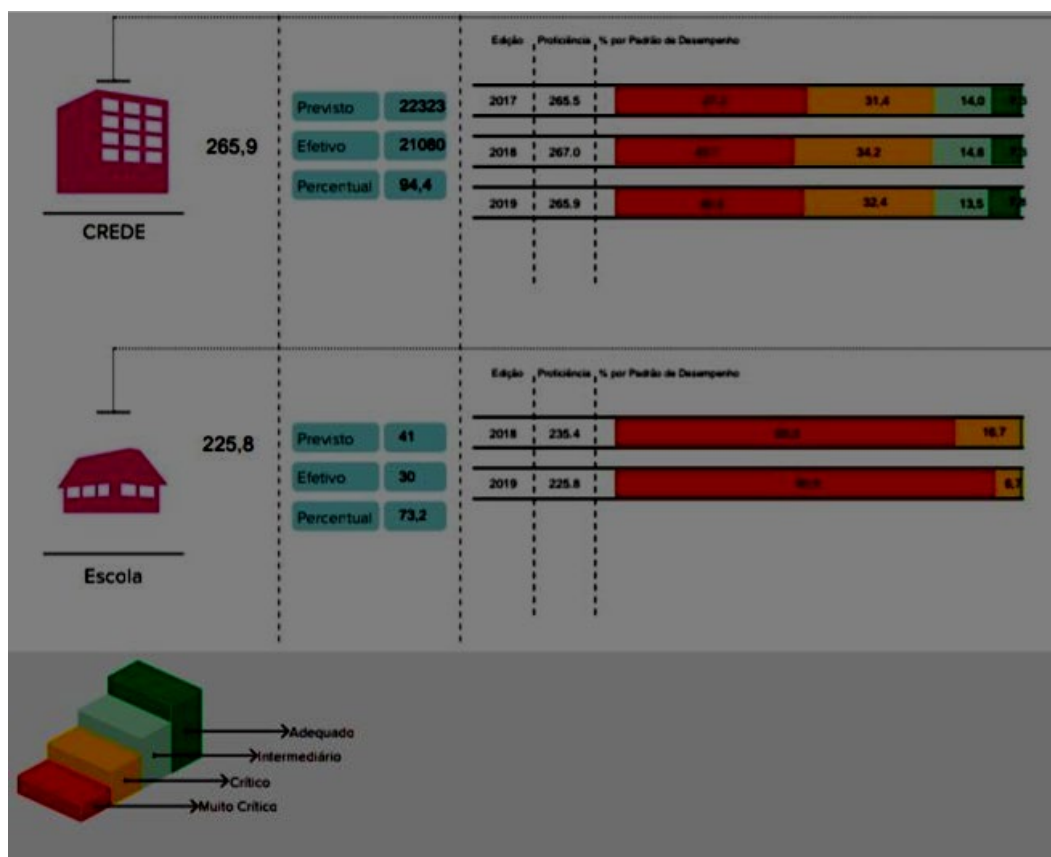
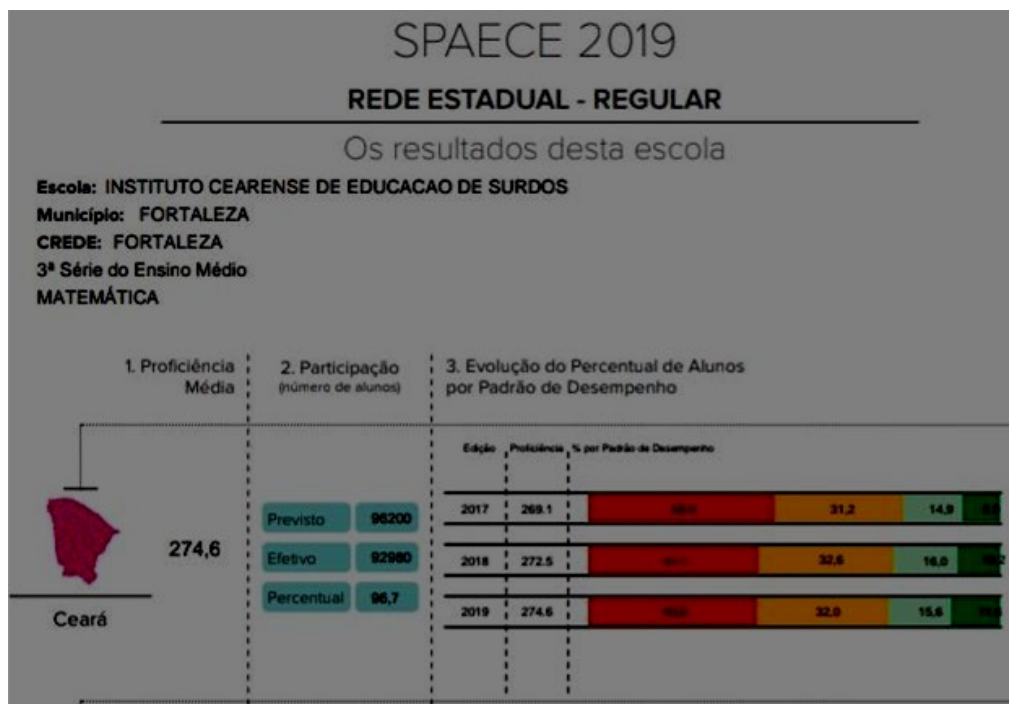
CREDE: FORTALEZA



Escola: INSTITUTO CEARENSE DE EDUCACAO DE SURDOS



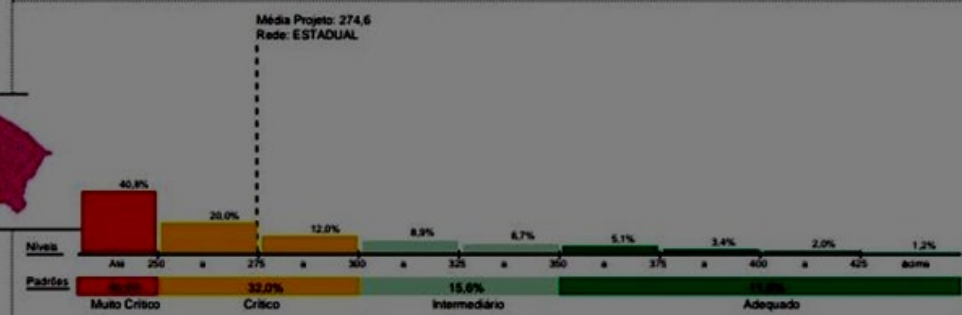
SPAECE 2019 - ENSINO MÉDIO - 3ª SÉRIE – MATEMÁTICA



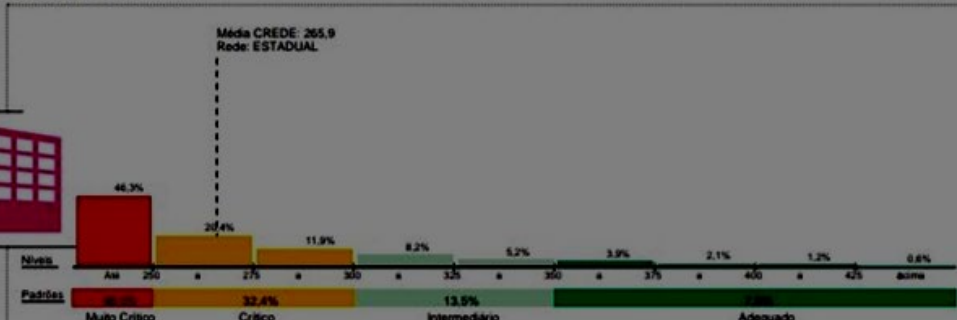
Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

4. Percentual de Alunos por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

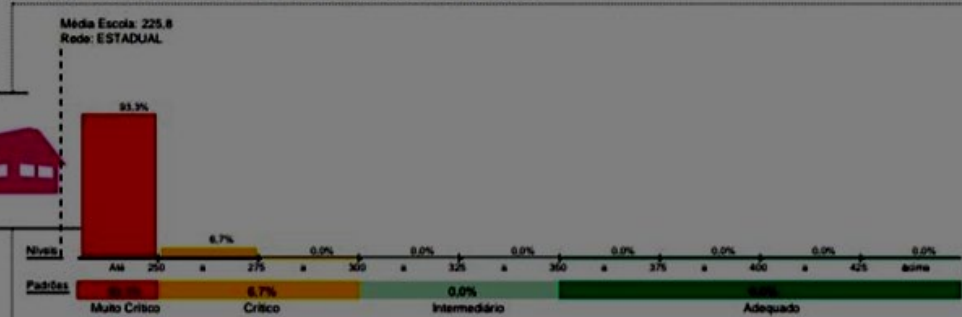
Ceará



CREDE: FORTALEZA



Escola: INSTITUTO CEARENSE DE EDUCACAO DE SURDOS



Com muitos desafios a serem transpostos, com alunos participando de avaliações externas, sabemos que estamos muito distantes da média tida como adequada pelo Estado. O governo deve promover tais ações que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino.

A partir de 2010 foi implantado o 1º ano do ensino médio, e em 2011 2º e 3º ano. Em 2020 estamos com 198 alunos matriculados, temos vinte e quatro (24) alunos inscritos no

ENEM. A participação nesta prova de nível nacional representa para o surdo a possibilidade de uma profissionalização que durante tantos anos lhe foi negada. Em consequência da luta da comunidade surda tivemos a sensibilização dos organizadores do ENEM e as provas a partir de 2017 passaram a ter vídeo prova em Libras modificações adequadas que atendam às necessidades educacionais do aluno surdo, para que tenham o direito de concorrer em condições que lhe permitam ser avaliados.

Atendendo a luta da escola junto a SEDUC, conseguimos em 2018 a elaboração da prova do SPAECE que é aplicado nas turmas de 9º ano e 3º ano com vídeo prova, ou seja, bilíngue.

Queremos uma escola que seja referência na educação de surdos em todo o país, ainda temos muito à caminhar, porém acreditamos que é possível ter uma escola de qualidade com o comprometimento de todos os que fazem o ICES e com o apoio da Secretaria de Educação do Estado.

Por esta razão é de extrema importância a implantação do PPP que nos orienta no caminho que queremos seguir e o que faremos para conseguir os objetivos propostos. “Ora o planejar é utilizar o mesmo método com a diferença que, ao invés de contentar-se com o conhecimento e a explicação da realidade, o planejamento implica em transformar a realidade existente e construir uma realidade nova” (Danilo Gandim 2010). Sabemos que a busca pela qualidade da escola não é uma responsabilidade somente da comunidade escolar. Os três níveis de governo – municipal, estadual e federal – têm papel fundamental na melhoria da educação no País.

3. Marco Referencial

A educação é importante para o desenvolvimento de uma nação, através da produção de conhecimentos um país cresce, aumentando a qualidade de vida das pessoas possibilitando ascensão social. Compreendemos que o Brasil avançou nas últimas décadas em proporcionar a universalização do ensino, porém ainda há muito para ser feito.

Convivemos ainda no Brasil com problemas na educação já solucionados em outros países como o analfabetismo, baixa escolaridade e falta de estrutura em muitas escolas.

Se na educação regular ainda temos muito que avançar para alcançar índices educacionais que expressem o mesmo desenvolvimento alcançado em outras áreas que diremos da educação de surdos no Brasil.

Mesmo com a regulamentação da lei que estabelece os direitos dos surdos há um caminho longo a ser percorrido até que os surdos tenham o acesso a profissionalização com professores surdos e ouvintes, intérpretes de LIBRAS, que possam garantir-lhes os conhecimentos socialmente compartilhados.

No entanto, ainda hoje, apesar de ser reconhecida legalmente a singularidade linguística dos surdos, ou seja, a sua condição bilíngue (libras/português¹²) e, inúmeros estudos científicos apontam para a importância da educação bilíngue para surdos, a situação de subemprego, de educação inadequada, inacessibilidade de comunicação nos mais diversos espaços sociais (inclusive dentro de seus próprios lares) ainda é uma trágica realidade.

A educação para surdos vem sendo um grande desafio em todo o território nacional, principalmente em relação material didático adequado e formação de professores e profissionais fluentes em LIBRAS.

Desta forma entendemos que todos têm o direito a educação ao nascer. É um processo de ensino aprendizagem que se inicia no lar e tem sequência na escola e nos demais grupos sociais de que o indivíduo participa no decorrer da vida.

3.1 Marco Situacional

A igualdade é um valor que só pode ser estabelecido mediante a comparação entre duas ou mais ordens de grandeza, e assim, estará sempre relacionada a uma comparação entre situações e/ou pessoas, pois quando perguntamos se existe igualdade estamos sempre diante da

¹² Lei 10.436/2002

indagação de qual igualdade, entre o quê e/ou quem. A igualdade é, portanto, uma relação entre dois termos.

É importante lembrar que a igualdade, no campo do reconhecimento da individualidade de cada ser humano, está ligada à afirmação do princípio da não discriminação, ou seja, reconhece-se que todos são iguais perante a lei, e, portanto, não pode haver discriminações que excluam determinadas pessoas ou grupos do exercício de determinado direito por terem realizado determinadas escolhas de modo de vida, como a opção religiosa, ou possuírem determinadas características intrínsecas, como as de gênero. A simples declaração do direito à igualdade pode significar pouco, tanto no âmbito do reconhecimento, como naquele da redistribuição, se os mecanismos pelos quais o mesmo será exercido não estiverem definidos. Entretanto, se aumentarmos o número de coisas às quais as pessoas terão direito igualmente, como saúde, educação, acesso à justiça, trabalho, as respostas já não serão tão simples, porque teremos que saber também quais as desigualdades que serão aceitas em uma determinada sociedade.

E algumas das desigualdades serão construídas pelas próprias normas constitucionais. Para exemplificar, podemos citar a hipótese constitucional de que o analfabeto pode votar, mas não pode ser votado e também aquela de que prevê a suspensão dos direitos políticos daqueles que cumprem pena com sentença criminal transitada em julgado. Essa “desigualdade” no exercício dos direitos políticos permitida pela Constituição tem como pressuposto que tal desigualdade não seria injusta, ou pelo menos foi este o pensamento do Constituinte brasileiro da Carta de 1988.

Uma das associações mais frequentes que encontramos quando tratamos de igualdade é aquela entre igualdade e justiça. Essa associação entre igualdade e justiça (pelo menos na chamada tradição ocidental) remonta ao pensamento grego clássico. Foi também entre os gregos (pitagóricos) que nasceu a noção de que a igualdade é justiça. Esta ideia perpassa todo o pensamento grego, até sua mais completa e última formulação com Aristóteles, na “Ética a Nicômaco, que identifica a justiça como uma “virtude completa” e social, um meio termo entre o muito e o pouco”. (O princípio da igualdade em perspectiva histórica: conteúdo, alcance e direções. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 211, p. 241-269, jan. / mar. 1998. p.244).

Se entendermos justiça como a possibilidade de todos terem acesso a bens e direitos considerados essenciais em uma determinada sociedade, a igualdade será um dos critérios possíveis de distribuição de justiça. Por outro lado, se delimitarmos a noção de justiça à

resolução de conflitos levados ao sistema estatal (contencioso administrativo ou judicial) a igualdade poderá ser um critério para a aplicação de normas aos casos concretos.

Note-se que a ideia de justiça pode alcançar a política na elaboração de leis e na aplicação de recursos públicos, entre outros aspectos, bem como estar circunscrita ao campo da resolução de questões levadas ao Judiciário.

Portanto, a igualdade poderá ser um critério de razoabilidade na aplicação da justiça, pois a casos semelhantes deverá ser aplicada a mesma solução. Igualdade pode ter muitos sentidos, como aquela que denominamos de igualdade formal (de todos perante a lei, ou seja, de todos serem tratados da mesma forma quando na mesma situação jurídica), a igualdade material, que pode ser entendida como o direito de todos terem acessos aos direitos, bens e serviços considerados essenciais e básicos em uma determinada sociedade. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

É importante ainda ter em mente que a igualdade é um conceito sempre em construção, pois sempre poderemos incluir na titularidade de um direito, novos grupos, garantir o direito à inclusão de crianças e adolescentes com deficiências em salas dos cursos regulares de ensino ou que estas crianças e adolescentes tenham atendimento especializado garantindo o acesso a compreensão e aprendizagem.

3.2 Marco Doutrinal

Defendemos uma escola igualitária, democrática, autônoma, com um espaço físico adequado às necessidades do aluno surdo, que vise à qualidade do processo de aprendizagem. Uma escola, que proporcione a todos os seus membros ensino de qualidade, oportunidades de desenvolvimento pessoal, profissional e de exercício da cidadania.

Acreditamos que o papel do educador comprometido é buscar seguir as novas tecnologias capacitando-se. Professor tentando sempre superar as metas propostas e acreditando que o educando é capaz. Cremos num professor que seja referencial para o aluno e sempre ouça suas ideias para que ambos possam se desenvolver mutuamente.

É mister voltar nosso trabalho para a vivência de valores como o respeito, a igualdade, a solidariedade, a justiça social, o amor ao próximo e ao meio ambiente, tornando a comunidade escolar consciente de que é urgente a mudança de paradigmas no sentido de transformar a atual realidade social onde imperam a falta de limites e de valores éticos.

3.3 Marco Operativo

O sistema educacional incorpora entidades públicas, privadas e/ou filantrópicas que tem como finalidade proporcionar o conhecimento educacional formal da sociedade como um todo.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) trouxe um grande avanço no sistema de educação de nosso país. Esta lei visa tornar a escola um espaço de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão. A escola ganhou vida e mais significado para os estudantes.

O Instituto Cearense de Educação de Surdos, como uma entidade pública, enfrenta muitos desafios, ao mesmo tempo em que vislumbra pontos norteadores para uma educação de qualidade para a comunidade surda. Temos clareza sobre os rumos que precisamos trilhar em busca dessa excelência. Nesse itinerário formativo, destacamos alguns pilares para esse caminho.

- **Educação:** Nosso sonho com auditório climatizado, salas temáticas, laboratórios multifuncionais de matemática e ciências que proporcione aulas práticas para que o aluno surdo que tem o sentido visual e tátil mais aguçado seja instigado no processo de aprendizado.
- **Gestão:** Valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, com uma gestão democrática e participativa fortalecer cada vez mais a democracia no processo pedagógico, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista.
- **Disciplina:** A disciplina está relacionada a compromisso, responsabilidade, respeito e cumprimento de regras que precisam colaborar com a vida do educando, fazer parte do seu cotidiano além de outros imperativos sociais que não estão apenas na escola, mas em todos os ambientes em que o aluno está inserido enquanto cidadão. O aluno precisa vivenciar na escola para conviver em sociedade.
- **Conteúdo:** As seleções dos conteúdos visam atender as necessidades dos alunos surdos em cada série. Priorizando os temas importantes para sua série e nível.
- **Metodologia:** Quanto aos aspectos metodológicos nossa escola visa estratégias de ensino, para que as aulas sejam prazerosas. Incentivando o aluno a querer aprender, motivando-o para aprendizagem e proporcionando-lhe oportunidades para a construção do conhecimento através da interação, do lúdico e de metodologias inovadoras.
- **Avaliação:** O processo de ensino e aprendizagem utilizado no ICES entende a avaliação na sua concepção diagnóstica, formativa e somativa. Todos os aspectos são considerados como assiduidade, participação, sondagens avaliatórias, seminários, trabalhos em grupo, interação

com a comunidade e outros. A avaliação é processual, contínua, levando em conta todas as atividades realizadas pelo aluno, bem como as especificidades de cada um deles. A concepção de avaliação adotada visa planejar intervenções direcionadas para ajudar o aluno a superar suas dificuldades e atingir seus objetivos. No contexto institucional, a avaliação é um importante instrumento de análise do desempenho das ações educativas no ICES.

- **Educador:** O ICES concebe o educador como mediador do conhecimento. Sua missão é estimular o processo de ensino e aprendizagem, buscando nas experiências prévias dos estudantes a fonte para estabelecer o vínculo necessário com uma aprendizagem que torne significativa em suas vidas. Assim cremos estar contribuindo eficientemente para a formação integral de nosso aluno. Professor precisa ver o aluno ouvir suas opiniões e necessidades, mostrar-se amigo, digno de confiança para que se possa construir na escola e na sala de aula um ambiente de respeito mútuo e colaboração no caso dos alunos surdos, o domínio de libras é o primeiro passo para o estabelecimento de uma relação de confiança e cumplicidade com o discente.
- **Educando:** Dessa forma, vislumbramos um estudante autônomo, crítico, criativo, sujeito de seu processo de aprendizagem, atuante na comunidade em que vive.
- **Estrutura Escolar:** A estrutura pedagógica está alicerçada na concepção sócio interacionista, no sentido de organizar seus conteúdos com ênfase nas experiências prévias e interação sociais dos alunos, utilizando a pedagogia de projetos como veículo dessa estruturação didático pedagógica. A Libras possui estrutura gramatical própria. Os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço. Segundo a legislação vigente, Libras constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.
- **Organização:** A organização didático-pedagógica da escola é constituída de unidades de ensino aprendizagem, elaboradas tendo como referência a BNCC e as diretrizes da SEDUC, considerando o princípio da flexibilização curricular para adaptação aos surdos e a participação ativa de sua comunidade escolar.

4. Diagnóstico

O Instituto Cearense de Educação de Surdos objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

Relacionamento - Uma boa relação professor e aluno contribui para a melhoria do processo ensino aprendizagem os professores relataram que trabalham o relacionamento com o aluno ouvindo, impondo limites; respeitando-se mutuamente;

Disciplina - A disciplina é fundamental não só para a organização escolar e a apropriação do saber, mas para a vida de todas as pessoas em sociedade, com a disciplina ensinamos os limites e as normas para a boa integração de todos.

Metodologia - Segundo Luria (1986), os processos de desenvolvimento da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente tornando-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem os alunos com surdez adquirir linguagem aperfeiçoando esse potencial.

Quando uma criança surda tem acesso a sua língua natural, ou seja, a língua de sinais, ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante à dos ouvintes, diferindo apenas na forma como aprendem que é visual e não oral-auditiva. No entanto, a maioria das crianças surdas vêm de famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais, e por isso, é essencial a imersão escolar na primeira língua das crianças surdas, já que essa aquisição da linguagem permitem o desenvolvimento das funções cognitivas.

Avaliação - Em relação a avaliação, temos ainda um grupo de educadores bastante heterogêneo, dificultando assim a unidade necessária a esse processo. Para alguns educadores a avaliação ainda não é processual. Precisamos melhorar nas avaliações externas, o ICES tem uma árdua tarefa de reverter a situação muito crítica revelada no quadro de proficiência e padrão de desempenho em língua portuguesa e em matemática de seus educandos, conforme os dados do Spaece.

Devemos fomentar na escola a necessidade de participação das avaliações externas e a melhora no nível de proficiência dos alunos. A partir de 2017 passamos a ter o SPAECE em videoprova em Libras. Favorecendo assim a avaliação dos surdos na sua língua materna.

Educador: Temos um grupo de professores comprometidos com a educação dos surdos, muitos respeitam os alunos, escutam o que eles desejam, mostram interesse por suas necessidades, sabem do cotidiano do aluno para melhor compreensão da realidade.

Muitos professores não são fluentes em Libras, no entanto de acordo com as últimas portarias de lotação da SEDUC para efetivos novos na escola é necessário a apresentação do Curso básico de Libras e os já lotados que não possuem receberam o prazo de 2 anos a partir de 2020 para apresentar certificação. Na contratação de temporários quando faz necessário, buscamos encontrar profissionais com o conhecimento básico de Libras, no entanto nem sempre isso é possível, fazendo com que façamos a contratação e o profissional ministre suas aulas com o auxílio de um intérprete. A fluência na língua de sinais é fator importante para a interação professor e aluno e o desenvolvimento da aprendizagem. Salientando que nos últimos anos tem aumentado na cidade o número de curso de Libras e a propagação da mesma, que tem ajudado na formação de profissionais mais aptos.

Como em todo estabelecimento lidamos com alguns professores desmotivados pela falta de material didático específico para o alunado surdo, baixos salários, violência escolar, desrespeito com o educador, precarização da educação pública. Há alguns professores faltosos que não acreditam mais na educação, devido à sobrecarga de trabalho em três turnos, problemas de saúde e psicológicos causados pela transferência da responsabilidade que cabe a família para a escola, sem que esta tenha profissionais como: psicólogos, assistentes sociais entre outros que deem suporte necessário ao nova conjuntura escolar.

A formação dos professores feita semanalmente por área de conhecimento tem ajudado desenvolver as aulas. Juntos professores surdos e ouvintes discutem a criação de determinado sinal que não existe aprendem em conjunto e contribuem para uma melhor comunicação e efetivo aprendizado do aluno. Também é necessário capacitar os professores surdos estes precisam se especializar para ensinar disciplinas específicas como: História, Geografia, Matemática...

A formação continuada de professores prevista na LDB deve ser incentivada pela escola e pelo Estado contribuindo para a melhoria da educação pública. A qualidade da educação não pode ser desvinculada da valorização salarial do educador.

Educando - Diante da concepção de homem, educação e sociedade que queremos, entendemos que estamos no início desse processo. Hoje, apesar das estratégias pedagógicas implementadas, ainda constamos a real dificuldade que os nossos alunos encontram para se posicionarem criticamente diante dos desafios que se apresentam; a falta de uma consciência política que os oriente nas lutas por um espaço como sujeitos na sociedade; um forte sentimento de passividade, prejudicando assim sua aprendizagem autônoma. Temos clareza que esse processo de descoberta necessita de um tempo maior para a reflexão e interação com os pares. O Ices busca encontrar esses espaços de discussão e conta com apoio de professores e técnicos

da escola. No entanto, os compromissos formais da vida escolar, muitas vezes, têm limitado essas oportunidades. Estamos trabalhando para conquistar mais momentos de participação de nosso estudante no seu processo de ensino e aprendizagem.

O Instituto tem passado nos últimos anos por uma redução considerável do número de alunos, que tem trazido como consequências o fechamento da educação infantil e do fundamental I, redução do número de turmas e das verbas tendo em vista que depende do número de alunos matriculados.

Estrutura - A estrutura pedagógica do ICES concebe o processo de aprendizagem de forma holística e para tanto entende que precisa capacitar seus educadores nessas competências. Atualmente com a rotatividade no quadro de profissionais da escola, o ativismo constante da escola bem como dos atendimentos que acabam por limitar bastante o planejamento didático da escola. Estamos nos organizado para redefinir estratégias para minimizar essas dificuldades.

Organização - Em relação a organização didático pedagógica, enfrentamos muitas dificuldades devido a maneira como somos classificados. O ICES é uma escola tipo C devido ao número de alunos e por estar situada nessa categoria, tem uma equipe de trabalho muito reduzida, dificultando assim atenção pedagógica necessária ao tipo de organização didática planejada, sabemos que nossos alunos necessitam de apoio de uma equipe multiprofissional para conseguir caminhar em seu processo de aprendizagem. Hoje o ICES encontra muitas dificuldades para oferecer esses apoios psicopedagógicos, tão necessário, por não possuir esses profissionais e por não conseguir instituições parceiras que possam contribuir efetivamente nesse sentido. Complementando as dificuldades apresentadas, citamos as seguintes, como pontos de grande relevância e que impedem o caminho pedagógico traçado. Podemos citar:

♥ Ausência de língua compartilhada no ambiente familiar, dificultando as atividades domiciliares;
(Apesar da existência na escola de curso gratuito para as famílias)

♥ Aquisição tardia da língua de sinais, atrasando o desenvolvimento cognitivo e dificultando-lhes a apreensão do mundo;

♥ Infrequência escolar, motivada pela dificuldade de transporte;

♥ Inadequação do material didático existente;

♥ Despreparo do corpo docente para o ensino bilíngue;

♥ Surdez associada a outros comprometimentos como: respiratórios, cardíacos, neurológicos (com medicação controlada) e a ausência de recursos físicos e pedagógicos para trabalhar com este público especificamente.

♥ Nível heterogêneo de conhecimento de Libras dos alunos.

♥ falta de acompanhamento da família e em alguns casos a total ausência das mesmas.

Temos uma evasão elevada alguns fatores contribuem para estes números como: alunos fora de faixa etária, muitos surdos não começaram a estudar na idade ideal ou por desconhecimento da família ou pela própria dificuldade de aceitar a surdez, alguns por estarem em idade produtiva optam pelo trabalho deixando de lado os estudos.

Outro fator que contribui para a evasão escolar é o fator financeiro, nossos alunos não são da comunidade vem dos diversos bairros de Fortaleza, da região metropolitana e de muitos municípios do interior do Estado. Em maior número são os que residem na capital e possuem o passe livre, no entanto sua retirada e sua renovação dependem da ajuda das famílias para obter a documentação e acompanhá-los na Etufor.

Recebemos diariamente transporte escolar com alunos de Pacajus e Horizonte. Outros alunos vem de forma individual de transportes de linha. Quando esses transportes apresentam problemas os discentes ficam afastados da escola algumas vezes por mais de uma semana.

Temos alunos de abrigo que dependem das verbas da instituição para o transporte escolar.

A desestruturação familiar, muitas famílias não acreditam na educação dos surdos, o analfabetismo da família em libras e muitas vezes em Português. Dificultam a comunicação entre aluno e escola e entre família e escola.

Falta de instrução e consciência da família (compromisso com a educação dos jovens, pois faltam muito). Muitos discentes que possuem outras deficiências também são atendidos em outras instituições em horários que coincidem com o horário das aulas.

A escola funciona como um ambiente de extensão familiar para resolução dos conflitos devido à deficiência na comunicação. Muitos alunos recebem o BPC (Benefício de prestação continuada) e o uso desse recurso gera muitos conflitos no ambiente familiar.

5. Programação

5.1 Pensamentos estratégicos

5.1.1 Princípios

Educar para a vida, formando sujeitos críticos, competentes e conscientes do seu papel como sujeito ativo e transformador na sociedade. Exercendo assim o pleno exercício de sua cidadania, resguardando a universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

5.1.2 Valores

Oferecer uma educação bilíngue de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando surdo, visando também prepará-lo para o exercício da cidadania.

5.1.3 Visão de futuro

Organizar o currículo em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares no formato de LIBRAS, qualificando assim todos os profissionais da escola.

5.1.4 Missão

Ser uma escola verdadeiramente bilíngue, que promova a acessibilidade e a inclusão social, respeitando, valorizando a cultura e a língua própria do surdo.

5.2 Finalidades

O ICES é uma instituição de ensino bilíngue exclusiva para surdos, portanto é uma instituição de natureza especial. É também uma escola inclusiva, porque abriga surdos com outras deficiências, seguindo a orientação do Art. 6º da Resolução nº 456/2016 que afirma ser dever da escola acolher e matricular todos os alunos, quaisquer que sejam suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, devendo o atendimento ser feito em

classes comuns, em todos os níveis e modalidades de ensino, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A proposta bilíngue entende o sujeito surdo como participante de duas realidades, como um estrangeiro no próprio país, vivendo ao mesmo tempo a realidade da língua materna, na qual tem sua visão de mundo construída e aprimorada, e a realidade de uma segunda língua, a utilizada no cotidiano da comunidade a que pertence.

Nesta proposta, o ideal para o sujeito surdo não seria a sua adequação à realidade ouvinte, usuária da língua oral, mas sim assumir sua condição de surdez como parte de suas características e identidade.

Além do caminho que a legislação brasileira abriu para a educação bilíngue para surdos, também são bases para a proposta, documentos internacionais e teorias adotadas e divulgadas pelo MEC do Brasil.

A proposta de educação bilíngue, "busca respeitar o direito do sujeito surdo, no que se refere ao acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua que tenha domínio" (SKLIAR, 1998 apud VICTOR, et al, 2010). Por recomendação do MEC, o ensino de surdos no Brasil precisa ser:

"(...) efetivada em língua de sinais, independente dos espaços em que o processo se desenvolva. Assim, paralelamente às disciplinas curriculares, faz-se necessário o ensino de língua portuguesa como segunda língua, com a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades educacionais." (SALLES, et al; 2004 p 47) ainda nesta direção está a recomendação da UNESCO quanto ao direito de toda criança a aprender, na educação básica, em sua língua materna. Para que a formação bilíngue ocorra, é indicado que haja um instrutor surdo responsável por ensinar e transmitir a cultura surda juntamente com a LIBRAS, trabalhando em conjunto com o professor bilíngue, ouvinte.

Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais.

O Instituto Cearense de Educação de Surdos tem, portanto, por finalidade atender os dispostos nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação, na Declaração de Salamanca e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrando:

♥ Ensino Fundamental,

♥ Ensino Médio,

♥ Educação de Jovens e Adultos

Observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis

Ensino Fundamental

A LDB, tendo por referência mínima uma jornada de, pelo menos, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, preconiza a ampliação gradativa do tempo de permanência na escola na forma da progressiva implantação do ensino fundamental em tempo integral. Ciente dos contrastes existentes em nosso País, a Lei 9394/96, no seu texto original, deixa a critério dos sistemas de ensino o planejamento e, por conseguinte, as decisões pertinentes à progressiva implantação deste nível de ensino em tempo integral.

A progressão do ensino fundamental para o tempo integral, tanto para alunos, quanto para professores, foi posta na LDB como uma meta a ser atingida pelos sistemas de ensino, os quais devem buscar alcançá-la o mais breve possível, já que deixa estabelecida como prazo a Década da Educação (1997-2007) (art. 87).

Corroborando com a Constituição Federal e a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Capítulo V, artigo 53, acrescenta à proposição da obrigatoriedade do acesso e da permanência na escola, que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente requer uma maneira específica de proteção e, para tanto, faz-se necessário um sistema articulado e integrado de atenção a esse público.

a) Para o Ensino Fundamental

META	ESTRATÉGIAS	2020	2021	2022
Favorecer o uso de recursos visuais em sala de aula.	1. Renovação e ampliação dos quadros brancos.	X		
	2. Criação de salas temáticas por áreas		X	X
	3. Adaptação dos materiais didáticos	X	X	X
Garantir o rendimento escolar.	4. Promoção de atividades esportivas e artísticas com o intuito de motivar os alunos a frequentarem a escola.	X	X	X
	5. Reorganização de horário específico para alunos com diferentes necessidades educacionais.	X	X	X
	6. Reforço de LIBRAS	X	X	X
	7. Ampliação da carga horária da disciplina de Libras.	X	X	X
	8. Lotação de equipe multidisciplinar	X	X	
	9. III FECULTS		X	
	10. Desenvolvimento de projetos visando a leitura e escrita do surdo como: “Mostra Literária Anual”. Com a organização da equipe de Linguagens e Códigos e Multimeios.	X	X	X
	11. Realização de avaliações externas em larga escala e avaliações internas padronizadas bilíngues (vídeo gravadas)	X	X	X
	12. Participação dos intérpretes no planejamento por área.	X	X	X

Reduzir a evasão e o número de faltas dos alunos.	13. Acompanhamento da frequência escolar e da pontualidade.	X	X	X
	14. Manutenção de contato com a família e registro em instrumental específico dos alunos das ocorrências em relação à assiduidade e disciplina dos discentes.	X	X	X
	15. Aumentar o uso de recursos de comunicação entre família, escola, professores e alunos.	X	X	X

b) Ensino Médio

Era um anseio e uma reivindicação antiga dos alunos do ICES a possibilidade de continuarem os estudos secundários na própria escola. No ensino médio regular inclusivo, o surdo se ressentia, justamente, da inexistência dessa metodologia que contemple a diversidade, posto que até agora o processo de inclusão nas escolas cearenses ainda não atentou para as peculiaridades linguísticas desse indivíduo, que não serão atendidas, simplesmente com a presença de um intérprete em sala de aula. Dar condições ao surdo de se comunicar, expressando seus anseios e questionamentos deve ser uma questão ética dentro da escola e constitui um direito conquistado.

Por compreendermos que o ICES, pela sua experiência com o bilinguismo e por ter um quadro de profissionais capacitados para a educação de surdos, é capaz de implementar um ensino médio que verdadeiramente contemple o indivíduo surdo, cuja presença da Libras permeia todo o ensino, ganhando força de disciplina dentro do currículo. Foi implantado o Ensino Médio a partir de 2011 e atualmente conta com as três séries do Ensino Médio.

c) Para o Ensino Médio

META	ESTRATÉGIAS	2020	2021	2022
Proporcionar o Ensino	1. Oferecer preparação para o ENEM e vestibulares.	X	X	X

Médio para jovens surdos nos três turnos	2. Feira das profissões		X	X
	3. Inserir os estudantes no mercado de trabalho	X	X	X
	4. Construção e adequação dos ambientes internos (salas) e externos para o desenvolvimento das atividades	X	X	X

d) Educação de Jovens e Adultos

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanta consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo sobre a EJA)

A LDB, no Título V, capítulo II, seção V (denominada Da Educação de Jovens e Adultos), estabelece que a EJA é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média e que “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.”

Este público plural e heterogêneo de jovens e adultos, marcado predominantemente pelo trabalho e pela exclusão social no que tange à educação, posto que não teve acesso à escolarização no momento da escolaridade universal obrigatória, requer, portanto, uma atenção especial, já que o currículo exige uma reflexão a partir da realidade das necessidades do público que se apresenta com graus diferenciados de desenvolvimento cognitivo, cultural, afetivo, social, etc.

A situação de exclusão social é ainda mais agravada quando se trata dos surdos, por vezes encarados pela família como incapazes, ficam ilhados no âmbito familiar; outras vezes, desmotivados por frequentar escolas regulares as quais não apresentam condições efetivas de inclusão abandonam os estudos; ou ainda, pela necessidade de trabalhar evadem. O fato é que é alto o índice de adultos surdos que nunca tiveram acesso à escola, ou não tiveram a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos. Diante destas circunstâncias, em 2010 foram criadas turmas de Educação de Jovens e Adultos no Instituto Cearense de Educação de Surdos.

e) Para a Educação de Jovens e Adultos

META	ESTRATÉGIAS	2020	2021	2022
Proporcionar o letramento de Jovens e Adultos surdos	1. Ampliar turmas de EJA noturno	X	X	X
	2. Capacitar os professores para a Educação de Jovens e Adultos Surdos	X	X	X
	3. Adequação dos ambientes internos (salas) e externos para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação de jovens e adultos,	X	X	X

5.3 Objetivos Estratégicos

- Ofertar todos os níveis da educação básica para os seus educandos;
- Proporcionar uma educação bilíngue para os surdos;
- Incentivar a formação continuada de seus profissionais
- Incentivar publicações sobre educação bilíngue;

- Preparar os seus educandos para uma inclusão social efetiva com igualdade de oportunidades;
- Trabalhar valores culturais, morais e físicos;
- Integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados;
- Compreender este aluno como um cidadão que deve ser um agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante.
- Ofertar cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação;
- Reforçar a qualificação dos profissionais da escola no uso das tecnologias digitais.

Compreendemos que a escola deve ser crítica, reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola. Para que a escola cumpra a sua função social será necessário:

- ♥ Integração e participação da comunidade escolar;
- ♥ Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
- ♥ Criação e reorganização do espaço físico;
- ♥ Material didático específico na perspectiva bilíngue e outros que facilitem o trabalho professor;
- ♥ Número de alunos em sala de aula condizente com as estabelecidas pelas diretrizes do Conselho de Educação do Estado para a Educação Especial;
- ♥ Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- ♥ Observância de regras de convivência em grupo;
- ♥ Melhor qualificação profissional e salários compatíveis com os diferentes níveis e funções;
- ♥ Estabelecimento da motivação e credibilidade dos professores.

5.4 Metas a serem alcançadas:

a) Para a Infraestrutura da Escola

META	ESTRATÉGIAS	2020	2021	2022
Redimensionar a estrutura física visando à qualidade do trabalho.	1. Adequação do espaço para acompanhante.		X	X
	2. Ampliação e melhoria da estrutura e do mobiliário do refeitório e cozinha		X	X
	3. Construção do laboratório de Ciências		X	
	4. Construção do laboratório de Matemática		X	X
	5. Climatização das salas de aula.	X	X	X
	6. Reforma da estrutura física da escola favorecendo a acessibilidade. (Banheiros, elevadores, rampas e	X	X	X
	7. Reforma e ampliação da quadra esportiva, construindo arquibancada.		X	
	8. Preparação de ambiente adequado para estudo e planejamento de professores e alunos, com cabines individuais.		X	
	9. Construção do auditório (com acústica e assentos adequados, além do palco) – estrutura de teatro.		X	X
	10. Ampliação e construção dos banheiros para alunos com cabines individuais inclusive para banho.		X	X

Garantir o bom funcionamento e a segurança do espaço físico da escola	11. Renovação das instalações elétricas e hidráulicas.	X	X	X
	12. Construção de portaria com guarita de segurança		X	X

b) Planejamento e horário de estudo

Conforme as diretrizes para 2020 da Secretaria de Educação do Estado Ceará, os professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio terão como dias de planejamento e estudo:

- Terça-feira - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
- Quarta-feira - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias;
- Quinta-feira - Ciências Humanas, Sociais e suas Tecnologias;

c) Avaliações para o Ensino Fundamental e Médio - Bimestralmente deverão ocorrer:

Avaliações Parciais (AP)	• Trabalhos individuais e/ou coletivos • Avaliações escritas individuais • Avaliações em Libras (seminários)
Avaliações Bimestrais (AB)	• Avaliações padronizadas bilíngues • escritas em português e vídeos gravados em Libras
Atividades (C)	• Avaliação da assiduidade, pontualidade, entrega de tarefas, participação etc.
Recuperação Paralela (RP)	• Avaliação realizada por bimestre para os alunos que não alcançaram a média bimestral

--	--

I. A média bimestral deverá ser a soma da nota parcial com a bimestral e o conceito dividido por três.

$$\text{Média Bimestral} = \frac{AP + AB + C}{3}$$

3

I. Os alunos que, não alcançarem a média bimestral, deverão ter aulas de recuperação paralela.

II. Os alunos somente terão direito à segunda chamada mediante apresentação de atestado médico.

III. Os alunos serão preparados e encorajados a participarem de avaliações externas em larga escala (SPAECE e ENEM) e outras, posto que compreendemos a importância social destas avaliações para o nosso país.

IV. As avaliações dos alunos devem assegurar, conforme o decreto 5626/2005, artigo 14, o respeito à singularidade linguística dos surdos, desenvolvendo e adotando mecanismos alternativos para a avaliação do conhecimento, buscando:

V. Adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VI. Desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

d) Seriação

Seriação	Turno	Quantidade de Alunos/Sala
Ensino Fundamental II	Manhã/Tarde	10 a 15

Ensino Médio	Manhã	10 a 15
EJA I e II	Noite	7 a 10

6. Avaliação do projeto político pedagógico e as ações

As reuniões de pais são feitas a cada fim de bimestre permite discutir problemas encontrar soluções dividir anseios. Como temos muitas mães que acompanham seus filhos e passam muito tempo da escola existe um diálogo diário com as mães, com a família, esta convivência nem sempre é harmoniosa por que existe uma superproteção das mães por causa da deficiência dos filhos, muitas precisam ser conscientizadas da importância do acompanhamento e da necessidade de autonomia dos seus filhos para que tenha um bom desenvolvimento.

Os nossos alunos na maioria das vezes são na escola que ele interage, tem contato com o mundo e a comunidade surda, principalmente quando a família não conhece a libras e o surdo fica sem ter com quem interagir comunicarem-se. Quantas vezes recebemos as mães na escola para que as mesmas consigam se comunicar com seus filhos por não entenderem o desejam. Criação da oficina de português para o Fundamental II, uma das maiores dificuldades dos alunos surdos é um aprendizado da língua falada em seu país de origem no nosso caso o Português, pois não tem familiaridade com a língua, diferente da criança ouvinte que vai à escola já possuindo acesso a língua. Com alunos ouvinte o Português é reforçado com uma carga horária maior se comparada a outras disciplinas, no caso do aluno surdo este reforço deve ser redobrado.

Elaborar um glossário em libras de cada disciplina. Produzir material didático adequado às especificidades do surdo como a construção de jogos pedagógicos voltados para o aluno surdo.

Em relação à metodologia, material didático, formação de professores, de inacessibilidade às universidades públicas e de idealizar e construir projetos de leitura, utilizando jornais, revistas, livros paradidáticos e internet. Oficinas de leitura com a utilização de livros paradidáticos. Confecção de material didático de apoio para o ensino de língua inglesa.

Construção de sala para oficina de artes (pintura, escultura, desenho) muitos de nossos alunos desenham e está sala com professor qualificado traria um melhor desenvolvimento para os alunos surdos.

7. REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Paula. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GOES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 2ª. Ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- GOLDFELD, M. **A Criança Surda - Linguagem e Cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.
- LEITÃO, Vanda Magalhães. **Narrativas silenciosas de caminhos cruzados: História social de surdos no Ceará**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará: Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, 2003.
- LIMA, N. M. F. de. **Currículo e surdez: parâmetros para a inclusão de surdos na rede pública regular de ensino**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado/PPGE, 2004.
- LULKIN, S. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In SKLIAR, C. (Org.): **A Surdez. Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 33-50, 1998.
- QUADROS, Ronice Muller de. **O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos**. In: FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOARES, T. M. (2003). **Influência do Professor e do Ambiente em Sala de Aula** sobre a Proficiência Alcançada pelos Alunos Avaliados no SIMAVE – 2002. *Estudos em Avaliação Educacional*. n. 28, Fundação Carlos Chagas, São Paulo.